

## Índice

Índice de Ilustrações .....	3
Resumo.....	4
Abstract.....	4
Introdução.....	5
Metodologia.....	6
Capítulo I – Protecção de Crianças em Perigo em Portugal .....	8
1. Evolução da Política Social da Infância em Portugal.....	8
1.1 Lei de Protecção de Infância de 1911.....	8
1.2 Organização Tutelar de Menores de 1978.....	8
1.3 Comissões de protecção de Menores em 1991 .....	9
2. Sistema de Protecção Português para Crianças em Perigo .....	9
Intervenção do Ministério Público .....	12
Intervenção Judicial.....	12
2.1. Medidas de Promoção e Protecção para Crianças em Perigo.....	13
2.1.1. Medidas em Meio Natural de Vida .....	14
2.1.2. Medidas em Regime de Colocação .....	17
2.1.3. Confiança a Pessoa Seleccionada para Adopção ou a Instituição com vista a Futura Adopção .....	24
2.1.4. Procedimentos de Urgência .....	24
2.2. Plano DOM .....	25
3. Adopção em Portugal.....	27
3.1. Tipos de Adopção.....	28
3.1.1. Adopção Nacional .....	28
3.1.2. Adopção Internacional .....	29
3.2. Requisitos Gerais da Adopção .....	30
3.3. Processo Adoptivo.....	32

3.4. Dados Estatísticos .....	33
Capítulo II – Protecção de Crianças em Perigo no Brasil .....	35
1. Área de Intervenção .....	35
2. Evolução da Política Social da Infância no Brasil .....	37
2.1. Código de Menores de 1927 .....	37
2.2. Código de Menores de 1979 .....	38
2.3. Estatuto da Criança e do Adolescente .....	40
3. Sistema de Protecção Brasileiro para Crianças em Perigo .....	43
Medidas de Protecção para Crianças em Perigo .....	48
4. Abrigos no Brasil .....	50
4.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Abrigo .....	52
4.2. Princípios Norteadores do Abrigo .....	52
4.3. O Abrigo: encaminhamento, fiscalização e redes de serviços .....	53
4.4. Tipos de Abrigos .....	54
4.5. Acolhimento Institucional versus Família Acolhedora .....	56
4.6. Descrição das Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes existentes em Florianópolis .....	58
5. Adopção no Brasil .....	62
5.1. Requisitos Gerais da Adopção .....	62
5.2. Processo Adoptivo .....	64
5.3. Adopções directas .....	66
5.4. Dados Estatísticos .....	67
6. Estudo de Caso .....	70
6.1. Caracterização das Crianças em Estudo .....	71
6.2. Caracterização do Meio Familiar e Programas dos quais as famílias beneficiam ...	71
6.3. Identificação da Situação de Risco e da Entidade Sinalizadora .....	72
6.4. Solução encontrada e Projecto de Vida .....	72
Conclusão Final .....	94
Bibliografia .....	97
Webgrafia .....	100
Anexos	

## Índice de Ilustrações

Ilustração 1 - Modelo Organizacional Piramidal do Sistema de Protecção de Crianças em Perigo Portugêses .....	13
Ilustração 2 - Número de Centros de Acolhimento por Concelho (com ou sem unidade de emergência). ....	21
Ilustração 3 - Número de Lares de Infância e Juventude por Concelho (com ou sem unidade de emergência). ....	22
Ilustração 4 - Crianças e Jovens em Acolhimento antes de 2008 e com início em 2008 e Crianças e Jovens que iniciaram acolhimento antes de 2008 e com início em 2008, respectivamente .....	26
Ilustração 5 - Desinstitucionalização de Crianças/Jovens de LIJ desde a celebração do Protocolo DOM até 30 Novembro de 2009.....	27
Ilustração 6 - Crianças em Condições de Adoptabilidade .....	33
Ilustração 7 - Faixa Etária de Crianças em Condições de Adoptabilidade .....	33
Ilustração 8 - Preferência dos Candidatos à Adopção quanto ao Género da Criança .....	34
Ilustração 9 - Mapa do Brasil.....	35
Ilustração 10 - Mapa da Ilha de Florianópolis.....	36
Ilustração 11 - Actuação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	41
Ilustração 12 - Actuação do Conselho Tutelar.....	42
Ilustração 13 - Novas atribuições distribuídas pelos vários Participantes. ....	43
Ilustração 14 - Modelo Organizacional Piramidal do Sistema de Protecção de Crianças em Perigo Brasileiro. ....	48
Ilustração 15 - Esquema bidireccional da criança acolhida .....	58
Ilustração 16 - Número de crianças/adolescentes abrigados segundo o sexo em Maio de 2009 .....	68
Ilustração 17 - Número de Pretendentes à Adopção Habilitados a nível Estadual, Interestadual e a nível Internacional em Maio de 2009.....	69
Ilustração 18 - Número de média anual de adopções nacionais e para o estrangeiro .....	69
Ilustração 19 - Agregado familiar da Andreia. ....	74
Ilustração 20 - Agregado familiar do Gustavo .....	80

## Resumo

As crianças representam um dos grupos mais vulneráveis da sociedade em todo o mundo. A família, apesar de todas as mudanças que tem vindo a sofrer, continua sendo o primeiro e o mais importante agente para o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo. No entanto, para muitas crianças, o processo de socialização é transferido, por diversas razões, para a responsabilidade de instituições de acolhimento, quando esgotadas todas as formas de uma criança permanecer na sua família biológica. Isto é, quando uma família se mostra incapacitada para suprir as necessidades de uma criança e de se responsabilizar por ela, a “mão” do Estado intervém no sentido de proteger e afastar qualquer tipo de perigo que se mostre ameaçador para o bem-estar físico e psíquico da criança.

A preocupação e legislação na protecção à infância sofreu grandes alterações ao longo dos tempos. Nos diferentes diplomas legais a importância dada à “criança em perigo” foi tendo a sua evolução natural em função da situação política, económica e social tanto em Portugal como no Brasil.

Assim, através de uma recolha levada a cabo nestes dois países, foi possível detectar as diferenças e semelhanças jurídicas na protecção de crianças em risco, que apesar da herança cultural que os une e da diferenciação política que os afasta, ambos os países, enfrentam problemas legais de intervenção que merecem ser analisados.

Palavras- Chave: Crianças em Risco, Protecção, Adopção, Legislação, Portugal, Brasil.

## Abstract

Children represent one of the most vulnerable groups of society all over the world. The family, despite all the changes that have been suffering, remains the first and most important agent for the personal and social development of the individual. However, for many children, the socialization process is transferred, for various reasons, for the responsibility of the host institutions, when exhausted all forms of a child to stay in their biological family. This is, when a family shows total inability to help the needs of a child and take responsibility for it, the "hand" of the State intervenes to protect and ward off any danger that is threatening the physical well-being and psychological development of children.

The concern and legislation on child protection has suffered several changes over time. In various degrees the emphasis on "child in danger" was taking its natural evolution considering the political, economic and social development in both Portugal and Brazil

Thus, through a collection undertaken in these two countries, was possible to establish the differences and similarities in the legal protection of children at risk, in spite of the cultural heritage that unites and political differentiation that sets them apart, the two countries, face problems that relate to a legal intervention, which merit study.

Key – Words: Children at Risk, Protection, Adoption, Legislation, Portugal, Brazil.

## Introdução

Esta pesquisa será realizada no âmbito do Mestrado em Política Social do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa.

A pesquisa do presente estudo, intitulado *A Mão de Deus. A Protecção de Crianças em perigo em Portugal e no Brasil: um estudo comparativo*, realizar-se-á em Portugal (Lisboa) e no Brasil (Florianópolis, Estado de Santa Catarina) de modo a diagnosticar as diferentes políticas de Protecção de Crianças em Perigo.

Antes de explicar a abordagem geral da dissertação, é relevante fazer uma explicação da escolha do título. Assim, *A Mão de Deus* surge como uma metáfora do papel do estado no processo de vida de uma criança quando a família, primeiro agente de socialização e protecção, falha de alguma forma e é necessária a intervenção deste órgão.

Este estudo irá constituir um contributo para o domínio actualizado deste problema social uma vez que, na actualidade, os estudos sobre a Protecção de Crianças em Perigo, bem como a funcionalidade das instituições e os níveis de comparação entre Portugal e Brasil são praticamente inexistentes. Face a este panorama, será necessária a sua abordagem no domínio de perceber quais as políticas que regem cada país na Protecção de Crianças em Perigo.

Por outro lado, julga-se que o presente trabalho poderá fornecer elementos que poderão contribuir para a criação de um quadro de acções e medidas que venham de encontro aos problemas evidenciados, podendo não só beneficiar as crianças dos dois países em causa como também a estrutura das várias instituições que as protegem.

Pretende-se assim, com este estudo, fazer um alerta a todos os que se preocupam e participam na procura de estratégias que possam minimizar este problema social, captando e analisando com minuciosidade os factores que o determinam, levando à formação de políticas de intervenção social bem sucedidas.

A escolha deste tema deve-se, não só ao interesse de ser dada continuação às pesquisas já realizadas mas também ao interesse que sempre existiu pela problemática das Crianças em Perigo e pela curiosidade de estabelecer uma comparação com o objectivo de perceber quais as semelhanças e as diferenças que estão subjacentes a estes dois países que são tão distintos política e culturalmente.

Espera-se que a comparação entre estas duas realidades enriqueça o estudo social a este nível e que possua benefícios, no sentido de contribuir para a definição de algumas políticas de intervenção, essencialmente a nível social, de modo a evitar a marginalidade e exclusão social de muitas crianças nos dois países.

Os objectivos definidos para este estudo são portanto os seguintes:

- Recolher o máximo de informação a nível nacional sobre a problemática da protecção das crianças em perigo e comparar com toda a informação reunida sobre a mesma problemática no Brasil;
- Tratar objectivamente toda a informação recolhida de forma a perceber todos os parâmetros pertinentes que estão em torno desta problemática;
- Obter dados conclusivos sobre o tema de maneira a conseguir contribuições, não só ao nível pessoal como também ao nível da sociedade em geral.

Este Estudo encontrar-se-á dividido em dois capítulos. Numa primeira fase, foi efectuada uma pesquisa acerca do sistema de intervenção que é regido pelas políticas de protecção à infância em Portugal sendo que, nesta etapa serão focadas a Evolução da Política Social da Infância em Portugal, o Sistema de Protecção Português para Crianças em Perigo e a Adopção no mesmo país. Numa segunda fase, respeitante ao segundo país em estudo, Brasil, será retratada a Área de Intervenção onde foi realizada parte desta dissertação, a Evolução da Política Social da Infância no Brasil e o Sistema de Protecção Brasileiro para Crianças em Perigo, à semelhança do que foi estudado em Portugal. Mais ainda, será pertinente a enunciação e explicação dos Abrigos no Brasil uma vez que foi numa destas instituições de acolhimento que foi desenvolvida a pesquisa de investigação e realizado o estudo de casos de três menores, de modo a perceber quais os projectos de vida que a lei brasileira prevê. Também à semelhança do que foi realizado face a Portugal, ainda nesta fase, considerar-se-á importante o desenvolvimento do tema da Adopção no Brasil.

Relativamente à conclusão será elaborada uma reflexão onde se evidenciará o resultado de todo o processo de trabalho realizado com vista ao estabelecimento, sempre que possível, de uma comparação entre os dois países enunciados.

## Metodologia

Na presente Dissertação, a metodologia utilizada é:

### ➤ **Observação participante:**

A observação participante, segundo o Dr. Hermano Carmo<sup>1</sup>, é aquele em que o investigador assume explicitamente o seu papel de estudioso junto da população observada. Neste sentido, todos aqueles para quem se direcciona o estudo ou que mais directamente estão envolvidos nele, têm conhecimento das funções e dos objectivos do investigador.

“ A observação participante tem sido cada vez mais utilizada quer como ferramenta exploratória, quer como técnica principal de recolha de dados, quer ainda como instrumento auxiliar de pesquisas de natureza quantitativa”.

No presente trabalho a observação participante será utilizada, essencialmente, como uma ferramenta exploratória no sentido em que nos vai permitir conhecer a dinâmica de funcionamento da

---

<sup>1</sup> Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro; Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem; Universidade Aberta, 2ª Edição, 2008; págs. 121 e 122.

Instituição brasileira em estudo e analisar as emoções das pessoas e as relações humanas estabelecidas.

A par da observação participante, houve também a necessidade em complementá-la com a observação documental, que se fundamentou na análise dos processos dos menores em causa, designadamente dos relatórios sociais e informações complementares, bem como da legislação aplicável à área de intervenção.

➤ **Diário de campo:**

O diário de campo torna-se importante para lembrar e ter sempre presente pontos que com o passar do tempo poderia passar despercebidos. A opção utilizada foi o uso de um caderno que acompanhará ao longo de todo este processo.

➤ **Estudo de caso:**

O estudo de caso tem sido muito utilizado em ciências sociais, designadamente pesquisas qualitativas, pois é um método que se caracteriza por uma grande intensidade e flexibilidade, bem como pela recolha de grande quantidade de material informativo.

O estudo de casos consiste numa “ abordagem empírica que investiga um fenómeno actual no seu contexto real; quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes e no qual são utilizadas muitas fontes de dados.”<sup>2</sup>

Neste estudo cingi-me apenas a três casos distintos de menores brasileiros em acolhimento institucional, de forma a perceber qual das soluções Legislativas possíveis para encontrar Projectos de Vida diferenciados para as três crianças em estudo .

➤ **Pesquisa bibliográfica:**

Grande parte deste trabalho passará pela procura de informação que esclareça sobre o tema alvo do estudo.

Esta fase passará por uma consulta exaustiva e variada de literatura como livros de ciências sociais, dissertações de mestrado, relatórios de estágio de colegas, toda a legislação portuguesa e brasileira referente a menores e pesquisa na Internet.

A pesquisa bibliográfica é algo que é feito ao longo de todo o trabalho.

---

<sup>2</sup> Carmo, Hermano; Ferreira, Manuela Malheiro; Metodologia da investigação. Guia para auto-aprendizagem; Universidade Aberta, 2ª Edição, 2008; pág. 234.

## Capítulo I – Protecção de Crianças em Perigo em Portugal

### 1. Evolução da Política Social da Infância em Portugal

Com o evoluir das sociedades, o bem-estar da criança deixou de ser uma preocupação exclusiva da família.

A importância dada actualmente à criança trouxe consigo o reconhecimento de que a esta cabem direitos próprios, adequados ao seu estágio de desenvolvimento, nomeadamente o direito de ser feliz, o direito de ser criança, o direito de brincar, o direito a participar nas decisões que lhe dizem respeito de acordo com a sua maturidade, o direito de ter uma família de afectos que lhe permita um desenvolvimento harmonioso e uma inserção saudável na sociedade.

Ao direito e dever de prover à educação e protecção da criança, reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa<sup>3</sup> e Convenções Internacionais<sup>4</sup>, à família juntou-se a convicção da necessidade e do dever de uma intervenção externa a essa família, por parte da comunidade e, em último caso, do Estado, quando a família se mostre incapaz de assegurar à criança as condições de segurança, saúde, educação e afecto imprescindíveis ao seu crescimento harmonioso.

Deste modo, podem ser evidenciados três primeiros importantes marcos legislativos em Portugal, sendo eles: a Lei de Protecção de Infância em 1911, a Organização Tutelar de Menores em 1978 e por último, a criação das Comissões de Protecção de Menores em 1991.

#### 1.1 Lei de Protecção de Infância de 1911

Como primeiro marco, o Decreto-Lei de 27 de Maio de 1911, a vários termos inovador, com o qual Portugal se tornou num dos países a adoptar uma legislação e um processo específicos para menores, que atendia às particulares necessidades inerentes a este período de desenvolvimento. Simultaneamente, criam-se, pela primeira vez, Tribunais de Menores até aos 16 anos, as Tutórias de infância.

Com inovações, verificou-se a supressão da presunção ilidível, o aumento da idade da inimputabilidade penal e a consciência de que devem ser adoptadas medidas diferentes para adultos e jovens, em atenção ao seu diferente estágio de desenvolvimento psico-biológico-social.

#### 1.2 Organização Tutelar de Menores de 1978

A publicação, em 1978, da Organização Tutelar de Menores<sup>5</sup> que vigorou até 31 de Dezembro de 2000, constitui o segundo marco a realçar.

Esta publicação assentava numa ideologia de protecção e tratamento aplicando-se, indiferenciadamente, tanto a situações de crianças em risco, como a situações de jovens delinquentes, sendo estes vistos como indicadores sintomáticos do perigo, produto das circunstâncias

<sup>3</sup> Art. 36º nº5 e art. 68º nº1 da Constituição da República Portuguesa

<sup>4</sup> Art.27º nº1 da Convenção dos Direitos da Criança

<sup>5</sup> OTM, Decreto-Lei nº314/78 de 27 de Outubro



socioeconómicas que os envolve, e as suas condutas avaliadas enquanto demonstrações de fraca socialização.

### 1.3 Comissões de protecção de Menores em 1991

Por fim, a criação, em 1991, das Comissões de Protecção de Menores, actuais Comissões de Crianças e Jovens<sup>6</sup>. Através da sua criação visou-se evitar o contacto dos menores com os Tribunais, procurando sensibilizar a comunidade para o exercício do dever de, ao lado da família (sempre que possível), encontrar soluções viáveis de intervenção junto das crianças e dos jovens, isto é, apela à participação activa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social.

Nos termos do disposto na Lei nº147/99 de 1 de Setembro, as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)são instituições oficiais, não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

## 2. Sistema de Protecção Português para Crianças em Perigo

De acordo com a Lei Portuguesa considera-se criança ou jovem, a pessoa com menos de 18 anos,<sup>7</sup> não havendo uma distinção explícita entre criança e jovem, não estando assim presentes os limites etários que definem a fronteira entre infância e juventude.

Nesta mesma Lei (art.3º nº2), considera-se que uma criança está em perigo quando designadamente se encontra numa das seguintes situações:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

---

<sup>6</sup> Lei nº147/99 de 1 de Setembro, que aprova a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

<sup>7</sup> Ver Anexo nº 1 - Lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

### 1º Nível de Intervenção

Sempre que uma criança se encontra em situação de risco, qualquer pessoa que tenha conhecimento de tal situação pode comunicá-la às Entidades Competentes em Matéria de Infância e Juventude,<sup>8</sup> às Entidades Policiais, às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou às Autoridades Judiciárias. As Autoridades Policiais e Judiciárias comunicam às CPCJ as situações de crianças e jovens em perigo que conheçam no exercício das suas funções. As Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude comunicam às CPCJ as situações de perigo que conheçam no exercício das suas funções sempre que não possam assegurar atempadamente a protecção que a circunstância possa exigir.

Numa primeira fase, recolhe-se os dados objectivos sobre a situação de perigo anteriormente sinalizada, a identificação da entidade sinalizadora e a identificação básica da criança.

Depois de realizada esta fase, é fundamental recolher todos os elementos necessários que permitam elaborar um diagnóstico profundo sobre a situação e todo o meio envolvente do menor em situação de perigo.

Está deste modo, iniciada a primeira fase de intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança em perigo.

### 2º Nível de intervenção

Se não for possível remover devidamente a situação de perigo, a Segurança Social envia um relatório para a CPCJ, solicitando a intervenção daquela entidade na situação.

A CPCJ irá tentar obter os consentimentos legalmente necessários para intervir. Caso sejam prestados, a Comissão Restrita aplica a Medida de Promoção e Protecção mais adequada para remover ou afastar o menor da situação de perigo. Nesta fase, a CPCJ pode decidir qual a Entidade responsável pelo acompanhamento executivo da Medida, continuando assim a intervir na situação.

Esta intervenção tem que obedecer, aos seguintes princípios orientadores:<sup>9</sup>

- Interesse superior da criança – a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança;
- Privacidade – a promoção dos direitos da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- Intervenção precoce – a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- Intervenção mínima – a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas

<sup>8</sup> Nomeadamente, as Autarquias Locais, Segurança Social, Escolas, Serviços de Saúde, Forças de Segurança, Associações Desportivas, Culturais e Recreativas

<sup>9</sup> Art. 4º, Lei nº147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

entidades e instituições cuja a acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança em perigo;

- Proporcionalidade e actualidade – a intervenção deve ser necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na vida da criança ou na vida da família desta na medida em que for estritamente necessário a essa finalidade;
- Responsabilidade parental – a intervenção deve ser efectuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança;
- Prevalência da família – na promoção dos direitos e na protecção da criança deve ser dada prevalência às medidas que a integrem na sua família ou que promovam a adopção;
- Obrigatoriedade da informação – a criança, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- Audição obrigatória e participação – a criança, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e protecção;
- Subsidiariedade – a intervenção deve ser efectuada sucessivamente pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e, em última instância pelos Tribunais.<sup>10</sup>

### 3º Nível de Intervenção

De acordo com o art. 68º alínea b), da Lei nº147/ 99, de 1 de Setembro, sempre que existir incumprimento do Acordo de Promoção e Protecção celebrado na CPCJ, esta remete o processo ao Ministério Público, sendo então instaurado Processo de Promoção e Protecção judicial. Nesta terceira fase, é já o Tribunal que solicita à Entidade Responsável pelo caso a elaboração de relatório com vista á definição da actual situação de perigo, bem como proposta da Medida de Promoção e Protecção mais adequada à salvaguarda do bem - estar do menor.

Esta fase constitui a intervenção da Segurança Social enquanto Equipa de Assessoria Técnica dos Tribunais nos Processos de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Nesta fase, incluem-se também os Processos de Promoção e Protecção que têm origem na sequência de Procedimentos de Urgência, ao abrigo do art. 91º, da referida lei, em que o Tribunal solicita à CPCJ relatório sobre as condições do agregado familiar, bem como a definição e acompanhamento do projecto de vida do menor.

---

<sup>10</sup> As CPCJ dão conhecimento aos organismos de Segurança Social das situações de crianças e jovens que se encontrem em situação susceptível de determinar a Confiança com vista a futura Adopção e de outras situações que entendam dever encaminhar para Adopção. De acordo com o Princípio da Subsidiariedade, as comunicações obrigatórias não determinam a cessação da intervenção das entidades e instituições, salvo quando os consentimentos forem negados ou retirados.

### **Intervenção do Ministério Público**

O Ministério Público acompanha a actividade das Comissões de Protecção, tendo em vista apreciar a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da sua actividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais adequados.

Compete também ao MP representar as crianças em perigo usando quaisquer meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua protecção.

As CPCJ comunicam ao MP:

- Quando consideram adequado o encaminhamento para adopção;
- Quando não haja ou sejam retirados os consentimentos para a intervenção, bem como no incumprimento dos acordos;
- Quando não existem os meios para aplicar ou executar a medida adequada;
- Quando finalizado o período de seis meses após o conhecimento da situação não tenha sido proferida decisão;
- Quando as situações dos menores se justifiquem a regulação ou alteração do Regime de exercício do Poder Paternal;
- Quando a instauração da Tutela ou a adopção de qualquer outra providência cível em casos que necessitem de fixação, alteração ou incumprimento das prestações de alimentos.

### **Intervenção Judicial**

A intervenção Judicial tem lugar quando:

- Não está instalada CPCJ no Município ou na Freguesia da respectiva área de residência, ou quando a Comissão não tenha competência nos termos da Lei para aplicar a Medida de promoção e protecção adequada;
- Não seja prestado/retirado o consentimento necessário, ou haja oposição da criança;
- O acordo de promoção e protecção seja reiteradamente não cumprido;
- A CPCJ não obtenha a disponibilidade de meios necessários para aplicar/executar a medida;
- Ausência de decisão da CPCJ nos seis meses seguintes ao conhecimento da situação;
- O Ministério Público considera a decisão da CPCJ ilegal/inadequada;
- O tribunal apensa processo da CPCJ ao Processo Judicial.

### Modalidades de Funcionamento:

A Lei determina um esquema de intervenção em situações de crianças e jovens em perigo, que se pode representar graficamente através de uma pirâmide de três níveis, sendo cada nível de intervenção subsidiário do que o precede

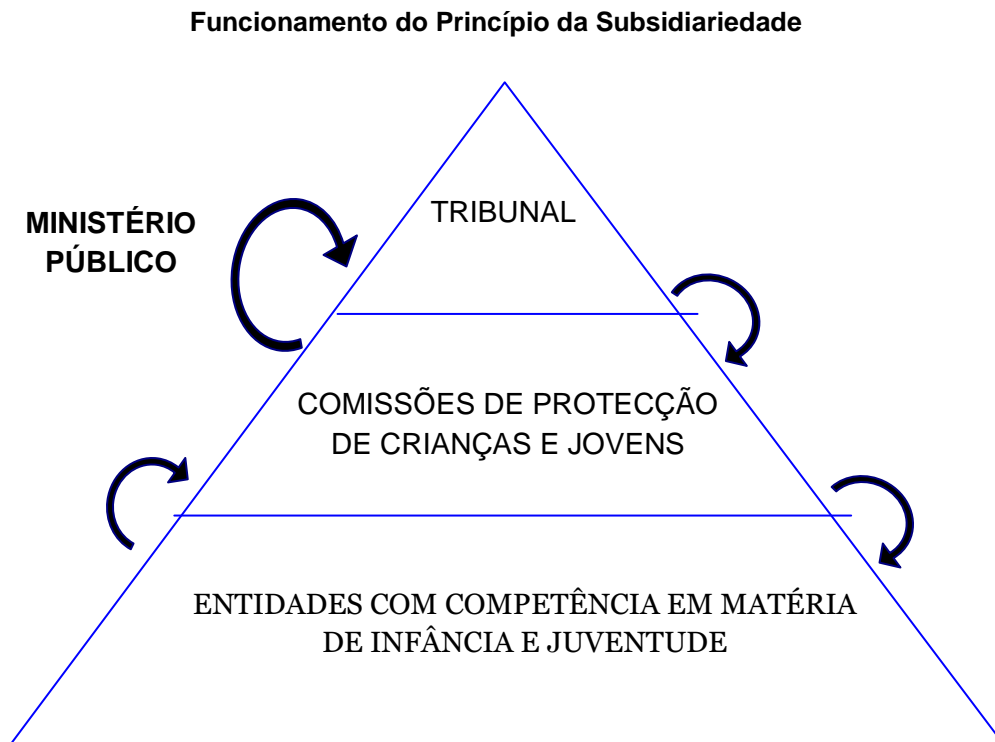


Ilustração 1 - Modelo Organizacional Piramidal do Sistema de Protecção de Crianças em Perigo Português

#### **2.1. Medidas de Promoção e Protecção**

Para a criança ser afastada da situação de perigo é aplicada uma Medida de Promoção dos Direitos e de Protecção. Esta Medida é uma providência adoptada pela CPCJ ou em última instância pelos Tribunais, de modo a proteger a criança do perigo em que esta se encontrava inserida.

A Medida de Promoção dos Direitos e Protecção da Criança tem de ser realizada através de um Acordo (Acordo de Promoção e Protecção) que é definido como sendo um compromisso reduzido a escrito entre a CPCJ ou pelo Tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança ou jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano contendo Medidas de Promoção e Protecção.<sup>11</sup>

A intervenção das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude tem de

<sup>11</sup> Art. 5º f), Lei nº147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

ser sempre efectuada de modo consensual com os pais, representante legal, ou com quem tenha a guarda de facto da criança, enquanto que a intervenção da CPCJ depende do consentimento expresso destes.<sup>12</sup>

“Os artigos 35º. e seguintes da LP consagram o quadro substantivo das Medidas de Protecção incorporando soluções tradicionais recriadas ou reorganizadas e simultaneamente soluções inovadoras que acompanham a modernidade e actualidade da Lei.

Duas ideias estão presentes na definição das Medidas de Protecção e nos fins que visam atingir. Por um lado uma clara distinção (e até uma ordem de preferência) entre as Medidas que privilegiam e procuram preservar os relacionamentos afectivos e o meio familiar e social próprios da criança ou jovem (o seu habitat normal parafraseando a linguagem da biologia) e as Medidas que recorrem a soluções de outra natureza, que visam assegurar igualmente as condições que satisfaçam as necessidades da criança ou jovem ainda que ausentes do seu contexto sócio-familiar natural. É esta a lógica da dicotomia, Medidas em Meio Natural de Vida e Medidas em Regime de Colocação.”<sup>13</sup>

Deste modo, as Medidas de Promoção e Protecção que visam afastar a criança de uma situação considerada como perigo para esta, podem-se distinguir como:

#### 2.1.1. Medidas em Meio Natural de Vida

- a) Apoio Junto dos Pais
- b) Apoio Junto de Outro Familiar
- c) Confiança a Pessoa Idónea
- d) Apoio para Autonomia de Vida

#### 2.1.2. Medidas em Regime de Colocação

- a) Acolhimento Familiar
  - ❖ Em Lar Familiar
  - ❖ Em Lar profissional
- b) Acolhimento em Instituição

#### 2.1.3. Confiança a Pessoa Seleccionada para Adopção ou Instituição com Vista a Futura Adopção

##### 2.1.1. Medidas em Meio Natural de Vida

Estas Medidas são os meios e os instrumentos através dos quais se pretende afastar o perigo

<sup>12</sup> A intervenção da CPCJ só é iniciada quando as Entidades com Competência em Matéria de infância e Juventude não conseguem remover o perigo em que a criança se encontra

<sup>13</sup> Clemente, Rosa; Inovação e Modernidade no Direito de Menores- A PERSPECTIVA DA LEI DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO; Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família; Coimbra Editora, 2009, pág.89

e proporcionar às crianças as condições favoráveis de modo a que estas se consigam desenvolver num meio harmonioso, mas também se espera que através destas Medidas se possa proporcionar não só às crianças mas também que ajudem as suas famílias quando estas se encontram em situações de especial vulnerabilidade.

a) Apoio Junto dos Pais

A medida de apoio junto dos pais é a medida que se encontra em consonância com o primado da prevalência na família. Este primado define-se como o reconhecimento de que a família é o meio privilegiado para a socialização de uma criança. Só em situações de excepção que declarem o superior interesse da criança é que esta deve ser afastada do seio familiar onde foi gerada.

Tendo em conta o artigo 39.º<sup>14</sup> “a medida de apoio junto dos pais consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica”.

Esta medida tem como objectivo orientar no sentido da aquisição ou reforço das competências necessárias ao exercício de uma parentalidade responsável e adequada à satisfação das necessidades da criança

b) Apoio Junto de Outro Familiar

Esgotadas as hipóteses de a criança permanecer com os pais, esta medida aplica-se na solução de protecção encontrada da criança permanecer no quadro da família alargada, derivada da ideia de que a “consanguinidade é sempre geradora de afecto e vinculação positiva para a criança”.<sup>15</sup>

De acordo com o artigo 40.º<sup>16</sup> “a medida de apoio junto de outro familiar consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de um familiar com quem resida ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e quando necessário, ajuda económica”.

c) Confiança a Pessoa Idónea

Tanto a medida de apoio junto de outro familiar como a medida de confiança a pessoa idónea, são medidas cujo objectivo visa orientar para a aquisição por parte da criança de competências emocionais, educativas e sociais que a capacitem para prosseguir em segurança o seu percurso.

Esta medida visa a entrega da criança a uma pessoa que não faz parte da sua família biológica como forma de a proteger de uma situação de perigo.

Segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (artigo 43.º), “a medida de

<sup>14</sup> Lei nº147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

<sup>15</sup> Clemente, Rosa; Inovação e Modernidade no Direito de Menores- A PERSPECTIVA DA LEI DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO; Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Centro de Direito da Família; Coimbra Editora, 2009, pág.97

<sup>16</sup> Lei nº147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

confiança a pessoa idónea consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido relação de afectividade recíproca”.

d) Apoio para Autonomia de Vida

Esta medida é aplicada a jovens de idade superior a 15 anos ou inferior, quando se trata de mães adolescentes, esta é executada no sentido de proporcionar as condições necessárias a uma automatização nos contextos escolar, profissional e social, bem como ao fortalecimento de relações com os outros e consigo próprio. Pretende-se criar condições de formação pessoal, profissional e de inserção na vida activa.<sup>17</sup>

### **Natureza dos Apoios**

De acordo com os artigos 39.º, 40.º, 43.º e 45.º atrás referidos, mencionam na execução das medidas, os apoios a prestar de natureza psicopedagógica, social e económica.

Tais apoios tão referidos nestes artigos, são explicados da seguinte maneira: “ o apoio psicopedagógico consiste numa intervenção de natureza psicológica e pedagógica que tenha em conta as diferentes etapas de desenvolvimento da criança ou do jovem e o respectivo contexto familiar...” ; o apoio social define-se como uma “intervenção que envolve os recursos comunitários, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento integral da criança ou jovem e para a satisfação das necessidades sociais do agregado...” e por último, “o apoio económico consiste na atribuição de uma prestação pecuniária, a pagar pelos serviços distritais da Segurança Social, para a manutenção da criança ou do jovem, ao agregado familiar com quem reside, tendo como fundamento a necessidade de garantir os cuidados adequados ao desenvolvimento integral da criança ou jovem...”.<sup>18</sup>

As medidas aplicadas pelas CPCJ ou em Processo Judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e protecção que em meio natural de vida, deve incluir:

- Os cuidados de alimentação, higiene, saúde (incluindo consultas médicas e de orientação psicopedagógica) e conforto a prestar;
- A identificação do responsável pela criança ou jovem durante o período de impossibilidade dos pais ou das pessoas a quem esteja confiada;
- O plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação de tempos livres;
- O apoio económico a prestar, sua modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição.

<sup>17</sup> Artigo 45.º, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

<sup>18</sup> Artigo 11.º, 12.º e 13.º correspondentes, Lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo



### **Duração das Medidas em Meio Natural de Vida**

As medidas de promoção e protecção de apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida têm a duração estabelecida inicialmente no acordo ou na decisão judicial. Contudo, estas medidas não podem ter a duração superior a um ano, mas pode ser extendido o prazo até dezoito meses se necessário, com vista ao interesse da criança.

No caso das medidas de promoção e protecção apoio junto dos pais e confiança a pessoa idónea, também podem ser prorrogadas por um prazo de dezoito meses desde que se mantenham os consentimentos e os acordos legalmente exigidos.

### **Fases de Execução das Medidas de Promoção e Protecção em Meio Natural de Vida**

Existem quatro fases da execução destas medidas, sendo elas:<sup>19</sup>

1ª Fase – Preparação da criança, dos pais, do familiar acolhedor ou da pessoa idónea, dependendo da tipologia da família;

2ª Fase – Acompanhamento e monitorização do plano de intervenção;

3ª Fase – Avaliação de eventual revisão da medida;

4ª Fase – Cessação da medida.

#### **2.1.2. Medidas em Regime de Colocação**

##### **a) Acolhimento Familiar**

Segundo a Legislação Portuguesa, o acolhimento familiar é um sistema de cuidados alternativos para as crianças que são privadas dos cuidados parentais. Estas crianças são as que por motivos de natureza diversa, deixam de poder beneficiar do afecto e dos cuidados dos seus progenitores e que por esses motivos também não é possível reunir as condições necessárias para beneficiarem do sistema de cuidados alternativos familiares, integrados pelas soluções que corporizam as medidas em meio natural de vida dos artigos 40.º e 43.º <sup>20</sup>, respectivamente o apoio junto de outro familiar e a confiança a pessoa idónea.

A medida em acolhimento familiar é uma solução que a Lei define como em regime de colocação, pois implica o afastamento da criança do seu contexto familiar e frequentemente também do seu contexto social.

De acordo com o artigo 46.º da mesma Lei, “o acolhimento familiar consiste na atribuição da

<sup>19</sup> Artigo 8.º, Decreto-Lei nº 12/2008 de 17 de Janeiro

<sup>20</sup> Lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral”.

Segundo esta definição, torna-se necessário aqui neste ponto proceder-se à definição de família.

No Código Civil, não há nenhum preceito específico que contenha a noção família, o mais próximo da definição desejada, encontra-se no artigo 1576.º que explica que “são fontes das relações jurídicas familiares o casamento, o parentesco, a afinidade e a adopção”. Deste modo, este artigo torna-se incompleto na medida em que deixa de parte as relações parafamiliares, como por exemplo, a convivência em união de facto e economia comum.

No artigo 46.º, nº 2 da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, considera uma família:

- Duas pessoas casadas entre si;
- Ou vivam uma com a outra há mais de dois anos em união de facto;
- Ou ainda, parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação.

O acolhimento familiar tem por base a previsibilidade do regresso da criança à família natural e em circunstância alguma podem ter qualquer relação de parentesco com a criança.

A confiança da criança para acolhimento familiar só pode ser atribuída a uma pessoa singular ou a uma família que seja seleccionada pela Segurança Social ou a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que a Lei define como sendo instituições de enquadramento.

As CPCJ acompanham a execução da medida de acolhimento familiar em articulação com as instituições de enquadramento referidas anteriormente.

A execução desta medida é aplicada no decorrer do processo judicial e é dirigida e controlada pelo tribunal.

O Acolhimento Familiar Pode Ser Realizado em Lar Familiar ou Lar Profissional.

#### ❖ Acolhimento em Lar Familiar

Em conformidade com o Artigo 8.º<sup>21</sup>, podem colocar-se até duas crianças em acolhimento em lar familiar, desde que o número total de crianças a viverem juntas não seja superior a quatro.

Mas caso a família de acolhimento não tenha filhos menores nem crianças a cargo o número de crianças em acolhimento pode ser três.

---

<sup>21</sup> Decreto-Lei nº11/2008 de 17 de Janeiro

De acordo com o Artigo 14.º da mesma Lei, para ser família de acolhimento, a pessoa responsável, tem de reunir alguns requisitos mencionados neste artigo.

❖ **Acolhimento em Lar Profissional**

A Lei diz que este tipo de medida consiste no acolhimento de crianças que detenham algumas necessidades especiais quer de foro emocional e comportamental como também alguma deficiência ou doença crónica e que por isso mesmo necessitam de cuidados especiais e de uma protecção adequada à sua situação que pode ser culminada através do acolhimento em lar de alguém detentor de capacitação técnica.

A exigência da formação adequada aos candidatos a constituir-se como família de acolhimento em lar profissional, tal como atribui o regime de exclusividade obrigatório para o exercício destas funções, o que é legítimo dado ao grau de exigência dessas mesmas funções face ao perfil da criança que reclama este tipo de enquadramento.

Em lar profissional colocam-se no máximo duas crianças.

**Duração do Acolhimento Familiar**

O acolhimento familiar pode ser um acolhimento de curta duração, isto é, quando é previsível que o retorno da criança à sua família biológica seja efectuado num prazo nunca superior a seis meses, ou um acolhimento prolongado, que consiste em um acolhimento de maior duração, devido às condições não se encontrarem reunidas para que seja possível um retorno da criança à família natural.

**Fases do acolhimento familiar**

Segundo o Artigo 26.º<sup>22</sup>, o acolhimento familiar de uma criança tanto em lar familiar como em lar profissional é efectuado de acordo as seguintes fases:

- 1ª Fase – Preparação do acolhimento e elaboração do plano de intervenção;
- 2ª Fase – Início e acompanhamento da situação de acolhimento;
- 3ª Fase – Revisão da medida;
- 4ª Fase – Cessação do acolhimento.

Nesta última fase, na cessação do acolhimento, o retorno da criança à sua família de origem é um marco importante na vida desta e para tal é imprescindível que a criança seja preparada para tal acontecimento. A Lei prevê que a criança deve ser preparada para sair do lar da família de acolhimento no mínimo um mês antes.

---

<sup>22</sup> Decreto-Lei 11/2008 de 17 de Janeiro

Quando a criança retorna à sua família natural, a equipa técnica por um período mínimo de seis meses deve-se manter informada sobre o percurso de vida da criança.

**b) Acolhimento em Instituição**

Como pode ser verificado no Artigo 49.º<sup>23</sup> “a medida de acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral”.

As instituições de acolhimento podem ser de natureza diversa, estas podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas consoante o acordo de cooperação estabelecido com o Estado.

Independentemente da natureza da instituição de acolhimento, ela deve favorecer uma relação afectiva semelhante à familiar e deve favorecer à criança uma vida personalizada com integração na comunidade.

Estas instituições funcionam em regime aberto, isto é, possibilita a livre entrada e saída da criança da instituição desde que vá de encontro com as normas de funcionamento desta.

Caso não haja decisão judicial que se oponha, a criança deve ser visitada na instituição pelos pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto.

Um dos direitos da criança em acolhimento institucional, é que esta receba uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhe sempre assegurada a prestação dos cuidados de saúde e formação escolar. Pretende-se também que a criança usufrua de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação.

Para os casos de acolhimento em instituição é obrigatório que a situação seja reexaminada de três em três meses.

**Duração do Acolhimento Institucional**

Tal como a medida em acolhimento familiar, o acolhimento institucional pode ser de curta duração ou prolongado.

Quando o acolhimento em instituição se realiza num prazo não superior a seis meses, este é efectuado numa casa de acolhimento temporário e define-se como sendo de curta duração.

O acolhimento prolongado já tem lugar em lar de infância e juventude e destina-se a crianças que necessitem de um acolhimento de duração superior a seis meses.

De acordo com o artigo 57.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, as

<sup>23</sup> Lei nº 147/99 de 1 de Setembro – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

medidas aplicadas pelas CPCJ ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e protecção que em regime de colocação deve incluir:

- A modalidade de acolhimento e o tipo de família ou de lar;
- Os direitos e deveres dos intervenientes, nomeadamente a periodicidade das visitas e os montantes da prestação correspondentes aos gastos necessários a ter com a criança;
- A periodicidade e o conteúdo das informações a prestar às entidades administrativas e às autoridades judiciais, bem como a identificação da pessoa ou entidade que a deve prestar.

### **Duração das Medidas em Regime de Colocação**

As medidas de promoção e protecção em acolhimento familiar e acolhimento em instituição, de acordo com o previsto na mesma Lei (Artigo 61.º) têm uma duração de acordo com o estabelecido no acordo ou na decisão judicial.

Em Portugal existem inúmeros Centros de Acolhimento Temporário e Lares de Infância e Juventude, alguns deles com Unidade de Emergência. As tabelas seguintes representam a distribuição dos mesmos por Concelhos e também a sua existência na Madeira e nos Açores, ora vejamos:

Concelho	Centro de Acolhimento Temporário	Unidade de Emergência
Aveiro	8	1
Beja	1	0
Braga	11	6
Bragança	3	0
Castelo Branco	2	0
Coimbra	8	1
Évora	2	0
Faro	4	0
Guarda	2	0
Leiria	6	0
Lisboa	17	0
Portalegre	2	0
Porto	13	0
Santarém	5	0
Setúbal	8	8
Viana do Castelo	2	0
Vila Real	2	0
Viseu	1	0
Açores	6	2
Madeira	2	2

Ilustração 2 - Número de Centros de Acolhimento por Concelho (com ou sem unidade de emergência).

Concelho	Lar de Infância e Juventude	Unidade de Emergência
Aveiro	7	0
Beja	3	0
Braga	21	4
Bragança	8	0
Castelo Branco	7	3
Coimbra	17	0
Évora	10	0
Faro	10	0
Guarda	8	0
Leiria	3	0
Lisboa	36	0
Portalegre	2	1
Porto	36	0
Santarém	12	1
Setúbal	15	0
Viana do Castelo	5	0
Vila Real	5	0
Viseu	5	0
Açores	34	0
Madeira	10	3

**Ilustração 3 - Número de Lares de Infância e Juventude por Concelho (com ou sem unidade de emergência).**

Nesta última tabela para além dos dados enunciados falta ainda mencionar a Casa Pia de Lisboa que integra oito Centros de Educação e Desenvolvimento, sendo eles:

- Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Catarina que contém também Unidade de Emergência
- Centro de Educação e Desenvolvimento de Pina Manique
- Centro de Educação e Desenvolvimento D. Nuno Álvares Pereira
- Centro de Educação e Desenvolvimento de Santa Clara
- Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira
- Centro de Educação e Desenvolvimento D. Maria Pia
- Centro de Educação e Desenvolvimento António Aurélio da Costa Ferreira
- Centro de Educação e Desenvolvimento Francisco Margiochi

e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que integra catorze Lares de Infância e Juventude sendo eles:

- Casa dos Afectos
- Lar “A nossa casa”
- Lar Rainha Santa
- Lar Menino Jesus
- Lar Novo Rumo
- Lar N<sup>a</sup> Sra. Fátima
- Lar Rainha D. Maria I
- Lar Sta. Teresinha
- Lar Sto. António
- Lar S. Francisco de Assis
- Lar Sta. Brígida
- Lar Padre Agostinho da Motta
- Residência de Autonomização
- Instituto São Pedro de Alcântara.

Os Lares de Infância e Juventude existentes em Portugal, quase na sua totalidade se encontram já reestruturados quanto às idades de admissão das crianças e dos Jovens, podendo normalmente variar por grupos etários de 0 – 3, 0 – 6, 6 – 12, 12 – 18, existindo contudo ainda Lares que abrangem as idades compreendidas de 0 a 18 anos de idade. É possível encontrar estes casos nas instituições de acolhimento de crianças e jovens mais antigas em que ainda se encontra muito presente o cunho religioso.

Para além dos Centros de Acolhimento Temporário e dos Lares de Infância e Juventude apresentados na tabela, em Lisboa também existem três Centros de Acolhimento Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) que visam essencialmente intervir no contexto familiar, ajudando a família a criar condições e a potencializar os recursos necessários à manutenção das crianças e jovens nos seus agregados de origem, prevenindo assim a sua institucionalização ou possibilitando a sua desinstitucionalização e reintegração familiar.

### 2.1.3. Confiança a Pessoa Seleccionada para Adopção ou a Instituição com vista a Futura Adopção

Esta medida consiste na colocação da criança sob a guarda de um candidato seleccionado para adopção pelo organismo da Segurança Social ou na colocação de uma criança sob a guarda de uma instituição com o objectivo que a criança venha a ser adoptada.

Tendo em conta a Lei nº 31/2003 de 22 de Agosto,<sup>24</sup> Artigo 35.º, nº 3, esta medida de promoção e protecção é considerada a executar no meio natural de vida no caso de confiança a pessoa seleccionada para adopção e no regime de colocação no caso de confiança a instituição com vista a futura adopção.

Enquanto que a aplicação das medidas de promoção dos direitos e protecção atrás mencionadas é da competência exclusiva das CPCJ e dos tribunais, esta medida de confiança a pessoa seleccionada para adopção ou a instituição com vista a futura adopção é apenas da competência exclusiva dos tribunais.

Este tema será desenvolvido pormenorizadamente adiante.

### 2.1.4. Procedimentos de Urgência

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo define o regime dos procedimentos de urgência aplicável às situações de crianças em condições de perigo especiais, isto é, “quando exista perigo actual ou iminente para a vida ou integridade física da criança” (Artigo 91.º, nº1). Deste modo, torna-se necessário uma actuação em tempo útil de uma intervenção adiada por razões circunstanciais, tais como a ausência ou oposição do consentimento dos detentores do poder paternal para que possa existir uma intervenção que vise a protecção imediata da criança.

Em caso de perigo iminente para a criança, qualquer entidade com competência em matéria de infância e juventude ou as CPCJ podem solicitar a intervenção do tribunal ou das entidades policiais de modo a pôr termo a uma situação de perigo para a criança. “Enquanto não for possível a intervenção do Tribunal, as autoridades policiais retiram a criança ou jovem do perigo que se encontra e asseguram a sua protecção de emergência em casa de acolhimento temporário...” (Artigo 91.º, nº 3, da mesma lei referida em parágrafo anterior).

Posto isto, o Tribunal assim que tenha conhecimento da situação, profere decisão provisória, pelo prazo de quarenta e oito horas, aplicando uma das medidas de promoção e protecção dos direitos da criança. Depois de decretada a decisão provisória, o processo segue todas as fases correspondentes como sendo um processo judicial de promoção e protecção.

<sup>24</sup> Lei que altera alguns artigos da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99 de 1 de Setembro)



## 2.2. Plano DOM

O Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças – foi lançado em 2007 a nível nacional e tem como principal objectivo a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadores de uma melhoria contínua da promoção de direitos e protecção das crianças e jovens institucionalizados, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização em tempo útil.

A execução do Plano é assegurada pelo Instituto da Segurança Social, I.P., Centros Distritais de Segurança Social, em ligação como Centro de Segurança Social da Madeira, o Instituto de Acção Social dos Açores e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

O Plano DOM assenta em duas principais medidas, sendo elas:

- Medida 1 – consiste na dotação de recursos humanos em instituições de acolhimento onde não exista Equipa Técnica ou reforço das Equipas Técnicas existentes, adequando-as ao número de crianças e jovens acolhidos.
- Medida 2 – consiste na qualificação da intervenção e dos interventores, através de um grande investimento na formação às Direcções, Equipas Técnicas e Educativas e na criação de instrumentos técnicos de intervenção.

A implementação deste Plano foi realizada ao longo de quatro fases:

- 1ª Fase – denominada a Fase Piloto, onde foram efectuados os primeiros protocolos com 5 instituições em 14 de Novembro de 2007, envolvendo 6 Lares, abrangendo 184 crianças e jovens acolhidos;
- 2ª Fase – denominada o Primeiro Alargamento, onde foram efectuados mais 21 protocolos, que envolveram 21 Lares, abrangendo 584 crianças e jovens acolhidos;
- 3ª Fase – designado Segundo Alargamento, em 23 de Setembro de 2008 foram celebrados mais 79 protocolos que envolveram 84 Lares de Infância e Juventude, alcançando 2113 crianças e jovens acolhidos, abrangendo na totalidade 2881 crianças e jovens;
- 4ª Fase – o Terceiro Alargamento, teve a sua iniciação em Abril de 2009 não existindo ainda dados concretos.

O acompanhamento do Plano DOM é efectuado através de uma Equipa Central DOM, integrada no Instituto da Segurança Social, tendo como objectivo proceder à concepção do Plano, criando estratégias de implementação dando formação aos interventores através da coordenação e supervisão, e por Equipas Locais DOM, integradas nos Centros Distritais, têm como principais funções a análise SWOT das Instituições, o acompanhamento da implementação do Plano nos Lares de Infância e Juventude, participação na selecção dos novos técnicos, em parceria com a Instituição a que se destinam e a realização de relatórios semestrais de evolução.

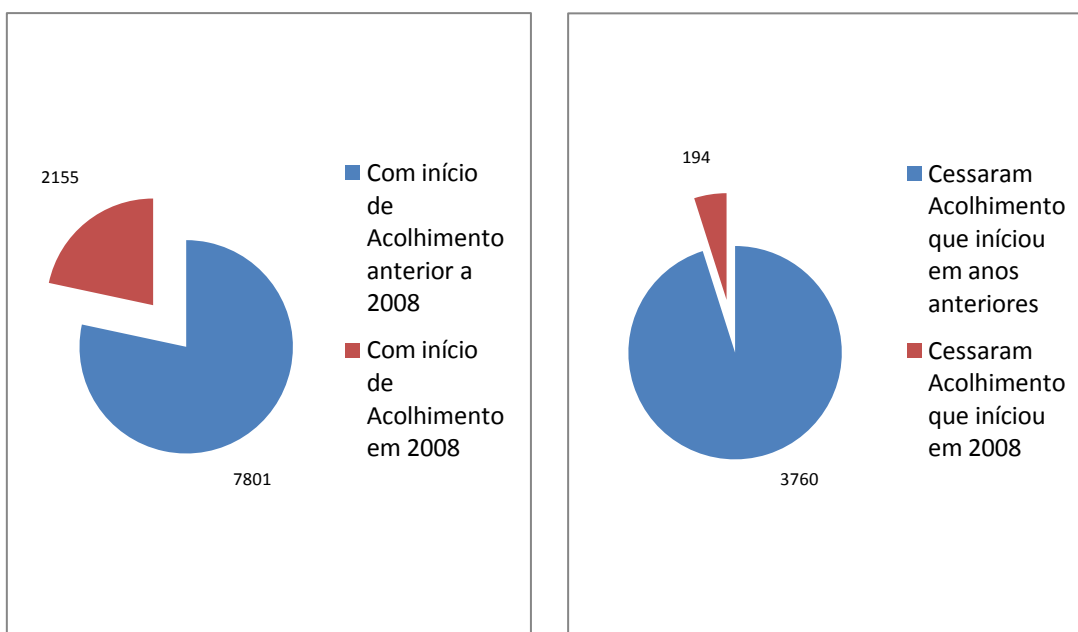
A dinâmica do Plano DOM assenta na mudança de práticas institucionais que se revelem menos adequadas, na mudança de atitudes que não confirmam a legitimidade para a devida salvaguarda dos interesses das crianças e jovens que requerem protecção e confiança no futuro bem

como na mudança do paradigma do acolhimento institucional tendo como objectivo primordial a Qualificação Institucional.

Desde a implementação do Plano DOM e de todo o investimento político, técnico e financeiro que este Plano acarreta, tem-se vindo a verificar os seus efeitos, quer do ponto de vista do esforço em garantir a concretização de projectos de vida de crianças e jovens em contexto familiar, quer no que diz respeito à intervenção que garanta a preservação familiar, evitando o recurso à institucionalização.

Deste modo, com base nos dados fornecidos pelo Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008, foi possível apurar que:

- Em 2008 foram identificadas **9.956** crianças e jovens em situação de efectivo acolhimento (menos de **1.406** do que as crianças acolhidas em 2007, o que representa um decréscimo de cerca de 12% face aos acolhimentos registados nesse ano);
- Destas crianças e jovens que se encontram acolhidas, **2.155** iniciaram o acolhimento em 2008 (valor muito aproximado ao registado em anos anteriores, indicando uma tendência de estabilização ao nível do número de novas entradas no sistema de acolhimento) e **7.801** iniciaram o acolhimento em anos anteriores;
- **3.954** crianças e jovens saíram do sistema de acolhimento em 2008, o que representa um aumento do número de saídas de cerca de 23% face às que ocorreram em 2007 (mais 937 crianças e jovens que saíram do sistema de acolhimento); destas, **194** (5%) iniciaram o acolhimento no mesmo ano em que o concluíram.



**Ilustração 4 - Crianças e Jovens em Acolhimento antes de 2008 e com início em 2008 e Crianças e Jovens que iniciaram acolhimento antes de 2008 e com início em 2008, respectivamente**

De acordo com o Relatório de Implementação do Plano DOM em Dezembro de 2008, quanto à Taxa de Desinstitucionalização de Crianças e jovens nos 111 Lares de Infância e Juventude que já se encontravam envolvidos neste Plano, apurou-se o seguinte:

Nº (%) de Crianças/Jovens desinstitucionalizadas	Grupo Piloto (em 12 meses)	Grupo do 1º Alargamento (em 8 meses)	Grupo do 2º Alargamento (em 2 meses)
	54 (29%)	115 (15%)	54 (2%)

**Ilustração 5 - Desinstitucionalização de Crianças/Jovens de LIJ desde a celebração do Protocolo DOM até 30 Novembro de 2009**

Fonte: Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008

### 3. Adopção em Portugal

As crianças quando abandonadas, negligenciadas ou maltratadas, necessitam de uma alternativa ao seu ambiente familiar disfuncional. É aqui que a adopção aparece como a melhor solução para a criança em risco, sem hipótese de crescer na sua família biológica.

A criança é actualmente, considerada em todo o mundo como sujeito de direitos. É-lhe reconhecido o direito de ser criança no tempo de o ser, de preparar o seu futuro, de viver no seio de uma família onde aprenda amar e a ser amada.

No entanto, a realidade social mostra que existem em grande número, crianças abandonadas, vítimas de maus-tratos, orfãs e tantas outras que por razões diversas não vivem dentro de um quadro familiar normal, mas sim num quadro de famílias disfuncionais, que compreendem todas as famílias que por razões ligadas à falta de condições económicas, habitacionais, psicológicas entre outras não cumprem as suas competências.

As respostas que cada sociedade pode encontrar para estas crianças são à medida da sua civilização e do seu humanismo. Contudo, tanto em Portugal como no Brasil, a adopção aparece como a melhor alternativa para crianças desprovidas de um projecto de vida com a sua família natural.

Em Portugal, segundo o Regime Jurídico da Adopção<sup>25</sup>, “uma das inovações mais importantes do actual Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de Novembro de 1966, e que entrou em vigor, na quase totalidade, em 1 de Junho de 1967, foi o reconhecimento da adopção como fonte de relações jurídicas familiares, retomando-se, assim, uma tradição do nosso direito que o Código de Seabra havia interrompido.

Este reconhecimento processou-se à luz de um novo espírito: o instituto da adopção projectou-se num quadro geral de protecção à criança desprovida de meio familiar normal, privilegiando-se o interesse do adoptado”.

A adopção surge desta forma, como a melhor solução, uma vez que substitui plenamente o

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio

meio familiar inserindo a criança num novo. No entanto, apenas se recorre à adopção quando não há hipótese de integração do menor na família biológica. Perante o instituto da adopção<sup>26</sup> a criança, assume legalmente um vínculo natural de filiação aos pais adoptivos e é dotada de todos os direitos de um filho natural. A adopção pode representar uma vantagem para ambas as partes, na medida em que não só permite que a criança encontre um meio familiar adequado ao seu desenvolvimento, como também pode ajudar um casal a completar o seu projecto familiar.

Assim que seja decretada a medida de promoção e protecção de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção ou a confiança judicial, os progenitores da criança ficam inibidos do exercício do poder paternal.

Esta medida de confiança a pessoa ou instituição com vista a futura adopção só é decretada se:

- uma criança for filha de pais incógnitos ou falecidos;
- os progenitores, por qualquer motivo, puserem em perigo grave a segurança, saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança;
- os progenitores tiverem abandonado a criança;
- no decorrer do acolhimento particular ou institucional da criança, os progenitores revelarem desinteresse em manter os vínculos com a criança.

### 3.1. Tipos de Adopção

São dois os tipos de adopção que o nosso Regime Jurídico prevê: a adopção nacional e a adopção internacional. A adopção nacional, por sua vez, divide-se em adopção plena e adopção restrita.

#### 3.1.1. Adopção Nacional

##### a) Adopção Plena

A adopção plena é irrevogável e coloca a criança adoptada em situação igual à de um filho natural, perante os pais adoptivos e respectiva família. Esta é normalmente, a forma de adopção desejada. Em termos legais, há um corte completo entre o filho adoptivo e a sua família natural, o que se reflecte no facto de este perder os apelidos da sua antiga família, uma vez que adquire os da família adoptiva. A Reforma de 93 prevê, inclusivamente, que o nome próprio possa também, em

<sup>26</sup> O Instituto da Adopção, não é uma instituição ou organização em sentido material, mas trata-se de todo um enquadramento jurídico que regula a forma como o menor passa a pertencer a outra família que não a sua, como filho legítimo. Isto é, o Instituto da Adopção incorpora todo o conjunto de leis que dizem respeito à adopção.

Em Portugal, a Segurança Social é a entidade competente para a selecção dos candidatos à adopção e para o acompanhamento dos casos em todo o país. No entanto, tanto a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa como o Refúgio Aboim em Ascensão em Faro (desde 2002), trabalharam em parceria com os Organismos da Segurança Social na inscrição, estudo e avaliação dos candidatos à adopção; integram as crianças nas famílias seleccionadas para adoptar; acompanham e avaliam o período de pré-adopção com vista à constituição definitiva do vínculo da família adoptiva e asseguram, também, um serviço de atendimento e informação sobre questões relacionadas com a adopção.

A Santa Casa de Misericórdia de Lisboa apenas pode intervir no Concelho de Lisboa, enquanto que o Refúgio Aboim Ascensão tem competência para intervir apenas no Algarve.

certas circunstâncias ser alterado<sup>27</sup>.

### **Requisitos específicos para a adopção plena**

De acordo com o artigo 1979.º do Código Civil, pode adoptar plenamente:

- duas pessoas casadas há mais de quatro anos, ambas com idade igual ou superior a 25 anos de idade;
- uma pessoa singular com mais de 30 anos de idade;
- quem não tiver mais de 60 anos de idade e não pode haver diferença de idades superior a 50 anos entre adoptante e adoptando, excepto se a criança adoptada for filha do cônjuge do adoptante.

#### **b) Adopção Restrita**

A adopção restrita é revogável em determinadas condições. Através dela são mantidas as relações entre o filho adoptivo e a sua família natural, existindo simultaneamente um vínculo com os adoptantes em termos de alimentos, direitos sucessórios e exercício do poder paternal (que passa para os adoptantes). Também o nome da criança pode incluir apelidos dos pais adoptivos além dos da família natural. A adopção restrita limita as responsabilidades dos adoptantes se surgirem dificuldades na relação.

### **Requisitos específicos para a adopção restrita**

De acordo com o artigo 1992.º do Código Civil, pode adoptar:

- quem tiver mais de 25 anos de idade;
- quem não tiver mais de 60 anos à data em que o menor tenha sido confiado.

#### **3.1.2. Adopção Internacional**

Quando esgotadas todas as hipóteses para a adopção nacional de uma criança<sup>28</sup> é que então se deverá recorrer à adopção internacional. Confere-se ao Ministério Público legitimidade para requerer a revisão de decisão estrangeira que decreta a adopção de menor nacional, caso não tenha sido pedida pelos adoptantes, por forma a facilitar a concretização do interesse do menor em ver reconhecida, também no seu país de origem, a nova situação.

<sup>27</sup> Artigo 1988.º, nº2 do Código Civil

<sup>28</sup> Em Portugal este pressuposto define-se como princípio de subsidiariedade, artigo 15.º do Código Civil

### **Requisitos da colocação da criança no estrangeiro**

Para a colocação de um menor numa família adoptiva estrangeira, torna-se necessário um conjunto de requisitos, sendo eles:

- Escolha cuidada do casal adoptante;
- Se for prestado consentimento ou dispensa deste, prevista na Lei portuguesa;
- Estudo minucioso da criança sob os pontos de vista médico-psicológico, familiar, social e jurídico;
- Caso esteja previsto um período de convivência entre a criança e o candidato à adopção de modo a avaliar a constituição do vínculo entre estes;
- Conhecimentos aprofundado das legislações dos países de acolhimento e da nacionalidade dos adoptantes;
- Certeza de que a adopção trará reais vantagens para o menor;
- Assegurar que a adopção é válida e produz efeitos no país de origem;
- Assegurar que adoptante e o vínculo semelhante ao da filiação.

### **3.2. Requisitos Gerais da Adopção**

#### **a) Vantagens Reais para o adoptando**

A medida de promoção e protecção de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção só é decretada quando esta medida proporciona vantagens reais para a criança que se pretende adoptar.

A confiança judicial do menor tem, como primeira finalidade, a defesa deste, evitando que se prolonguem situações em que esta sofre as carências derivadas da ausência de uma relação familiar.

#### **b) Motivação Legítima do Adoptante**

De acordo com o artigo 1973.º do Código Civil, “o vínculo da adopção constitui-se por sentença judicial”.

Todo o processo adoptivo é instruído com um inquérito onde deve constar para além da personalidade e a saúde do adoptante e do adoptando, a capacidade do adoptante para educar o menor, a sua situação familiar e económica e as motivações que levaram este a realizar o pedido de adopção.

Neste ponto é importante avaliar a legitimidade da motivação do adoptante, de modo a que se perspeque que a adopção seja bem sucedida.

#### **c) Não Sofrimento Para os Restantes Filhos**

O Código Civil de 1966 fazia a exigência da não existência de descendentes legítimos dos adoptantes, isto com o pressuposto de que a adopção poderia ser prejudicial aos filhos do casal.

Actualmente, este não é um facto impeditivo para adoptar uma criança.

- d) Suposição de que Virá a Estabelecer-se Entre Adoptante e Adoptando, um Vínculo Semelhante à Filiação

Decretada a adopção, o adoptante tem os mesmos direitos e deveres sobre o adoptando. A adopção coloca a criança adoptada em situação igual à de um filho natural.

O adoptante passa a ser o responsável pela segurança, saúde, formação e desenvolvimento do menor.

A criação de um vínculo semelhante à filiação, leva a que a diferença de idades entre adoptante a adoptando não seja superior a 50 anos.

- e) Convivência Anterior Entre Adoptando e Adoptante

A Lei prêve em todos os casos que o adoptando tenha estado ao cuidado do adoptante durante prazo suficiente para se poder avaliar a conveniência da constituição do vínculo entre ambos.

- f) Confiança Administrativa ou Judicial do Adoptando

Os organismos da Segurança Social têm, competência para decidir a confiança administrativa do menor e legitimidade para requerer a sua confiança judicial.

Contudo, a confiança aministrativa não pode ser decidida se houver oposição de quem exerça o poder paternal ou a tutela ou de quem detenha, de direito ou de facto, a guarda do menor e que o organismo de Segurança Social tem o dever de comunicar, em cinco dias, ao magistrando do Ministério Público junto ao Tribunal competente, quer a decisão e seus fundamentos, quer a oposição que tenha impedido essa confiança.

Procura-se, por outro lado, que todas as situações de menores relativamente aos quais se pode desencadear o processo judicial de confiança sejam dadas a conhecer a esses organismos, aos quais igualmente deverão dirigir-se todos os que pretendem adoptar.

- g) Idade do Adoptando

A idade limite do adoptando é de 15 anos, no que se refere o nº2 do artigo 1980.º do Código Civil, estabelecendo-se, no entanto, a possibilidade de vir a ser adoptado quem, à data da petição judicial de adopção, tenha menos de 18 anos e não se encontre emancipado, desde que tenha sido confiado aos adoptantes ou a um deles com idade não superior a 15 anos ou quando for filho do cônjuge do adoptante.

- h) Consentimento Para Adopção

Para a realização da adopção é necessário, segundo o artigo 1981.º nº 1 do Código Civil, o consentimento: “a) do adoptando maior de 12 anos; b) do cônjuge do adoptante não separado

judicialmente de pessoas e bens; c) dos pais do adoptando, ainda que menores e mesmo que não exerçam o poder paternal, desde que não tenha havido confiança judicial nem medida de promoção e protecção de confiança a pessoa ou a instituição com vista a futura adopção; d) do ascendente, do colateral até ao 3º grau ou do tutor, quando, tendo falecido os pais do adoptando, tenha este a seu cargo e com ele viva”.

O consentimento da progenitora só poderá ser dado seis semanas após o parto.

Dada a revelância que o consentimento prévio e a confiança judicial assumem em todo o Instituto da Adopção, confere-se-lhes carácter urgente, correndo igualmente durante as férias judiciais.

### **3.3. Processo Adoptivo**

Ao pretender adoptar uma criança, existem uma série de procedimentos legais que um casal (ou uma pessoa só) têm que seguir:

1º procedimento – Comunicar a intenção de adoptar ao organismo da Segurança Social ou Santa Casa da Misericórdia<sup>29</sup>, consoante a sua área de residência. Este procederá então ao estudo dos interessados a vários níveis, no prazo máximo de seis meses, notificando-os, sobre a sua aceitação ou não como candidatos.

Em caso de rejeição da candidatura existe a alternativa de recorrer para Tribunal competente em matéria de família ou de família de menores da área de rede do organismo da Segurança Social.

2º procedimento – Se a candidatura for aceite, e depois de confiada a criança judicial e administrativamente aos candidatos, inicia-se a chamada pré-adopção. Durante este período o organismo de Segurança Social deverá acompanhar, para fins necessários à elaboração de um inquérito, a evolução da relação entre a criança e os adoptantes. Este acompanhamento não deverá ultrapassar o prazo de um ano.

3º procedimento – perante a certeza de que se encontram reunidas as condições necessárias para que seja requerido a adopção, será elaborado um relatório pelo organismo da Segurança Social. Caso a adopção não seja requerida no prazo de um ano, este mesmo organismo terá obrigatoriamente de reapreciar a situação.

É obrigatório ter presente a protecção do segredo da identidade que exige que se atribua carácter secreto ao processo de adopção a aos procedimentos preliminares, incluindo os de natureza administrativa, e que se crie um crime próprio para quem viole esse segredo. Trata-se de um princípio que admite excepções definidas apenas judicialmente.

<sup>29</sup> Ver Anexo nº 2- Ficha de Candidatura, Ficha de Informação Médica e Questionário Individual ao Candidato à Adopção fornecidos pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa



### 3.4. Dados Estatísticos

De acordo com os dados oferecidos pela Agência Lusa (através do cruzamento de dados das Listas Nacionais de Adopção, em funcionamento desde 1 de Junho de 2006) sobre Adopção, em Março de 2009 existiam **2.154** crianças que se encontravam em situação de adoptabilidade, tendo a maioria destas crianças idades compreendidas entre os 0 e os 10 anos. Deste total, **819** crianças têm a adopção decretada, **631** estão em fase de pré-adopção, **565** aguardam proposta de candidato a adopção, **103** crianças estão em vias de integração no sei familiar e **36** estão com alteração do projecto de vida.

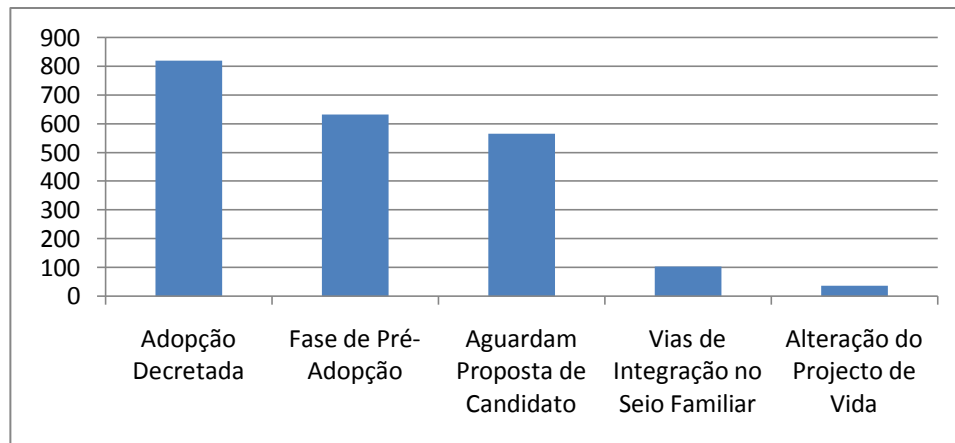


Ilustração 6 - Crianças em Condições de Adoptabilidade

Fonte: Agência Lusa

Segundo os mesmos dados, dessas **2.154** crianças, **579** têm até 3 anos de idade, **560** têm idades compreendidas entre os 4 – 6 anos, **554** têm entre os 7 – 10 anos, **398** entre os 11 – 15 anos e apenas **63** crianças têm idades superiores a 15 anos.

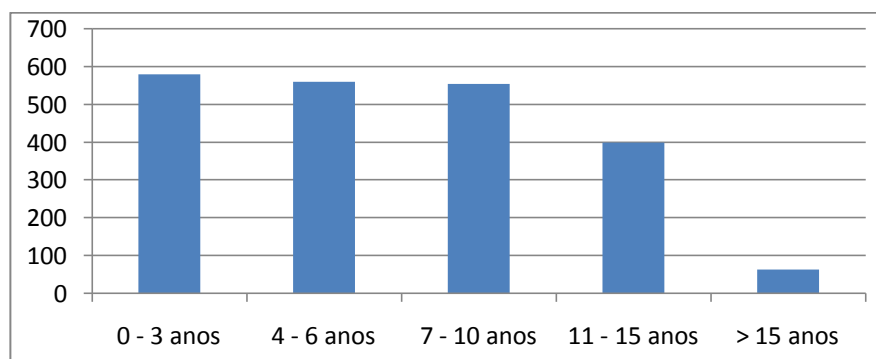


Ilustração 7 - Faixa Etária de Crianças em Condições de Adoptabilidade

Fonte: Agência Lusa

Quanto aos candidatos que pretendem adoptar, de acordo com a Agência Lusa, as Listas revelam que existem **2.541** candidatos seleccionados e **2.446** aguardam resposta.

Os números revelam ainda que a maioria dos candidatos (**2.102**) manifestam preferência por crianças de raça branca, **2.396** preferem crianças até aos 3 anos de idade e **1.296** gostariam de adoptar crianças entre os 4 e os 6 anos de idade.

Quanto à preferência pelo sexo da criança, dos **2.541** candidatos seleccionados, **699** candidatos gostariam de adoptar uma criança do sexo feminino e **225** gostariam de poder ser pais adoptivos de uma criança do sexo masculino, enquanto os restantes **1617** não têm preferência pelo género da criança.

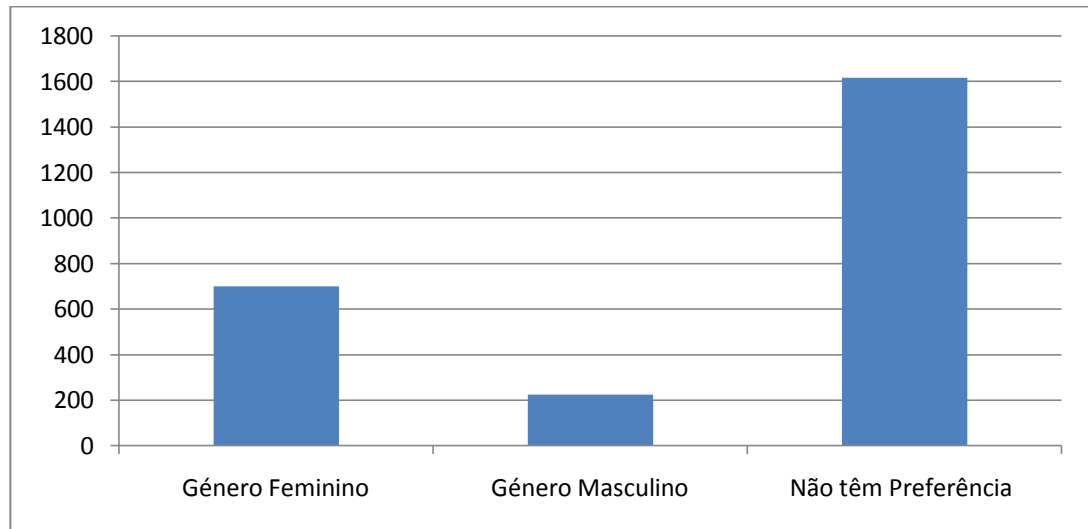


Ilustração 8 - Preferência dos Candidatos à Adopção quanto ao Género da Criança

Fonte: Agência Lusa

É ainda de salientar que do total dos candidatos à adopção, 10 manifestaram vontade de adoptar crianças com deficiência, enquanto outros 4 não colocaram obstáculos à adopção de crianças com problemas graves de saúde.

## Capítulo II – Protecção de Crianças em Perigo no Brasil

### 1. Área de Intervenção

A segunda parte desta pesquisa foi realizada no Brasil, no Estado de Santa Catarina, mais propriamente na ilha de Florianópolis.



Ilustração 9 - Mapa do Brasil

Em 2007, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a população do Brasil era de 183,987,291 habitantes, e a população do Estado de Santa Catarina, no mesmo ano apresentava-se com 5,866,252 habitantes.

## Histórico sobre a cidade de Florianópolis



Ilustração 10 - Mapa da Ilha de Florianópolis

Florianópolis, é uma cidade brasileira, capital do Estado de Santa Catarina, conhecida também como "Ilha da Magia". Situa-se no litoral catarinense, e conta com uma parte insular (ilha de Santa Catarina) e outra parte continental incorporado à cidade em 1927, com a construção da ponte Hercílio Luz, que ligou a ilha ao continente.

Os primeiros habitantes da região de Florianópolis foram os índios tupis-guaranis. Estes praticavam a agricultura, mas tinham na pesca a actividade básica para sua subsistência.

No início do século XVI, embarcações aportavam na Ilha de Santa Catarina para abastecerem-se de água. Apenas por volta de 1675 é que Francisco Dias Velho, junto com sua família e agregados, dá início à povoação da ilha com a fundação de Nossa Senhora do Desterro

(actual Florianópolis).

A ilha de Santa Catarina, por sua invejável posição estratégica como vanguarda dos domínios portugueses no Brasil, passa a ser ocupada militarmente a partir de 1737. Este acontecimento resultou num importante passo na ocupação da ilha.

No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade; tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. Projectou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras urbanas. A modernização política e a organização de actividades culturais também se destacaram.

Com o advento da República (1889), as resistências locais ao novo governo provocaram um distanciamento do governo central e a diminuição dos seus investimentos. A vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinou em 1894 a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em homenagem a este oficial.

A cidade, ao entrar no século XX, passou por profundas transformações, sendo que a construção civil foi um dos seus principais suportes económicos. A implantação das redes básicas de energia eléctrica e do sistema de fornecimento de água e captação de esgotos somaram-se à construção da Ponte Governador Hercílio Luz, como marcos do processo de desenvolvimento urbano.

Em 2007, a população de Florianópolis é de 396,723 Habitantes, de acordo com os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Hoje, a área do município, compreendendo a parte continental e a ilha é de 436,5 km<sup>2</sup>.

Fazem parte do Município de Florianópolis os seguintes distritos: Sede, Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratonas, Ribeirão da Ilha, Santo António de Lisboa e São João do Rio Vermelho<sup>30</sup>

## **2. Evolução da Política Social da Infância no Brasil**

As propostas e encaminhamento da Política para a infância fazem parte da forma como o Estado brasileiro foi-se constituindo ao longo da história.

Para entendermos melhor o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído no início dos anos 90, vamos situá-lo em relação aos Códigos de Menores de 1927 e 1979. Estas três Legislações marcam não só a regulamentação Jurídica e Política para a infância, mas também os fundamentos que o sustentaram.

### **2.1. Código de Menores de 1927**

Este Código consolidava as Leis de assistência e Protecção a Menores que se constituíu desde o início da República e que visava os delinquentes e os abandonados.

Para a Política da Infância Brasileira da época, resumia-se nestas duas categorias: aqueles que se encontravam sem família e eram, por isso, considerados abandonados e os que ameaçavam

---

<sup>30</sup> Fonte: Guia Turístico Florianópolis

a ordem pública, considerados como delinquentes.

Os abandonados não tinham residência certa, e não tinham ninguém que assumisse ou se responsabilizasse pela sua tutela ou ainda os que tinham famílias consideradas imorais. De acordo com o artigo 9º do Decreto de Lei 17.943-A, de 12/10/1927, “reza que a autoridade pública pode ordenar a prisão da criança quando a sua casa for perigosa ou anti-higiénica”.

O Estado intervinha junto à criança para estabelecer uma vigilância da autoridade pública, sobrepondo-se à família para garantir a higiene e a raça, através do Programa de Controle de Lactação e da Alimentação para inspecção das pessoas que tivessem crianças pequenas em sua guarda.

O abandono definia-se por categorias que envolviam tanto a falta de habitação como a moral. Os abandonados eram responsabilizados pela situação em que se encontravam e passavam a ser objecto da acção do Estado.

Os delinquentes eram considerados os rebeldes, que viviam em casa dos progenitores, mas que recusavam receber instrução e que constantemente ameaçavam a ordem pública.

Esta Constituição não previa processo penal para delinquentes menores de 14 anos. O único procedimento era interná-los.

A condenação por crime grave exigia internamento para maiores de 16 e menores de 18 anos.

O trabalho era proibido a menores de 12 anos e menores de 14 anos que não tivessem completado instrução primária.

A indústria empregava menores a partir dos 12 anos, com salários inferiores ao dos adultos e com longas jornadas de trabalho.

Os industriais combatiam as decisões dos Juízes relativas ao trabalho das crianças, defendendo a não intervenção do Estado nessa questão.

Deste modo, de acordo com os autores Irene Rizzini e Francisco Pilotti<sup>31</sup>, podemos sintetizar as características do Código de Menores de 1927, como sendo:

- Controlo da infância abandonada e delincente através da garantia da ordem e da moral;
- Visão higienista e repressora;
- Facilitação da inserção da criança no trabalho;
- Abrigamento e internamento como forma correctiva básica;
- Visão da criança como incapaz e perversa;
- Poder absoluto do Juíz sobre a família e a criança;
- Estímulo ao trabalho e combate ao vício como forma de reabilitação.

## **2.2. Código de Menores de 1979**

A 10 de Outubro de 1979, surge o Código de menores de 1979 que deu continuidade ao Código de 1927, acentuando as disposições relativas ao abandono e à delinquência, já destacados como categorias no Código de 1927. Havia, no entanto, uma visão mais terapêutica ou de tratamento

<sup>31</sup> Rizzini, Irene e Pilotti, Francisco; A arte de governar crianças: a história das Políticas Sociais da Legislação e da Assistência à infância no Brasil; Rio de Janeiro: Instituto interamericano del niño; Editora Universitária Danta Úrsula; Amais livraria e Editora, 1995

relativa ao infractor. Entretanto, dentro dos estabelecimentos e no processo de internamento, predominava a mesma visão moralista, de inibição dos desvios e de vícios na família ou na sociedade. A intervenção era dada pelo Juíz.

Neste Código, compreendia-se a privação das condições de subsistência, de saúde e de instrução, por omissão dos pais ou responsáveis. Valorizava-se a manutenção da ordem através da autoridade judiciária, que na aplicação da lei deveria sobrepor a protecção aos interesses do menor sobre qualquer outro bem ou interesse judicialmente tutelado.

O Juíz de Menores tinha o arbítrio absoluto sobre a criança e o adolescente.

As crianças e adolescentes eram vistos, como fora do sistema, enquanto marginais ou inimigos do sistema, enquanto infractores.

Para os que estivessem de fora do sistema, havia um esquema de assistência, através de entidades, para recepção e triagem em centros especializados.

Para os inimigos do sistema, a autoridade judiciária poderia aplicar, o seu critério.

Foi instituída também a colocação familiar através da guarda ou adopção, depois da análise dos candidatos pelo judiciário.

As entidades privadas de assistências complementavam o sistema público, mas actuavam de forma isolada para o abrigo<sup>32</sup> de menores, de acordo com a sua orientação religiosa.

O trabalho do menor passou a ser regulado apenas pela consolidação das Leis do Trabalho, que foram instituídas em 1943, e que proibia o trabalho ao menor de 12 anos, sujeitando aqueles de 12 a 14 anos à garantia de frequência à escola.

A Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) articulou um modelo de atendimento operacionalizado pela Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), que mantinham um conjunto de instituições de recepção, triagem e internamento, com combinação do público e do privado que separava os carenciados dos considerados de conduta anti-social.

As unidades de internamento eram verdadeiras prisões para menores, onde as crianças e adolescentes eram vistos segundo a doutrina da situação irregular, segundo a qual os menores são sujeitos de direitos quando se encontrarem em estado de patologia social.

De acordo com os mesmos autores atrás referidos, podemos também sintetizar as características respectivas ao Código de Menores de 1979:

- Visão autoritária da política;
- Poder centralizador do Executivo e do Juiz;
- Repressão aos marginais, como anti-sociais;
- Internamento e tratamento dos marginalizados;
- Visão da família e da criança como responsáveis pelas irregularidades;
- Controlo do comportamento anti-social;
- Livre arbítrio do Juiz;

<sup>32</sup> Abrigamento é uma Medida Provisória e de Protecção para garantir a segurança e sobrevivência de crianças, sempre que os seus direitos forem violados. A violação desses direitos pode ocorrer por qualquer uma das formas previstas no artigo 98 do ECA: pode ser aplicada por acção ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis. Ainda segundo o Estatuto, o abrigo pode ser uma Medida aplicada em razão de conduta de crianças e adolescentes. É também uma Medida de transição para a colocação de crianças em famílias substitutas, não implicando privação de liberdade (ECA, 1990).

A palavra correspondente para Abrigamento em Portugal, entende-se por Acolhimento.



- Ausência de direitos do menor;
- Prisão cautelar de menores para apurar infracção penal de natureza grave;
- Internamento por condições de pobreza;
- Abrigamento de crianças;
- Centralização Executiva.

### 2.3. Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>33</sup>

A Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, denominada de Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regulamentou o artigo 227 da Constituição de 1988, que estabelece os direitos fundamentais da criança e do adolescente.

O Estatuto harmoniza-se com a convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989.

Através do ECA, as crianças e os adolescentes não são mais considerados menores ou incapazes, mas pessoas em desenvolvimento para se tornarem protagonistas e sujeitos de direitos e passarem a assumir plenamente as suas responsabilidades dentro da comunidade. Com o ECA a definição de menores foi abolida, por se considerar que a palavra menor tem uma conotação negativa e por esta definição se encontrar directamente relacionada com a palavra incapaz.

A ruptura do Código de Menores situou-se num contexto de forte mobilização popular e política, na mudança da ordem repressora para institucionalização democrática, participativa e descentralizada.

No final dos anos 70, a sociedade brasileira expressou, de forma clara, através de manifestações em massa, o movimento de repulsa e rejeição à ordem autoritária na luta pela democratização do país.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente foram reafirmados os direitos de cidadania das crianças e dos adolescentes, isto é, direito de frequentar a escola, de morar, de se alimentar, de se divertir e de participar na vida social da localidade onde residem. Esses direitos, geram necessidades que precisam ser atendidas tanto pelo Poder Público quanto pela sociedade.

O ECA prevê no seu artigo 19 que: “toda a criança tem direito a ser educada no seio da sua família e , excepcionalmente, em família substituta...”. Neste sentido, também foram alteradas as práticas de actuação destinadas aos adolescentes em situação de risco pessoal e social. Na procura de solução para esses casos no seio da sua própria família, responsabilizando-a, fuge-se da solução mais fácil, que era o internato, procurando outras formas de apoio como a família substituta. A internação continua prevista apenas para os adolescentes que cometem actos inflacionais muito graves.

A família passou a ser a principal responsável pelo bem-estar físico e emocional das crianças e adolescentes, necessitando de infra-estrutura económica e social para cobrir as suas necessidades. Neste sentido desenvolvem-se acções que visem a melhoria das condições de vida da família para que esta possa suportar com essas responsabilidades, garantindo habitação, alimentação, educação, saúde e lazer para as suas crianças e adolescentes.

<sup>33</sup> Ver anexo nº 3 – Estatuto da Criança e do Adolescente



A nova institucionalização implica não só uma democratização do Estado, mas um processo de participação da sociedade na gestão pública. Deste modo, a sociedade passou a ser co-responsável pelo desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes, tornando-se parceira do Poder Público na condução das políticas voltadas para a infância e juventude.

Para institucionalizar esta participação da sociedade, o ECA nos seus artigos 88 e 131, estabeleceu a criação de Conselhos Municipais dos Direitos e Conselhos Tutelares que passaram a integrar o conjunto de órgãos e entidades responsáveis pela formulação e implementação da política de defesa dos direitos.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é criado por Lei, em cada esfera do Governo. Metade dos membros dos conselhos são de entidades não-governamentais e outra metade instituições do Governo. Cabe a este Conselho formular e deliberar sobre a política e as acções a serem implementadas, em sua respectiva esfera de actuação (Municipal, Estadual e Federal).

Com o ECA também foram criados Conselhos Tutelares. A Lei estabelece que “em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto por cinco membros, eleitos pelos cidadãos locais para mandato de três anos, permitida uma reeleição” (artigo 132 da Lei n.º 8.069/90).

As responsabilidades deste Conselho são bastante extensas e estão claramente definidas no artigo 136 do Estatuto. É atribuído ao Conselho o dever de zelar, ao nível municipal, pelo cumprimento de todos os direitos da criança e do adolescente principalmente quando estes direitos estiverem sendo ameaçados ou violados.

Como pode ser concluído, os dois Conselhos têm funções muito importantes e imprescindíveis na formulação de uma Política Municipal de Defesa dos Direitos.

Para melhor compreensão das principais características e das principais atribuições foram elaboradas as seguintes tabelas:

PARTICIPAÇÃO	PRINCÍPAIS CARACTERÍSTICAS	PRINCÍPAIS ATRIBUIÇÕES
<b>CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão máximo de deliberação para as questões da criança e do adolescente;</li> <li>Participação paritária: metade dos conselheiros será de organizações não governamentais e metade instituições públicas;</li> <li>Não tem número definido de membros, havendo um único Conselho dos Direitos por Município;</li> <li>Será criado por cada esfera do Governo sem que haja subordinação entre conselhos;</li> <li>A função de conselheiro é considerada de interesse público e não será remunerado;</li> <li>Sem o Conselho dos Direitos não pode ser criado nem o Conselho Tutelar nem o Fundo Municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organizar o processo eleitoral de instalação do Conselho Tutelar;</li> <li>Definir o numero de Conselhos Tutelares que devem de existir no Município;</li> <li>Registar as entidades governamentais e não governamentais que actuam na política de garantia dos direitos;</li> <li>Registar os programas desenvolvidos pelas organizações governamentais, especificando os regimes de atendimento;</li> <li>Comunicar o registo das entidades governamentais ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária</li> </ul>

Ilustração 11 - Actuação do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

PARTICIPAÇÃO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES
<b>CONSELHO TUTELAR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Órgão deliberativo de fiscalização não sendo subordinado ao Conselho dos Direitos;</li> <li>Criado apenas na esfera municipal;</li> <li>Cada Município deve de ter pelo menos um Conselho Tutelar;</li> <li>Composto por cinco membros, eleitos pelos cidadãos locais, para mandato de três anos, permitida uma reeleição;</li> <li>Eventualmente os membros podem ser remunerados;</li> <li>Órgão autónomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente;</li> <li>A remuneração dos membros e o dia e hora de funcionamento do Conselho Tutelar serão definidos em lei municipal;</li> <li>A previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar constará na Lei Orçamental Municipal;</li> <li>O exercício efectivo da função do Conselheiro constituirá serviço público relevante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Destinado a atender casos de violação ou ameaça dos direitos, podendo requisitar serviços públicos e executá-los;</li> <li>Fiscalizar e atender casos de ameaça ou violação de direitos, por acção ou omissão da sociedade e do Estado; pela falta, omissão ou abuso dos pais e responsáveis;</li> <li>Atender e aconselhar os pais ou responsáveis;</li> <li>Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho, segurança, etc;</li> <li>Encaminhar ao Ministério Público as infracções administrativas;</li> <li>Encaminhar à autoridade judiciária os casos da sua competência;</li> <li>Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamental para acções de atendimento de direitos da criança e do adolescente.</li> </ul>

**Ilustração 12 - Actuação do Conselho Tutelar**

Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90, arts. 88 a 137.

Com o ECA, a gestão da política, passou a ser estruturada na perspectiva da descentralização político-administrativo e da necessidade de articulação efectiva entre os órgãos do Estado e da sociedade. Esse reordenamento institucional foi orientado para a municipalização das acções, reforçando de um lado, a autonomia do Município para gerir os seus problemas e, por outro lado, a participação do cidadão como co-responsável pela implantação das acções, como pode ser observado na seguinte tabela:

PARTICIPANTES	NOVAS ATRIBUIÇÕES
<b>Governo Federal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer as normas gerais da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.</li> </ul>
<b>Governo Estadual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenar e executar programas estaduais, de forma de suplementar à acção do Município ou quando as acções necessárias extrapolarem as competências e recursos municipais.</li> </ul>
<b>Governo Municipal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planeamento, coordenação e execução de programas municipais.</li> </ul>
<b>Sociedade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participar activamente, por meio de organizações representativas, da formulação da política assumindo a responsabilidade, em cooperação com o Governo, pelo planeamento, fiscalização, execução e controlo de acções.</li> </ul>

**Ilustração 13 - Novas atribuições distribuídas pelos vários Participantes.**

Fonte: Baseado no artigo 204 da Constituição Federal

### 3. Sistema de Protecção Brasileiro para Crianças em Perigo

No Brasil, o Estatuto define como criança a pessoa da faixa etária compreendida entre os zero e doze anos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Contrariamente a Portugal, através do Artigo 3º nº2 da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99 de 1 de Setembro), na Legislação Brasileira, mais propriamente no Estatuto da Criança e do Adolescente, não existe nenhum artigo explícito quanto às situações que determinam que uma criança se encontra em situação de perigo. Contudo, o Artigo 98º exposto no ECA, refere que “as Medidas de Protecção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados I) por acção ou omissão da sociedade ou do Estado; II) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III) em razão da sua conduta.”

Quanto aos Direitos à infância reconhecidos no Brasil pela Lei, estes são enumerados em artigos anteriores do ECA, ora vejamos:

- Artigo 3º, “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da protecção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”
- Artigo 4º, “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”
- Artigo 5º, “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

Deste modo, apesar de a Lei não ser explícita, conclui-se que sempre que um dos direitos mencionados nestes artigos seja ameaçado ou violado, considera-se que uma criança se encontra em situação de Perigo.

Com o ECA, instalou-se em cada Município um Sistema de Protecção de Crianças. Este Sistema diverge de acordo com as necessidades e estrutura de cada Município.

Nesta pesquisa, será retratado o Sistema de Protecção de Crianças do Município de Florianópolis.

### 1º Nível de Intervenção

Qualquer situação de crianças pode ser sinalizada ao Conselho Tutelar através da população em geral, hospitais, Polícia Militar, escolas, entidades com competência em matéria de infância ou pela própria infância.

Neste primeiro nível, actua-se sobre a forma de denúncia.

### 2º Nível de Intervenção

Nesta fase, o Conselho Tutelar é quem recebe as denúncias feitas na fase anterior, recolhe os dados objectivos sobre a situação de risco anteriormente sinalizada, a identificação da entidade que faz a denúncia e a identificação básica da criança.

Quando necessário, se a criança se encontrar em perigo junto da família biológica, o Conselho Tutelar faz o encaminhamento para as entidades de acolhimento disponíveis.

### 3º Nível de Intervenção

Neste nível, encontram-se os Programas de Atendimento da Secretaria de Assistência Social.

Estes programas visam o atendimento à família de forma a impedir a institucionalização da criança ou actuar de forma a melhorar a família de modo a que possibilite um retorno da criança ao seio familiar.

Para melhor compreensão achamos pertinente descrever cada um dos programas oferecidos pela Prefeitura que as famílias das crianças em estudo beneficiam. Sendo eles:

#### ➤ **SOS Criança:**

É um projecto destinado a dar os primeiros atendimentos a partir de informações ou de denúncias sobre violação dos direitos das crianças.

É um atendimento a crianças em carácter de emergência, por se encontrarem submetidos à situação de abandono, vítimas de violência e /ou maus tractos, negligenciados ou perdidos, enquanto são efectuadas as medidas necessárias à solução dos seus problemas.

O SOS Criança é um serviço mantido pela Secretaria do Desenvolvimento Social e funciona 24 horas por dia e todos os dias da semana.

Os educadores sociais do programa, actuam em parceria com o Conselho Tutelar e em

permanente contacto com o Juízo da Vara da Infância e da Juventude<sup>34</sup>, contribuindo nas providências necessárias para a cessação dos abusos e a garantia dos direitos das crianças.

Actualmente, o SOS Criança, conta com dois Educadores Sociais, que fazem o trabalho de abordagem às crianças de rua, acompanhamento às vítimas de maus tratos e abusos sexual e visita domiciliária às famílias.

➤ **Programa de Abordagem de Rua:**

Tem o objectivo de identificar crianças em situação de rua no Município de Florianópolis, encaminhando-os para os serviços de atendimento adequados.

➤ **PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil):**

É um programa de transferência directa de renda do Governo Federal para famílias de crianças e adolescentes na faixa etária dos sete aos quinze anos envolvidos no trabalho precoce.

O objectivo do PETI é erradicar as chamadas piores formas de trabalho infantil do país, aquelas consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes. Para isso acontecer, o PETI concede uma bolsa às famílias destas crianças em substituição à renda que elas traziam para casa, assegurando que as famílias matriculem as crianças na escola e que estas a frequentem.

A família poderá permanecer no Programa pelo prazo máximo de quatro anos, que passam a contar a partir da sua inserção em programas e projectos de geração de emprego e renda.

➤ **Programa Sentinela:**

O Projecto Sentinela é um conjunto de acções sociais especializadas e multi-profissionais dirigidas a crianças, adolescentes e famílias que estejam envolvidas com a violência sexual.

O programa actua em dois eixos previstos na Política de Garantia e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, Lei n.º 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente: prevenção e atendimento.

A prevenção prevê a participação das secretarias estaduais de assistência social em campanhas de esclarecimento e capacitação de profissionais, enquanto que o atendimento envolve: assistentes sociais e psicólogos; entrevistas com os familiares; identificação dos casos, com levantamento das informações familiares e sobre a situação específica de cada caso; apoio psicossocial; manutenção de uma equipa de educadores para acompanhamento e abordagem junto às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso sexual e violados em relação aos seus direitos.

Em prol da execução deste projecto foram criados Centros de Referência nos municípios, para acolhimento das pessoas vítimas de abuso sexual em tempo integral, isto é, 24 horas, em todos os dias da semana. Para além destes Centros de Referência terem em vista o atendimento e apoio psicossocial, existe também uma preocupação de estabelecimento de parcerias com diferentes sectores (saúde, educação, justiça, desporto, segurança, cultura e lazer) que prestam serviços à criança, ao adolescente e à família.

Os Centros de Referência estão directamente ligados ao Juízo e à Promotoria da Criança e

<sup>34</sup> O Juízo da Vara da Infância e Juventude, é correspondente em Portugal ao Tribunal de Menores.

Adolescente.

Estes Centros acolhem também as famílias nos municípios, com o objectivo de proporcionar protecção imediata nos casos de violência sexual sofrida por crianças entre os 0 e 6 anos de idade, tendo como princípio a garantia dos direitos à integridade e à convivência familiar comunitária.

Deste modo, este Programa contribui para a organização de um sistema de informação sobre as violações de direitos sociais e para a eficácia da repressão e responsabilização dos violadores.

➤ **Projecto de Orientação e Apoio Sócio-familiar:**

O Projecto de Orientação e Apoio Sócio-Familiar surgiu com o objectivo de reforçar as acções dos Programas já implementados no município, que actuam dando apoio sócio-familiar e para assegurar ainda mais, que os direitos das crianças e dos adolescentes não sejam violados, fortalecendo assim uma política sustentada nos direitos humanos.

Desta forma, o objectivo maior deste projecto é prestar atendimento à criança ou ao adolescente em seu contexto familiar perante a ameaça ou violação de direitos, visando a garantia dos seus direitos fundamentais e o fortalecimento dos vínculos familiares, através de atendimento interdisciplinar, atendimento aos casais e famílias em conflito, reuniões em grupos terapêuticos, orientação e apoio familiar, entre outros para a defesa dos direitos da cidadania.

Investir e preparar a família de origem para o retorno dos filhos que se encontram institucionalizados é um dos pontos relevantes do Programa. Neste sentido, através do atendimento individualizado ou em grupos terapêuticos, os técnicos conseguem trabalhar os conflitos que deram origem a problemática das famílias, que inúmeras vezes envolvem o uso de substâncias químicas como álcool, drogas e histórico de violência doméstica. Este é o objectivo geral, garantir o fortalecimento destas famílias e dos vínculos familiares, valorizando a capacidade de cada membro da família para encontrar soluções para seus problemas.

Este Programa conta com a parceria do Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria da Mulher, Idoso, Criança, Adolescente e Desenvolvimento Comunitário, e por último, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Deste modo, para que seja possível elaborar um diagnóstico correcto, estes programas têm que:

- Identificar os objectivos funcionais de intervenção;
- Identificar as competências/potencialidades da criança e da família ou de outros responsáveis;
- Identificar as necessidades/factores de risco percebidas pela criança e pela família;
- Definir as prioridades da família quanto a objectivos e apoios e quanto aos recursos disponíveis para dar resposta a essas prioridades;
- Articular com outros programas, serviços/ entidades envolvidos.

#### 4º Nível de Intervenção

Neste nível, encontram-se as Entidades de Acolhimento, que podem ser sobre a forma de Abrigo (0 aos 6 anos), Casas Lares (7 aos 18 anos) e Casas de Passagem<sup>35</sup>.

As Entidades de Acolhimento são uma Medida para atender crianças e jovens desprotegidos e em estado de abandono social, que não implica a privação de liberdade.

Estas entidades são constituídas por crianças ou adolescentes órfãos, abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos ou de abuso sexual, crianças carentes de condições básicas da família para suprir sua subsistência, crianças ou adolescentes abandonadas por serem portadores de deficiências mentais e físicas e crianças com vivência de rua que em determinado momento o retorno à família biológica se considere difícil ou inadequado.

#### 5º Nível de Intervenção

Nesta fase, temos o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Cabe a este Conselho formular e deliberar as políticas e as acções a serem implementadas, com vista à protecção e à garantia dos direitos das crianças.

#### 6º Nível de Intervenção

Por último, o Juízo da Vara da Infância e da Juventude e a Promotoria da Infância.

Nesta fase, o Juízo e a Promotoria trabalham em parceria na garantia de que os direitos das crianças não sejam violados.

O Juízo intervém a nível Estadual, enquanto que a Promotoria intervém ao nível municipal.

No Estado de Santa Catarina, existe apenas um Juiz na área da Infância e juventude.

Quando uma criança se encontra institucionalizada, tanto o Juizado como a Promotoria, solicitam às Entidades de Acolhimento a elaboração de um relatório com vista à definição da actual situação da criança (se mantém vínculo afectivo com os pais, se estes a visitam no abrigo, se mostram preocupados com o seu desenvolvimento, etc.).

O Conselho Tutelar tem o poder de decisão quanto à institucionalização de uma criança, tendo em vista a salvaguarda do bem-estar desta, mas apenas o Juizado tem o poder de decisão quanto ao retorno familiar ou encaminhamento para família substituta através da adopção.

Para melhor compreensão deste Sistema pode-se graficamente representar através de uma pirâmide de seis níveis de Intervenção:

---

<sup>35</sup> Esta diferenciação resulta da idade que a criança apresenta, pois considera-se que para o seu desenvolvimento ser satisfatório, a criança deve ser institucionalizada num Abrigo com crianças da mesma faixa etária. À medida que a criança cresce e se a sua situação ainda for a de permanecer numa Instituição de Acolhimento, ela terá de ser transferida para outro Abrigo.



**Ilustração 14 - Modelo Organizacional Piramidal do Sistema de Protecção de Crianças em Perigo Brasileiro.**

### Medidas de Protecção

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 98) as Medidas de Protecção são aplicáveis à criança quando os direitos reconhecidos neste mesmo Estatuto forem ameaçados ou violados.

Estas Medidas de Protecção à Criança visam:

- Afastar o perigo em que se encontra a criança;
- Proporcionar-lhe condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- Garantir a recuperação física e psicológica da criança vítima de qualquer forma de exploração ou abuso.

A Lei brasileira (Artigo 101 do ECA) tipifica estas Medidas da seguinte forma:

- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- abrigo em entidade;
- colocação em família substituta.

As principais medidas de protecção, definidas no artigo 101 do ECA, são as que visam a manutenção da criança na família e na comunidade de origem, visando garantir os seus direitos



sociais básicos e prevenindo o seu abandono.

A primeira medida é o encaminhamento aos pais ou ao responsável, mediante termo de responsabilidade para que assumam a protecção da criança e do adolescente. Para assegurar um ambiente familiar favorável ao desenvolvimento destes, devem ser oferecidos os serviços de orientação, apoio e acompanhamento temporários.

Qualquer criança precisa que as suas necessidades pedagógicas sejam atendidas e deste modo, a matrícula e frequência são obrigatórias em estabelecimento de ensino fundamental.

Nem sempre a família está em condições de oferecer a atenção necessária, podendo deste modo, ser indicada a sua inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

Quando se trata de casos que seja necessário uma atenção especializada na área da saúde, serão requisitados tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar.

Para os que se encontram prejudicados pela dependência de drogas ou álcool, propõe-se a inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio, orientação e tratamento de alcoólatras e toxicodependentes.

Quando todos esses esforços não são bem sucedidos, o ECA determina o Acolhimento Institucional para estas crianças, recomendando o Abrigo como Medida Temporária, até que os familiares possam recuperar a sua capacidade de protecção.

Contudo, quando a autoridade judiciária verifica que a família biológica está temporariamente ou definitivamente impossibilitada para a educação e o cuidado com os seus filhos, poderá indicar a Medida de Colocação em Família Substituta na forma de guarda, tutela ou adopção.

A aplicação destas Medidas é realizada tanto pelos Conselhos Tutelares como pelo Juizado da vara da Infância e Juventude, tendo em consideração que:

- Estas Medidas têm por objectivo a protecção integral da criança ou adolescente;
- Como Medidas de Protecção podem ser aplicadas de maneira isolada ou cumulativa, isto é, podem ser aplicadas várias medidas ao mesmo tempo, podendo ser substituídas a qualquer momento;
- Na aplicação das Medidas de Protecção deve-se privilegiar as que visam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- É imprescindível a integração entre o Abrigo e as Medidas de Protecção.

Neste estudo é dado ênfase à Medida de Protecção à Criança em Abrigo em Entidade que corresponde à Lei Portuguesa à Medida de Promoção e Protecção em Acolhimento Institucional, e à Medida de Protecção em Colocação em Família Substituta, sob a forma de Adopção.

### **Duração das Medidas de Protecção**

Contrariamente a Portugal, na Lei Brasileira não se encontra especificado a duração que uma Medida de Protecção deve ter. Contudo, esta diz-nos que no caso de se tratar de uma Medida de Protecção em Abrigo, a Lei prevê que esta Medida seja temporária, não explicando o tempo exacto que se pretende que uma criança esteja temporariamente institucionalizada. Mesmo assim, a duração destas Medidas devem decorrer consoante o acordado pelas autoridades competentes.

#### 4. Abrigos no Brasil

*“O abrigo...e ter um programa, não é simplesmente um corredor de espera. O tempo pode ser curto, mas dois ou três meses na vida de uma criança é muito...”*

(Isabel S. Kahn Marin)<sup>36</sup>

Muitas crianças e adolescentes que sobrevivem nos espaços urbanos, marcados pela exclusão e pela violência, espelham o abandono, a fome, a exploração e a negligência de uma realidade incómoda para a sociedade brasileira.

Os registos históricos demonstram que já no final do século XVIII, a questão do abandono começa a incomodar a sociedade da época, o que exigiu investimentos para o atendimento dos “menores”.

A história da institucionalização de crianças tem um longo percurso. Consta que por volta do século XII um Bispo, ao caminhar pelas ruas de Roma testemunhou a pesca de bebés entre as redes dos pescadores, determinou a construção do que teria sido um dos primeiros asilos do mundo para crianças órfãs ou abandonadas.<sup>37</sup>

No Brasil, a prática de encaminhar crianças e adolescentes pobres para os chamados “internatos de menores” ganha força a partir do final do século XIX.

De acordo com a autora Luciana Esmeralda Ostetto, em “Educação Infantil em Florianópolis”, foram as Confrarias, Irmandades e Santas Casas de Misericórdia que assumiram de início o cuidado com as crianças abandonadas.

Para recolhê-las, foram criadas as “Rodas dos Enjeitados” ou “Roda dos Expostos”, que foi um sistema importado de Portugal<sup>38</sup>, que consistia numa porta giratória com uma gaveta, onde as crianças eram depositadas em sigilo, mantendo-se o anonimato das mães que abandonavam.

Muitos dos “filhos da Roda” eram entregues aos cuidados de “amas” em troca de pagamento. O crescente número de crianças abandonadas e as dificuldades de manutenção do cuidado pelas “amas” levaram à criação de grandes orfanatos, onde essas crianças eram atendidas colectivamente.

As primeiras rodas do Brasil foram criadas em Salvador da Bahia, em 1726 e no Rio de Janeiro em 1738, também em Florianópolis existiu uma “Roda dos Expostos” em 1828.

As crianças que eram nestas rodas abandonadas eram filhos de escravas, filhos de uniões ilegítimas e filhos de toda a pobreza!

O Estado Brasileiro assumiu muito tardiamente o atendimento nesta área, sendo inicialmente para cuidar dos chamados “delinquentes”, criando “reformatórios” ou “institutos correcionais”, deixando para as entidades filantrópicas o cuidado das crianças abandonadas e carentes, fundando-se assim, em todo o Brasil, instituições de natureza religiosa ou laica voltadas ao cuidado dos menores.

Em 1927 é aprovado o primeiro Código de Menores, denominado de Código de Mello Mattos.

<sup>36</sup> Marin, Isabel S. Kahn. Alternativas de atendimento à criança e ao jovem abandonado. Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo, 1990. Pág.3

<sup>37</sup> Rizzini, Irene; Rizzini, Irma; Naiff, Luciene; Baptista, Rachel. Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Rio de Janeiro, 2006. Pág.31

<sup>38</sup> Ver Anexo nº 4 – Imagens da Roda dos Expostos e histórico da mesma em Portugal

A rede pública de assistência à minoridade começa então a expandir-se desde a década de 30, com a criação de grandes internatos. Neste modelo institucional, o controlo exercido sobre as crianças privava-as de liberdade, pois acreditava-se que o isolamento social era necessário para que pudessem vir a ser reintegradas na sociedade devidamente “reparadas” e “adaptadas”.

A infância era anulada nestes locais, visto que as crianças não participavam da vida em comunidade.

Durante décadas, inúmeras críticas a este modelo de atendimento foram ganhando consistência, surgindo assim em 1964 a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), com o objectivo de estabelecer uma política inovadora de âmbito nacional com uma coordenação central.

Mesmo com novos princípios e novo discurso, o internamento continuou sendo a medida mais usada para enfrentar os problemas das crianças. O termo “internato” era utilizado para designar todas as instituições de acolhimento, provisório ou permanente, voltadas ao atendimento de órfãos, carentes ou delinquentes juvenis. Os internatos vinculados directa ou indirectamente à FUNABEM continuaram mantendo, entretanto, a mesma concepção, estrutura e funcionamento dos modelos que pretendiam substituir, permitindo o isolamento das crianças.

Deste modo, as relações sociais destas crianças ficavam ainda mais prejudicadas pelo estigma do abandono ou da delinquência, associado à dependência institucional.<sup>39</sup>

Em 1979 foi editado no Brasil, um novo Código de Menores que consagrava a doutrina da “situação irregular”, pela qual a conduta jurídica invocava as condições sociais e pessoais da infância e da adolescência, e não o sistema que as gerava, para definir o seu destino.

Pouco a pouco, os internatos foram-se remodelando e começaram a utilizar os serviços da comunidade como a escola, centros de saúde, complexos desportivos, entre outros.

A década de 80, foi o apogeu da busca de cidadania e dos direitos legalmente constituídos das crianças e adolescentes que se apresentavam em sistema de internato.

É nesta década que os movimentos sociais pela criança e adolescente se tornam instituintes.

A década de 1990 marca uma mudança importante de paradigmas em relação ao cuidado e protecção à população infantil e juvenil, do ponto de vista dos seus direitos. Nesse sentido, condena-se a prática centenária da Institucionalização de Crianças devido à sua condição de pobreza e fica estabelecido o carácter de excepionalidade e temporalidade desta prática.<sup>40</sup> Crianças (até aos 12 anos) não podem ser privadas de liberdade e havendo necessidade de serem afastadas da família, o encaminhamento para um abrigo é uma das alternativas.<sup>41</sup> Porém a ênfase será colocada no direito à convivência familiar e comunitária, reforçando-se que a institucionalização deve constituir uma última medida, consideradas todas as possibilidades da criança permanecer com a sua família de origem.

<sup>39</sup> Colectânea de textos, Trabalhando Abrigos. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 1993 pág. 15-21

<sup>40</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo II, artigo 101, parágrafo único

<sup>41</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente, Capítulo II

#### 4.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Abrigo

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi elaborado através de um movimento crítico, ficando nele explícito o atendimento personalizado, privilegiando-se as acções descentralizadas e municipalizadas. O ECA exige atendimento digno para as crianças e adolescentes.

No Brasil, existem três serviços destinados a crianças ou adolescentes que se tratam de programas distintos que são muitas vezes confundidos. São eles o Internato, o Abrigo e o Albergue.

O Internato é constituído por uma Medida socioeducativa privativa de liberdade dirigida a adolescentes que praticaram actos ilícitos.

O Abrigo é uma Medida para atender crianças e jovens desprotegidos e em estado de abandono social, que não implica a privação de liberdade.

Os Abrigos são constituídos por crianças ou adolescentes órfãos, abandonados, vítimas de maus-tratos físicos, psíquicos ou de abuso sexual, crianças carentes de condições básicas da família para suprir sua subsistência, crianças ou adolescentes abandonadas por serem portadores de deficiências mentais e físicas e crianças com vivência de rua que em determinado momento o retorno à família biológica se considere difícil ou inadequado.

O Abrigo foi pensado para acabar com o isolamento social de crianças que precisam de Acolhimento Institucional.

O Abrigo é, deste modo, uma alternativa de moradia digna onde essas crianças possam ter uma vida com rotinas semelhante à da esfera familiar.

O Albergue é um lugar que também oferece protecção. É um espaço destinado a crianças, jovens e adultos, no qual podem pernoitar, tomar banho, alimentar-se e participar de actividades educativas.

Dentro do Albergue, estando a criança em companhia da sua família ou responsável, é ela quem responde legalmente pela sua guarda.

#### 4.2. Princípios Norteadores do Abrigo

O Acolhimento em Abrigo, no Estatuto da Criança e do Adolescente, é considerado uma Medida provisória e excepcional, utilizável como uma forma de transição para posteriormente existir um retorno à família de origem ou para colocação das crianças e adolescentes em família substituta, não implicando a privação dos mesmos de liberdade (artigo 101 do ECA).

No artigo 92, o ECA determina quais são os princípios e critérios que devem orientar esta Medida, sendo eles:

- I. Preservação dos vínculos familiares;
- II. Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV. Desenvolvimento de actividades em regime de co- educação;
- V. Não desmembramento de grupos de irmãos;

- VI. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII. Participação na vida da comunidade local;
- VIII. Preparação gradativa para o desligamento;
- IX. Participação de pessoas na comunidade no processo educativo.

O Abrigo é um lugar que oferece protecção, é uma alternativa de moradia provisória em um clima residencial, com um atendimento personalizado, em pequenas unidades, para pequenos grupos de crianças.

A transitoriedade é uma circunstância vivida no Abrigo, mas esta provisoriedade está inteiramente relacionada à história singular de cada criança e adolescente e ao seu projecto de vida.

Existem crianças e adolescentes que terão uma permanência breve, que podia durar horas ou dias, outras crianças e adolescentes terão uma permanência continuada, que poderá durar meses ou anos.

O Abrigo deverá ter condições para ficar o tempo que for necessário com aqueles que ainda não foram integrados numa família.

O Abrigo é um serviço que faz parte de uma rede de atendimento que se complementa e deve-se articular para oferecer a protecção integral preconizada pelo ECA.

A problemática da Institucionalização na infância, por estar presente na realidade de muitas famílias Brasileiras em condições socioeconómicas desfavorecidas, tornou-se relevante de estudos na actualidade.

Dos vários estudos, será destacado em anexo<sup>42</sup> a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner<sup>43</sup>. Esta abordagem é estudada pelos alunos da Universidade Federal de Santa Catarina, como ponto de partida para reconhecer os processos evolutivos e os múltiplos factores que influenciam o Desenvolvimento Humano das crianças institucionalizadas no Brasil.

#### 4.3. O Abrigo: encaminhamento, fiscalização e redes de serviços

*“Só é possível o indivíduo manter a sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade...”.*

(Peter Berger & Thomas Luckman)<sup>44</sup>

##### a) Encaminhamento das crianças para o abrigo

As crianças e adolescentes que se encontram desprotegidos e em estado de abandono social são encaminhados para o Abrigo por decisão do Conselho Tutelar ou pelo Juizado da Vara da Infância e Juventude.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os próprios Abrigos poderão acolher

<sup>42</sup> Ver Anexo nº 5 – Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner

<sup>43</sup> Bronfenbrenner, Urie; A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados; Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

<sup>44</sup> Berger, Peter & Luckmann, Thomas. A construção da realidade. 9ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1991  
pág.31

crianças e adolescentes em carácter excepcional e de urgência, comunicando às autoridades competentes até ao segundo dia útil imediato.

b) Fiscalização do Abrigo

A fiscalização do Abrigo é de competência dos Conselhos Tutelares, do Juízo da Vara da Infância e Juventude e do Ministério Público.

O artigo 97 do ECA estabelece as Medidas aplicáveis aos Abrigos ou entidades que não cumprirem com as suas obrigações no atendimento.

c) Redes de Serviços e Programas existentes

O Abrigo é uma Medida de Protecção cujo bom funcionamento depende de relações adequadas e frequentes com órgãos públicos, como os Conselhos Tutelares, a Vara da Infância e da Juventude, os Conselhos de Direitos e de Assistência Social, o Ministério Público e as secretarias do Executivo Municipal, especialmente aquelas responsáveis pela assistência social, saúde e educação.

Estes órgãos são complementares, devem planear muitas vezes juntos, mas cada um tem a sua competência específica.<sup>45</sup>

Assim, ao Abrigo compete oferecer o acolhimento, a moradia, a protecção e um quotidiano saudável, enquanto as equipas e serviços municipais de assistência social estão em busca de condições para reintegração à família e à comunidade, oferecendo os serviços de atendimento à criança, ao adolescente e seus familiares.<sup>46</sup>

A parceria entre Abrigo e Conselho Tutelar torna-se fundamental durante o processo de intervenção e apoio, para que a criança e o adolescente abrigados possam retornar ao convívio familiar. Por outro lado, o envolvimento da Vara da Infância e da Juventude é indispensável quando se identifica uma situação de abandono real.

#### 4.4. Tipos de Abrigos

Existem vários tipos de Abrigos, cada um com as suas próprias características. Eles podem ser classificados a partir de três critérios:

1. Pelo tamanho das unidades e capacidade de atendimento
2. Pelo tempo de permanência da criança no Abrigo
3. Pela especialização do atendimento

1. O Abrigo de acordo com o tamanho das unidades e capacidade de atendimento

O Estatuto da Criança e do Adolescente não recomenda qualquer forma de atendimento realizado em grandes instituições.

Os Abrigos, segundo o ECA devem ser casas comuns que devem ter a capacidade física

<sup>45</sup> Ver Anexo nº 6 - Rede de Serviços e Programas de Atenção às Crianças em Perigo existentes no Brasil.

<sup>46</sup> Colectânea de textos, Trabalhando Abrigos, Instituto de Estudos Especiais da Pontifia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil, pág. 34

adequada ao número de atendimentos, e devem possuir casas de banho, cozinha, dormitórios, quintal e salas de estudo em condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.

Os Abrigos devem ser adequados ao desenvolvimento individual e social de crianças e adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente não define um número exacto de crianças que podem morar num Abrigo, contudo este tem que proporcionar um atendimento personalizado e em pequenos grupos.

## 2. O Abrigo de acordo com o tempo de permanência da criança

Quanto ao tempo de permanência, os abrigos distinguem-se em dois tipos:

### a) Abrigos de permanência breve

Estes Abrigos são destinados a crianças ou jovens que permanecerão abrigados durante um tempo relativamente curto, que pode durar horas, dias ou meses mediante condições favoráveis de retorno à família de origem ou de integração numa família substituta.

Os Abrigos de permanência breve apresentam-se de diversas formas: em casas divididas de acordo com a faixa etária, em casas para abrigar crianças e jovens sem distinção de idade ou sexo ou em casas destinadas exclusivamente a adolescentes.

### b) Abrigos de permanência continuada

Este tipo de Abrigos destinam-se tanto a crianças ou adolescentes que, tendo passado por um Abrigo de permanência breve, não possuem condições favoráveis à integração familiar a curto prazo.

Embora o Abrigo não seja a solução mais adequada para a criança ou adolescente, este será para muitas crianças a sua casa, até que haja condições para outra definição para a sua situação.

Isto significa que o Abrigo de permanência continuada é um espaço que se constitui num ponto de referência para a criança, onde o seu projecto de vida deve ser construído a partir das relações que estabelece com outras crianças, adolescentes e adultos, tanto no Abrigo quanto na comunidade.

Em Abrigos de permanência continuada é segundo o ECA recomendável que o número de crianças seja menor, proporcionando uma atenção individualizada.

## 3. O Abrigo de acordo com a especialização do atendimento

Os Abrigos devem possuir capacidade e condições necessárias para abrigar qualquer criança ou jovem que precise de apoio e protecção. Contudo, existem muitas crianças que necessitam de um atendimento especializado. Deste modo, distingue-se dois tipos de Abrigos: os de atendimento convencional e os que oferecem um atendimento especializado.

Neste último, quando o encaminhamento de uma criança é feito a este tipo de Abrigo ele ocorre em circunstâncias muito especiais em que, para sua própria protecção ou tratamento, sejam

necessárias acções especializadas não disponíveis num Abrigo comum.

Este tipo de Abrigo caracteriza-se por receber crianças e adolescentes que necessitam de atenção especializada, seja por problemas físicos ou mentais que apresentam por terem sofrido traumas sérios produzidos pela violência sexual, maus-tratos ou por possuírem doenças infecto-contagiosas como o HIV, por exemplo.

#### 4.5. Acolhimento Institucional versus Família Acolhedora

Quando, para a protecção da integridade física e psicológica, for detectada a necessidade do afastamento da criança e do adolescente da família de origem, os mesmos deverão ser atendidos em serviços que ofereçam cuidados e condições favoráveis ao seu desenvolvimento saudável, devendo-se de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Protecção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2009), trabalhar no sentido de viabilizar a reintegração à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Tais serviços podem ser oferecidos na forma de Acolhimento Institucional ou Programas de Famílias Acolhedoras.

##### ➤ Acolhimento Institucional:

Segundo o Plano atrás mencionado, adoptou-se o termo Acolhimento Institucional para designar os Programas de Abrigo em entidade, definidas no art. 90 do ECA, como aqueles que atendem crianças e adolescentes que se encontram como Medida Protetiva de Abrigo.

O Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo Institucional em pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem.

Todas estas modalidades de acolhimento constituem “ Programas de Abrigo”.

Todas as entidades que se desenvolvem Programas de Abrigo têm o dever de prestar plena assistência à criança e ao adolescente, oferecendo-lhes acolhimento, cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento.

O Abrigo, como já referimos anteriormente, define-se como sendo uma entidade que desenvolve um Programa específico, que é a Modalidade de Acolhimento Institucional. Atende crianças e adolescentes em grupo, em regime integral, por meio de normas e regras estipuladas por entidade ou órgão governamental ou não governamental.

O Abrigo segue parâmetros estabelecidos pela lei, é uma Medida Provisória e Excepcional, não implicando a privação de liberdade das crianças e adolescentes.

A Casa Lar é uma Modalidade de Acolhimento Institucional oferecido em unidades residenciais, nas quais pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como cuidador residente – em uma casa que não é a sua – prestando cuidados a um grupo de crianças ou adolescentes. As Casas-Lares têm a estrutura de residências privadas, podendo estar distribuídas tanto em um terreno comum ou separadamente em bairros residenciais.

A Casa de Passagem é um Acolhimento Institucional de curtíssima duração, onde se realiza diagnóstico eficiente, com vista à reintegração à família de origem ou encaminhamento para Acolhimento Institucional ou familiar.



➤ Família Acolhedora:

A Família Acolhedora, define-se como uma família que participa em Programas de Acolhimento, recebendo crianças e adolescentes sob a sua guarda, de forma temporária até a reintegração da criança com a sua própria família ou seu encaminhamento para uma família substituta.

A Família Acolhedora também é denominada no Brasil por “Família de Apoio”, “Família Cuidadora”, “Família Solidária”, “Família Guardiã”, entre outras.

O Programa de Famílias Acolhedoras caracteriza-se como um serviço que organiza o acolhimento, na residência de Famílias Acolhedoras, de crianças e adolescentes afastados da família de origem mediante Medida Protetiva. Representa uma modalidade de atendimento que visa oferecer protecção integral às crianças e aos adolescentes até que seja possível a reintegração familiar.

Este Programa é constituído por uma metodologia de funcionamento que contemple:

- Uma mobilização, cadastro, selecção, capacitação, acompanhamento e supervisão das Famílias Acolhedoras por uma equipa multi-profissional;
- Acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vista à reintegração familiar;
- Articulação com redes de serviços, com Juizado da Vara da Infância e Juventude e com todos os actores do sistema de Garantia de Direitos das crianças e dos adolescentes.

Este Programa é muitas vezes confundido com a adopção, pois trata-se de um Serviço Provisório, até que seja viabilizada uma solução de carácter permanente para a criança e adolescente – reintegração familiar ou excepcionalmente a adopção.

As Famílias Acolhedoras estão vinculadas a um Programa que as selecciona, prepara e acompanha para o acolhimento de crianças ou adolescentes indicados pelo Programa.

A manutenção da guarda estará vinculada à permanência da Família Acolhedora no Programa.

O Programa deve ter como objectivos:

- Cuidado individualizado da criança ou do adolescente, proporcionado pelo atendimento em ambiente familiar;
- A preservação do vínculo e do contacto da criança e do adolescente com a sua família de origem (excepto determinação judicial em contrário);
- O fortalecimento dos vínculos comunitários da criança e do adolescente, favorecendo o contacto com a comunidade e a utilização da rede de serviços disponíveis;
- A preservação da história da criança ou do adolescente, através dos registos e fotografias, inclusive pela Família Acolhedora;
- Preparação da criança e do adolescente para o desligamento da Família Acolhedora;
- Permanente comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude, informando à Autoridade Judiciária sobre a situação das crianças e adolescentes atendidos e de suas famílias.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Plano Nacional de Promoção, Protecção e Defesa do Direito de crianças e adolescentes à convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006

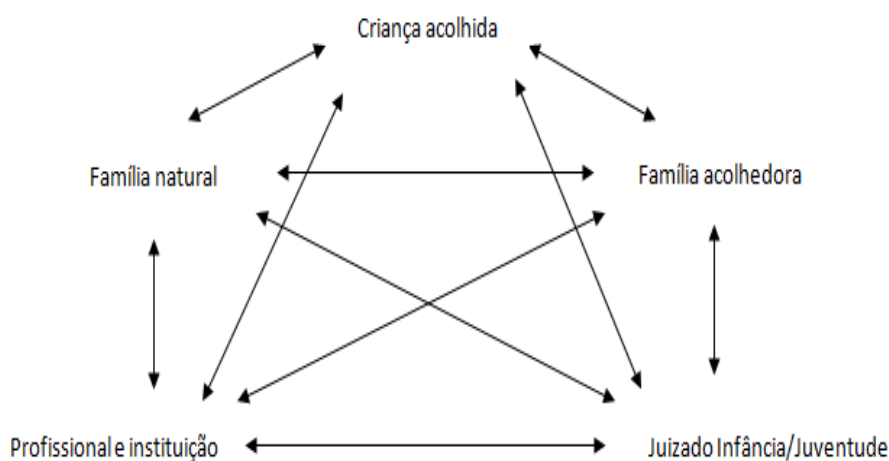


Ilustração 15 - Esquema bidireccional da criança acolhida<sup>48</sup>

Deste modo, tanto o Acolhimento Institucional, quanto os Programas de Famílias Acolhedoras têm que se organizar segundo os princípios e directrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere à excepionalidade e à provisoriedade do acolhimento, ao investimento na reintegração à família de origem, à preservação do vínculo entre grupos de irmãos, à permanente comunicação com a Justiça da Infância e da Juventude e à articulação com a rede de serviços.

#### 4.6. Descrição das Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes existentes em Florianópolis

Existem sete Instituições de Acolhimento para Protecção de Crianças que se encontram em Situação de Risco em Florianópolis, sendo elas:<sup>49</sup>

##### Sociedade Espírita de Recuperação Trabalho e Educação (SERTE)

A SERTE surgiu em Dezembro de 1956 e é uma Organização Não Governamental, assistencial que actua em Florianópolis e há cinquenta e três anos atende crianças de 0 a 6 anos de idade.

O objectivo principal desta instituição é acolher em regime de internato crianças que sofrem algum tipo de violência e proporcionar-lhes melhor qualidade de vida até serem adoptadas por novas famílias ou reintegradas nas suas famílias de origem.

A SERTE atende vinte e cinco crianças em regime de internato e cento e vinte crianças na creche e pré-escola.

<sup>48</sup> Silva, Enid. R. A. da. O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília, IPEA/CONANDA, 2004, pág.318.

<sup>49</sup> Estas instituições reúnem-se mensalmente para discutirem a situação das crianças presentes nas mesmas de modo a cooperarem entre si com vista à melhoria das condições de vida das crianças e para melhor compreensão do histórico das respectivas famílias, uma vez, que existem irmãos que se encontram em vários abrigos

### Lar Recanto do Carinho

O Lar Recanto do Carinho surgiu em 29 de Junho de 1992 em Florianópolis e é uma Organização Não Governamental que tem como objectivo prestar apoio a crianças e adolescentes dos 0 aos 20 anos de idade, portadores de HIV ou filhos de portadores desta doença que se encontravam órfãos ou em situação de risco de morte por apresentarem uma desestrutura familiar.

Esta instituição surgiu pela necessidade de existir um espaço de acolhimento e apoio a estas crianças que até então se encontravam abandonadas.

O Lar Recanto do Carinho, actualmente atende cinquenta e seis crianças em regime de internato e presta assistência a vinte e seis famílias de crianças que foram reintegradas, procurando promover a qualidade de vida destas crianças e adolescentes proporcionando-lhes uma rotina de vida estável, garantindo os seus direitos.

Os recursos financeiros desta instituição vêm de doações e eventos realizados pela comunidade e convénios com Entidades Públicas.

### Obras Sociais da Comunidade Paroquial de Coqueiros (OSCOPAC)

A OSCOPAC é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, coordenada e dirigida por voluntários eleitos por Assembléia Geral.

Esta instituição foi fundada no ano de 1980 e desenvolve atividades que visam a inserção de crianças e adolescentes abrigados em famílias substitutas quando não é possível o retorno à família de origem. Actualmente a OSCOPAC tem a seguinte organização: Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, Secretário, Coordenadora Voluntária, Assistente Social, duas Estagiárias de Serviço Social, seis Educadores Sociais, Psicóloga Voluntária, Auxiliar de Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo, Psicopedagogas Voluntárias, Professoras (uma de ensino fundamental e outra de artes plásticas), Professoras Voluntárias e Médico Voluntário.

A OSCOPAC tem dois programas de atendimento relativamente a crianças e adolescentes em risco:

- A **Casa-Lar Nossa Senhora do Carmo**, que consiste em abrigar crianças e adolescentes do sexo feminino dos 6 aos 18 anos;
- A **Casa-Lar São João da Cruz**, que consiste em abrigar crianças e adolescentes do sexo masculino dos 6 aos 18 anos.

Esta instituição atende cerca de vinte e seis crianças e adolescentes nestas duas Casas-Lares que funcionam como moradia (24 horas) onde as crianças levam uma vida normal o mais parecida possível com uma família, vão à escola, médicos, dentistas, psicólogos, etc.

### Acção Social Missão- Casa Lar

A Acção Social Missão, é uma Entidade Não Governamental destinada a abrigar crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, visando o seu desenvolvimento e protecção integral. Esta instituição foi fundada em 21 de abril de 1993 e apoiada pelo Movimento Emaús.

A ASM atende onze crianças e adolescentes do sexo masculino, com idades entre 6 e 18 anos, provenientes de Florianópolis em regime de Abrigo Provisório e são encaminhados pelo

Juizado da Infância e Juventude e Conselhos Tutelares. Das onze vagas disponibilizadas, sete são ocupadas por crianças e adolescentes sem perspectiva de Guarda ou Adopção, são crianças que não possuem perfil de crianças geralmente procuradas por casais que desejam adoptar.

O atendimento da ASM visa oferecer uma referência familiar a todas as crianças e adolescentes, responsabilizando-se para que estes tenham um lar, alimentação, educação, saúde e suprimento de todas as suas necessidades.

#### Casa Lar Cretinha

Depois de vários contactos realizados com esta instituição, não nos foi facultada qualquer tipo de informação.

Tem-se o conhecimento de que esta instituição se encontra em Processo Judicial, porque existe um centro terapêutico onde os adolescentes em fase de recuperação são quem supervisionam as crianças institucionalizadas, onde muitas vezes agredem as crianças mais novas.

#### Lar São Vicente de Paulo

Foi neste Abrigo que foi realizada a pesquisa. Deste modo será explicado em que consiste esta Instituição e onde ela se encontra inserida.

A pesquisa foi realizada na Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES), foi fundada em 10 de Junho de 1773, sendo caracterizada como uma Organização Não-Governamental, assistencial, sem fins lucrativos e com sede em Florianópolis.

É administrada por uma directoria voluntária e em cada dois anos é feita uma eleição para a composição da nova directoria.

Esta Instituição tem como principal objectivo prestar assistência a crianças, adolescentes e a famílias em situação de vulnerabilidade, visando promover a cidadania e o desenvolvimento social, preocupando-se com o âmbito educativo e profissional.

Inicialmente quando fundada, a IDES não apresentava actividades com fins sociais, esta era apenas direccionada para o culto ao Divino Espírito Santo, mantendo as tradições religiosas, através de uma festa anual, a Festa do Divino.<sup>50</sup>

As suas actividades foram alteradas e em 1910, quando iniciou as suas actividades sociais, com o abrigo, denominado São Vicente de Paulo.

Os seus recursos financeiros são provenientes de doações de associados e da comunidade, promoções especiais, festa do Divino Espírito Santo, exposições e venda de trabalhos artesanais, parcerias com empresas para o encaminhamento de jovens trabalhadores e convénios com governos Federal, Estadual ou Municipal.

A organização é representada nos Conselhos Municipal da Criança e Adolescente e Assistência Social e integra o Fórum contra o trabalho infantil.

No momento a IDES é composta por cerca de oitenta funcionários entre os quais: Professores (cedidos pela Prefeitura de Florianópolis), Pedagogas, Monitores, Recreadores,

---

<sup>50</sup> Ver Anexo nº 7 – Imagens da Festa do Divino e Histórico da mesma.

Assistente de Recursos Humanos, Assistentes Sociais, Assistentes Administrativos, Assessor de Directoria, Psicóloga Voluntária, Recepcionista, Motorista, gráfico, entre outros...

Actualmente existem três núcleos desenvolvidos pela Irmandade abrangendo um universo de mais de mil e duzentas Crianças e Adolescentes, sendo eles:

- Núcleo da Infância (NUI) que compreende o **Abrigo Lar São Vicente de Paulo** e o **Jardim de Infância Girassol**.

É no Abrigo que é realizado todo este estudo.

O **Abrigo Lar São Vicente de Paulo** funciona como Medida de Protecção em concordância com o Estatuto da Criança e do Adolescente e tem como objectivo acolher crianças do Município de Florianópolis, de ambos os sexos, na faixa de 0 a 6 anos de idades que tiveram seus direitos violados ou foram vítimas de maus tratos, negligência, abuso sexual, abandono, usadas para a mendicidade, motivos de grande pobreza ou filhos de dependentes químicos, gerando risco pessoal.

Este Abrigo tem capacidade para abrigar vinte e cinco crianças. As crianças permanecem no Abrigo até serem reintegradas na sua família consanguínea (pais ou parentes) ou serem encaminhadas para adopção.

As principais actividades desenvolvidas são: alimentação, higiene, lazer, promoção ao bem-estar físico, psicológico e social. Como se trata de uma situação temporária, o Abrigo estimula a manutenção dos vínculos familiares, sempre que o Juizado autorize, possibilitando a visita dos familiares duas vezes por semana.

Quanto ao **Jardim de Infância Girassol** este foi criado em 1977 e atende crianças de ambos os sexos, faixa etária de 2 a 6 anos de idade, durante onze horas por dia, visando contribuir para a sua formação pessoal, psico-social é educativa através de vivências pedagógicas que despertem para a auto-descoberta.

Apresenta trinta e sete profissionais, sendo estes vinte e quatro educadores cedidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis em carácter temporário.

O **Jardim de Infância Girassol** atende em média duzentos e quarenta e cinco crianças.

- Núcleo de Arte e Educação (NAE)

Este núcleo atende duzentas crianças e adolescentes dos 6 a 14 anos, proporcionando a estes, actividades de arte e de lazer. Os objectivos são: democratizar o acesso à cultura; proporcionar uma perspectiva de vida diferente com oportunidades melhores que as oferecidas pela sociedade e formar cidadãos com capacidade de desenvolvimento artístico.

As crianças e adolescentes participam das seguintes actividades didáctico-pedagógicas:

- Actividades escolares: orientação às tarefas escolares, desenvolvimento da linguagem oral e escrita;
- Actividades artístico-culturais: coro, flauta, teatro, artes, dança e capoeira;
- Actividades desportivas: futebol, ténis e jogos
- Actividades de integração grupal com natureza e o meio ambiente.

➤ Núcleo de Formação e Trabalho (NUFT)

Este núcleo tem como objectivo a inserção de adolescentes de 14 a 18 anos no mercado de trabalho, dando a oportunidade a estes que aperfeiçoem suas habilidades pessoais e profissionais. Jovens em situação de vulnerabilidade social integram equipas de trabalho em empresas e desenvolvem actividades laborais. Conta com trezentos e dezasseis adolescentes de ambos os sexos em cinquenta e quatro empresas.

O Núcleo de Formação e Trabalho tem ainda a finalidade de oferecer a jovens de 14 a 17 anos um espaço de aprendizagem e qualificação profissional, visando inseri-los no mercado de trabalho, atendendo em média quinhentos e sessenta adolescentes por semestre.

## 5. Adopção no Brasil

*“A adopção não é uma garantia de felicidade, nem um risco de infelicidade. Ela é uma das formas de abordar a criação de um grupo familiar, no seio do qual ocorrerão os mesmos problemas enfrentados por todos os pais e todos os filhos.”*

(Hubert et Monique)

A adopção trata-se de um tema bastante extenso onde muitas premissas devem ser estudadas e requerem uma atenção devida.

Existe sobretudo duas perspectivas que merecem especial atenção: a perspectiva do pretendente à adopção e a perspectiva das crianças que se encontram em condição de adopção.

Contudo, nesta pesquisa apenas iremos referir de um modo superficial de alguns pontos que nos parecem importantes sendo um deles, o modo como este processo se desenvolve no Brasil para melhor compreender quais as semelhanças e diferenças quanto ao Sistema Português, pois não será possível o aprofundamento necessário desta temática.

Para melhor compreensão deste processo, fomos pessoalmente à Central de Adopção de Florianópolis, onde a Assistente Social responsável por este departamento nos elucidou quanto a esta temática.

### 5.1. Requisitos Gerais da Adopção

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), existem requisitos necessários para adoptar, estando eles presentes no artigo 40 e seguintes:

a) Quanto à idade mínima do Adoptante e diferença de idades entre Adoptante e Adoptado:

Quanto à idade mínima e diferença de idade, o ECA diz-nos que a idade mínima para adoptar é vinte e um anos. Sendo uma grande conquista para as crianças e adolescentes brasileiras que anseiam por um lar, pois a lei anterior previa que somente os maiores de trinta anos poderiam adoptar, permitindo assim, a inovação legal através de um aumento do número de adoptantes em potencial.

A diferença mínima de idade entre adoptante e adoptado é de dezasseis anos, com a intenção de que a colocação em família substituta seja similar à filiação consanguínea.

b) Quanto à Adopção realizada por mais de uma pessoa

Quanto à possibilidade de adopção por mais de uma pessoa, a lei autoriza que podem adoptar conjuntamente aqueles casados entre si, ou que vivam na forma conceituada pela Lei nº 9.278/96, que regulamenta a união estável. Contudo, de acordo com o artigo 42 do ECA, “os divorciados e os judicialmente separados poderão adoptar conjuntamente, contando que acordem sobre a guarda e o regime de visitas, e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância da sociedade conjugal”.

c) Quanto à Adopção efectuada por Homossexuais

Face ao exposto na alínea anterior, observa-se que quando a Lei trata de adopção realizada por duas pessoas simultaneamente, refere-se a um casal, composto por um homem e uma mulher, adopção conjunta é vinculada ao casamento e união estável, regimes aos quais é vedada a adesão de pessoas do mesmo sexo.

Contudo, não existe expressamente na Lei a proibição de uma criança ser adoptada por uma pessoa cuja sua orientação sexual seja diversa da dita convencional. A adopção de uma criança no Brasil pode ser feita só com uma pessoa, formando uma família monoparental, a preferência sexual do adoptante não é significativa para o processo de adopção. Contudo, depende um pouco da aceitação do Juíz para este tema, pois não há nenhuma regra legal no Código Civil ou no Estatuto da Criança e do Adolescente que permita ou proíba a colocação do menor em lar substituto cujo titular seja homossexual.

Em oposição à Lei Portuguesa, a Lei Brasileira mostra-se bastante flexível quanto a este tema, existindo muitas crianças brasileiras no Estado de Santa Catarina a serem adoptadas por “casais” homossexuais, não havendo grande oposição por parte dos Juízes da Vara da Infância quanto a estes casos.

d) Quanto à condição económica do Adoptante

A condição económica, segundo relatos da Assistente Social, responsável pelo Departamento da Adopção de Florianópolis, também não é preponderante para o processo adoptivo. É claro, que será feito um estudo prévio das condições económicas do adoptante, pois este tem que assegurar as condições de vida da criança adoptada.

Em Portugal, este requisito tem um peso muito importante para o processo adoptivo em oposição à Lei Brasileira.

## 5.2. Processo Adoptivo

*“Adoptar é pedir à religião e à lei aquilo que da natureza não se obteve”*  
(Cícero)

Existem quatro principais etapas no processo de adopção:

1º - O interessado em adoptar deve ter mais de vinte e um anos e não ter nenhum antecedente criminal. O estado civil, a classe social ou a preferência sexual não tem peso no processo, como foi referido anteriormente.

Nesta primeira fase de inscrição, existe uma distinção para os pretendentes à adopção que são residentes no Estado de Santa Catarina, onde a inscrição dos interessados à adopção deve ser feita no Fórum da cidade ou da comarca onde residem, para os residentes em outros Estados a inscrição deve ser feita no próprio Estado de residência do pretendente, tendo em vista que o CNA (Cadastro Nacional de Adopção) supre a necessidade de habilitações diversas e por último, a inscrição feita por estrangeiro, que devem ter habilitação na CEJA (Comissão Estadual Judiciária de Adopção) que funciona na Corregedoria Geral de Justiça em Florianópolis.

Contudo, de acordo com o artigo 31 do ECA, “a colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional”, que quer dizer, que só depois de esgotadas todas as possibilidades de inserção de uma criança em família substituta a nível nacional é que então se procura que esta seja adoptada a nível internacional.

2º - Depois de fazer a inscrição<sup>51</sup>, o candidato passa por uma entrevista, faz uma dinâmica de grupo e recebe a visita do Serviço Social do Juizado que confirmará as condições de habitação onde a criança irá viver. Uma vez habilitado, recebe a carta de adopção, que em geral é válida por um ano.

De acordo com a autora Lucinete Silva Santos<sup>52</sup>, esta fase exige uma preparação adequada, onde deve incluir uma entrevista inicial para esclarecimento quanto aos aspectos/procedimentos legais da adopção; estudo sócio-familiar e psicológico do casal ou pessoa interessada, aprofundando-se durante a fase do estudo social; preparação dos interessados para enfrentar os mitos e preconceitos do meio social em face da adopção; orientação psicológica que deve acompanhar os vários estágios do processo até que ambas as partes considerem esgotada a necessidade de acompanhamento; indicação de leitura pertinente ao assunto e ainda a reflexão quanto às questões que motivaram a adopção.

Para Lucinete S. Santos<sup>53</sup>, a questão da motivação que leva a adoptar prende-se muitas vezes com o facto da impossibilidade de procriação que cria em algumas mulheres o sentimento de inferioridade e que as leva a ver na adopção a alternativa para camuflar esta situação. Nestes casos,

<sup>51</sup> Ver anexo nº 8 - Ficha de Cadastro de Pretendentes à Adopção

<sup>52</sup> Santos, Lucinete Silva; Adopção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos; Serviço Social e Sociedade; São Paulo: Cortez; ano XVIII, Volume nº 54, Julho 1997; página 162

<sup>53</sup> Santos, Lucinete Silva; Adopção: da maternidade à maternagem – Uma crítica ao mito do amor materno; Serviço Social e Sociedade; São Paulo: Cortez; ano XIX, Volume nº 57, Julho 1998; página 105-107



de acordo com a autora, estes casais pretendem sempre crianças recém-nascidas e com características semelhantes às dos adoptantes. Tenta-se fazer de conta que a filiação é biológica, escondendo da criança a sua história e tentando mesmo esquecer que este filho é adoptivo.

Outra das motivações, segundo a referida autora, prende-se com o sentimento de generosidade/caridade como motivo para adoptar. Nestes casos a criança/adolescente termina sendo colocada na condição de objecto de caridade dos adoptantes. Em função da experiência na área da adopção, a autora diz-nos que “difícilmente pode resultar num processo satisfatório de incorporação e vivência dos papéis parentais de pais e filhos, já que nessa perspectiva o adoptado torna-se objecto da boa acção dos adoptantes e, certamente, não ocupará lugar de filho e sujeito no contexto familiar”.

No fim desta segunda fase, quando habilitados os pretendentes passam a figurar no CUIDA (Cadastro Único Informatizado de Adopção e Abrigo), concorrendo à adopção em todas as Comarcas do Estado de Santa Catarina. Este Cadastro foi instituído em 2005, até então se um pretendente de outro Estado do Brasil quisesse adoptar uma criança do Estado de Santa Catarina teria que se deslocar até este Estado para se inscrever para conseguir adoptar uma criança em Santa Catarina, dificultando e aumentando o tempo de decorrência de todo o processo adoptivo.

O CUIDA é um sistema de informações acerca de pretendentes à adopção, inscritos e habilitados em Santa Catarina, de entidades de abrigo e de crianças e adolescentes abrigados ou em condições de colocação em família substituta.<sup>54</sup>

Este sistema de informações foi criado com o objectivo de facilitar os procedimentos relativos ao encaminhamento de crianças e adolescentes para adopção e racionalizar a sistemática da inscrição de pretendentes à adopção evitando a multiplicidade de pedidos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente previu a criação de Comissões Estaduais Judiciárias de Adopção nos Estados Brasileiros. Em Santa Catarina, esta instituição adveio da Resolução nº 001/93 da Corregedoria Geral da Justiça.

Constituiu-se a Comissão, presidida pelo Corregedor Geral da Justiça e mais cinco membros, sendo eles: um Juiz da Vara da Infância e da Juventude da comarca da capital; um Procurador da Justiça; um Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Santa Catarina; um Representante do Conselho Regional de Psicologia e um Representante do Conselho Regional do Serviço Social.

Esta Comissão Estadual Judiciária de Adopção - CEJA- foi instituída em 1993 e tem a finalidade de contribuir para a garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina.

Existe também 23 grupos de estudos e apoio à adopção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelo Juizado da Vara da Infância e da Juventude e pela CEJA, que tem por objectivo estimular as adopções nacionais e colaborar na preparação dos candidatos à adopção.

3º - Localizada uma criança com o perfil compatível com o desejado, o candidato é contactado e faz visitas sucessivas à criança no abrigo.

<sup>54</sup> Ver anexo nº 9 - Ficha de Cadastro de criança/adolescente em condições de colocação em família substituta.

Esta terceira fase, é uma fase bastante delicada, pois é a altura em que um pai/mãe ou uma família se encontra em ansiedade por ver o seu filho adoptivo e há uma criança/adolescente cheia de expectativas com a sua nova família.

Esta fase é marcada pela identificação de ambas as partes e por grande emoção.

Através das sucessivas visitas do candidato à adopção à criança no abrigo, pretende-se estimular um vínculo afectivo entre estes e avaliar a reciprocidade de sentimentos entre os mesmos.

Segundo o artigo 46 do ECA, a Autoridade Judiciária é que fixará este prazo de convivência. Contudo, se o adoptando não tiver mais de um ano de idade o estágio de convivência poderá ser dispensado.

4º - Com a aprovação do Juizado, é emitida uma nova certidão de nascimento, em que os pais dão o sobrenome ao filho e podem até, mudar o nome próprio da criança.

Esta alteração do nome está prevista no artigo 47, 5º em que nos diz que a “a sentença conferirá ao adoptado o nome do adoptante e, a pedido deste, poderá determinar a modificação do prenome”.

Nesta última fase existe a licença de maternidade para a mãe ou pai adoptivo que é estabelecida mediante a idade da criança:

0 a 1 ano – 120 dias;

1 a 4 anos – 60 dias;

4 a 8 anos – 30 dias.

### 5.3. Adopções directas

Existem dois tipos de adopções, as que são feitas pela via judicial e as adopções directas, também denominadas por “adopções prontas”.

O primeiro tipo de adopções, as que são feitas pela via judicial, são aquelas que nos referimos anteriormente por todo o processo que acarretam.

Quanto às adopções directas, entendem-se como as situações que chegam até à Equipa Técnica das Varas da Infância, já estabelecidas (sem terem passado pela inscrição para o cadastro de adopção) em que a criança já se encontra aos cuidados desta família adoptiva que procura esta Equipa com a finalidade de legalizar esta adopção. Nestes casos, é frequente a progenitora entregar voluntariamente o seu filho directamente à pessoa interessada ou casal, ou por intermédio de terceiros, desconhecendo os interessados.

De acordo com a autora Cláudia Fonseca<sup>55</sup>, a “circulação de crianças” em bairros populares das capitais brasileiras, faz com que estas crianças passem grande parte da infância ou adolescência em casas que não são as dos seus progenitores. O número de crianças nesta situação é extraordinariamente elevado. Esta autora refere ainda que no universo pesquisado, mais de metade das mães tinha em algum momento dado um dos seus filhos.

As adopções directas no Brasil são possíveis de se tornarem adopções legais. Contudo, o

<sup>55</sup> Fonseca, Cláudia; Caminhos da adopção; São Paulo: Cortez, 1995; página 14

Juiz da Vara da Infância não aceita de bom agrado este tipo de adopção, uma vez que prefere que este se faça pela forma mais viável que é através do cadastro, onde há todo um estudo social e psicológico dos interessados e um acompanhamento mais adequado de modo a proteger as crianças.

Deste modo, o Juiz tenta desmotivar este tipo de adopção, na medida em que esta normalmente acaba por gerar medo, insegurança e ansiedade uma vez que os pais adoptivos e a própria criança se encontram demasiado expostos, pois os pais biológicos têm conhecimento onde a criança se encontra e podem até uns anos mais tarde chantagear e até mesmo querer extorquir dinheiro.

Em todo o caso, o casal ou pessoa interessada pode recorrer a um advogado e tentar oficializar esta adopção, mas dificilmente será autorizada pelo Juizado.

Segundo Lucinete S. Santos<sup>56</sup>, neste ponto levanta-se a questão se a progenitora tem o direito de indicar o casal ou interessados na adopção do seu filho ou se simplesmente esta ao abrir mão dos seus direitos maternos perde esse direito?

Perante esta questão a autora defende o “princípio de que a escolha da progenitora deve ser considerada ponderada desde que os interessados apresentem as condições básicas necessárias para o bem-estar geral da criança”. Pois a autora entende que se partir do “princípio de que a progenitora que abre mão do pátrio poder sobre seu filho – independentemente das suas razões e do seu sofrimento – tem suprimido automaticamente o direito de escolha sobre quem poderá lhe substituir na vida do ser que gerou durante nove meses”. Para Lucinete S. Santos, está-se a adoptar uma visão demasiado moralista, uma vez que deixa-se de ter em conta as condições de vida e escolhas dos indivíduos, julgando negativamente uma mãe e deste modo exclui-la da sua vida o direito em relação ao filho que gerou.

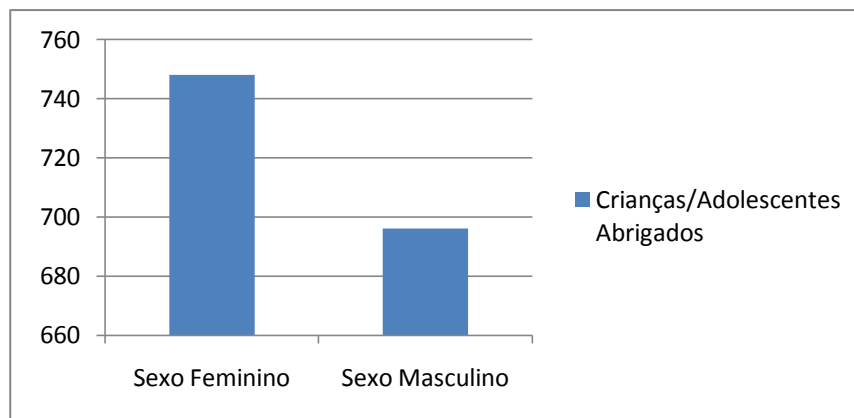
#### **5.4. Dados Estatísticos**

De acordo com os dados oferecidos pelo CUIDA (Cadastro Único Informatizado de Adopção e Abrigo) em Maio de 2009 existiam 145 Instituições de Acolhimento no Estado de Santa Catarina, dividindo-se em 84 Abrigos Institucionais, 7 Casas de Passagem, 32 Casas Lares e 22 Projectos de Famílias Acolhedoras.

Segundo os mesmos dados, existiam 1444 crianças e/ou adolescentes abrigados, sendo 748 do sexo feminino e 696 do sexo masculino.

---

<sup>56</sup> Santos, Lucinete Silva; Adopção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos; Serviço Social e Sociedade; São Paulo: Cortez; Ano XVIII; Volume nº 54; Julho 1997; página 169-170



**Ilustração 16 - Número de crianças/adolescentes abrigados segundo o sexo em Maio de 2009**

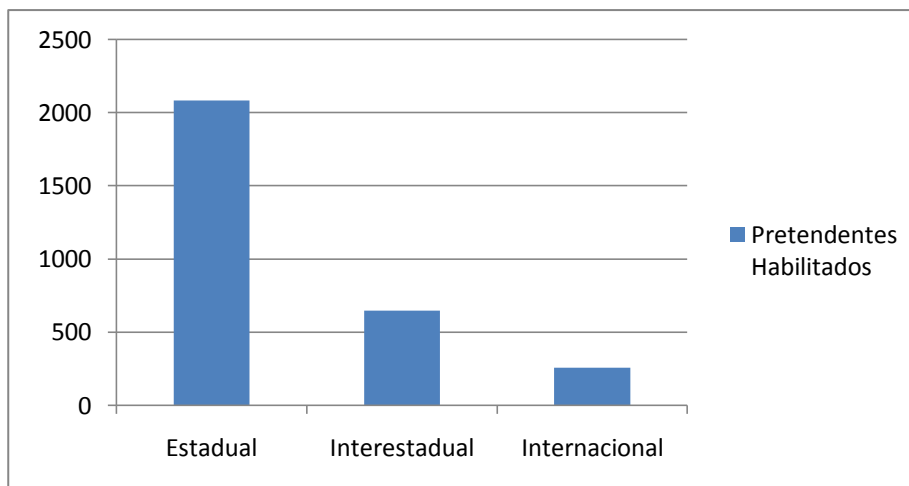
Fonte: Cadastro Único Informatizado de Adopção e Abrigo

Destas crianças e/ou adolescentes abrigados 62% tem idade acima dos 10 anos, 54% encontram-se nas instituições por motivos de carência económica.<sup>57</sup>

Das 1444 crianças e/ou adolescentes abrigados apenas 10% é que estão efectivamente em condições de adopção, o que significa que já foram destituídos do poder familiar. Têm idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos e a adopção torna-se difícil de ser realizada devido à idade que apresentam. Os restantes 90% de crianças abrigadas não estão em condições de serem adoptadas porque têm ainda uma família com a qual mantêm um vínculo afectivo constante. São filhos de pais desprovidos de poder material e emocional de cuidar, em seu sentido mais amplo. Entretanto, essas famílias continuam juridicamente responsáveis pelos seus filhos que vivem nos abrigos.

Quanto aos candidatos à Adopção, de acordo, com os dados fornecidos pelo CUIDA (Cadastro Único Informatizado de Adopção Abrigo) em Maio 2009 existiam 2983 pretendentes habilitados, sendo destes 2083 a nível estadual (de Santa Catarina), 645 interestadual (de todos os outros Estados do Brasil) e 255 internacionais.

<sup>57</sup> Este motivo de carência económica das famílias biológicas, que leva as crianças a serem institucionalizadas tem sido alvo de inúmeras críticas, uma vez que segundo o ECA, Artigo 23, a carência económica não é considerado motivo suficiente para um filho ser afastado da sua família de origem. Contudo, na prática verifica-se que este é um dos principais motivos que levam ao abrigamento das crianças brasileiras, pois estas famílias vivem em condições de extrema pobreza. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2007, aproximadamente um terço das famílias, vivia com rendimento mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo per capita.



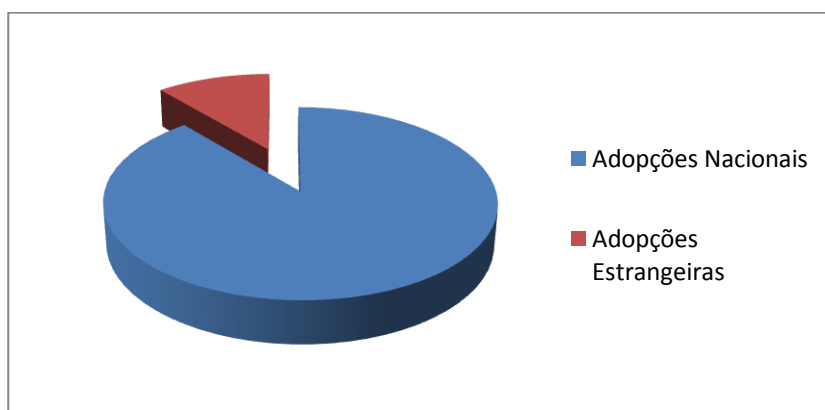
**Ilustração 17 - Número de Pretendentes à Adopção Habilitados a nível Estadual, Interestadual e a nível Internacional em Maio de 2009**

Fonte: Cadastro Único Informatizado de Adopção e Abrigo

A adopção de crianças pequenas até aos 5 anos, quando em situação de abandono, não é demorada porque tem muitos candidatos inscritos e estes são chamados imediatamente. Quando as crianças são maiores fica mais difícil a aceitação. Este é um tema alvo de muita preocupação e muito retratado no Brasil, pois apresenta-se como uma grande problemática, a adopção Tardia.

Tem-se vindo a constatar a preocupação para esta causa, tentando-se sensibilizar os pretendentes à adopção para os inúmeros casos de meninos de idade superior à desejada pelos pretendentes, aguardando em instituições por uma família substituta.<sup>58</sup>

De acordo, com os dados fornecidos pelo CUIDA a média anual são 400 adopções nacionais e 50 adopções para o estrangeiro. O perfil das crianças adoptadas por estrangeiros têm idades entre os 7 e os 14 anos, são grupos de irmãos, pardas (mistura de índio com branco) ou mulatas, do sexo masculino e são crianças que viviam em abrigos.



**Ilustração 18 - Número de média anual de adopções nacionais e para o estrangeiro**

Fonte: Cadastro Único Informatizado de Adopção e Abrigo

<sup>58</sup> Ver Anexo nº 10- Adopção Tardia (estudo realizado pela autora Marlizete Vargas)

Todo este processo adoptivo não é demorado nem burocrático, o que acontece é que as pessoas fazem muitas escolhas em relação às características da criança que pretendem adoptar. Dos 80% dos inscritos como pretendentes à adopção aceitam crianças somente até aos 3 anos, preferencialmente do sexo feminino, sem irmãos, saudáveis e de raça branca.

De acordo com a autora Luciene Silva Santos<sup>59</sup>, Mestre em Serviço Social e Membro Colaboradora do Grupo de Estudos sobre Adopção do Tribunal de Justiça de São Paulo, parece-lhe “importante e urgente iniciar uma discussão sobre a situação de milhares de crianças que estando com idade superior a dois anos, estão praticamente condenadas a viver institucionalizadas, devido à ausência de casais ou pessoas interessadas em adoptá-las... Urge, neste sentido, iniciar um trabalho técnico de orientação e sensibilização dos interessados em adopção, sobretudo daqueles que estão situados numa faixa etária entre 45/55 anos de idade, visando estimular as adopções tardias e apresentar uma resposta às crianças com mais de dois anos de idade e que aguardam ansiosos, nos abrigos, uma família que as acolha, possibilitando-se, assim, um futuro melhor para estas crianças/adolescentes”.

Segundo esta mesma autora, esta escolha de idade da criança está relacionada com a ideia de que a criança sendo recém-nascida não apresentará problemas de adaptação, uma vez que facilmente se inserirá no meio familiar.

Outro preconceito que a autora enumera que está relacionado com a escolha da criança que se pretende adoptar, é que esta possua uma semelhança física com o casal ou pessoa interessada. Esta semelhança favorecerá a identificação entre as duas partes, contudo torna-se num preconceito por partes dos pais adoptivos, pois aqui estes pais tentam esconder o facto de terem um filho adoptivo.

## 6. Estudo de Caso

A realização deste trabalho de investigação proporcionou o contacto com a realidade social das crianças em risco brasileiras que foram institucionalizadas por decisão do Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis.

Assim, cumpre-nos reflectir sobre os resultados obtidos. Deste modo, a discussão de resultados que são apresentados traduz algumas observações resultantes do tratamento e análise de informações recolhidas nos relatórios do Abrigo Lar São Vicente de Paulo e complementados com os processos do Juizado.

Para se aceder aos processos das crianças abrigadas no Lar São Vicente de Paulo, foi necessário ter uma autorização escrita do Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis<sup>60</sup>, que permitiu, deste modo, complementar toda a informação já recolhida pelos relatórios da instituição.

O estudo de relatórios e de processos tem sido uma metodologia utilizada por diversos pesquisadores para avaliar resultados de Políticas Sociais.

Por serem retrospectivos, estes documentos possuem uma dimensão longitudinal e embora não contenham uma versão completa dos eventos, encerram informações que a área legal e social

<sup>59</sup> Santos, Lucinete Silva; Adopção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos; Serviço Social e Sociedade; São Paulo: Cortez; ano XVIII, Volume nº 54, Julho 1997; Página 163

<sup>60</sup> Ver Anexo nº 11 – Autorização do Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis.

considera importantes em relação à tomada de decisões reforçando sua validade como fonte de pesquisa.

Os relatórios e processos por possuírem uma cronologia, constituem-se testemunhos dos percursos acidentados das crianças que tiveram sua infância judicializada.

As personagens contidas nestes processos vivem na sua maioria em favelas onde a luta pela sobrevivência, as rupturas das uniões e a constituição de novas uniões, a mãe adolescente com problema psiquiátrico, a desprotecção da mães e dos seus filhos perante um padrasto violento, a orfandade causada pelas mortes de HIV, a prisão da progenitora, ou do padrasto, a exploração económica pelo avô, as violências físicas e o abuso sexual, a dependência química dos responsáveis pela família são alguns dos casos que vão configurando problematizações particulares e da sociedade.

Alguns se adaptam às condições dadas, outros procuram contorná-las e construir alternativas para a realização dos projectos familiares.

Nesse quadro a institucionalização assume características de política de assistência social fazendo frente à insuficiência de políticas de emprego, habitação, educação e saúde.

O princípio da excepionalidade esteve presente na maioria dos abrigamentos, dado o quadro multifacetado de exclusão social a que está sujeita parte considerável das famílias brasileiras, o que as impossibilita de assumir a guarda dos sobrinhos, netos, irmãos que não podem permanecer em sua família nuclear.

### **6.1. Caracterização das Crianças em Estudo**

Para a caracterização das crianças em risco que se encontram institucionalizadas no abrigo Lar São Vicente de Paulo, é necessário ter em conta os seguintes aspectos:

- Identificação da criança;
- Filiação;
- Situação de saúde da criança.

Quanto à identificação da criança, pretende-se realizar o seu enquadramento relativamente à idade, sexo, nacionalidade, raça, etc. ...

### **6.2. Caracterização do Meio Familiar e Programas dos quais as famílias beneficiam**

Após a caracterização das crianças, outro ponto importante é as condições socioeconómicas das famílias de origem.

Através da caracterização do meio familiar, pretende-se conhecer elementos que possam possibilitar uma melhor compreensão sobre as influências e contributos que, decorrendo do contexto familiar, se reflectam nas situações vivenciadas pelas crianças em causa.

Para a caracterização do meio familiar com quem viviam as crianças, é fundamental ter em conta as seguintes dimensões: agregado familiar; composição do mesmo; estado de saúde dos progenitores; situação económica e a situação habitacional do agregado familiar.

Para além da caracterização do meio familiar é essencial também neste ponto referir quais os

Programas que as famílias beneficiam. Programas estes criados pela Prefeitura Municipal de Florianópolis que achou ser necessário a criação de uma rede de atendimento composta por vários programas com características distintas mas que se complementam, com o principal objectivo de implementar uma política de prevenção e atendimento à criança e sua família, visando garantir os direitos das crianças assegurados por lei.

### **6.3. Identificação da Situação de Risco e da Entidade Sinalizadora**

A denúncia ou sinalização, considerada como a fase inicial de um processo de uma intervenção junto das crianças em risco, tem uma importância crucial para a identificação das situações de perigo e posterior acompanhamento dos processos.

Deste modo, torna-se imprescindível começar por se analisar as entidades responsáveis pela sinalização das situações de perigo destes três processos.

### **6.4. Solução encontrada e Projecto de Vida**

Foi um desafio em vinte e cinco casos possíveis de serem estudados, optar apenas por três casos, porque cada situação é única e tem particularidades muito próprias.

A escolha destes três casos, prende-se ao facto da grande diferenciação quanto ao tipo de acolhimento e que por isso mesmo a solução encontrada e o projecto de vida de cada uma das crianças em estudo também será bem diferenciado.

Foi possível encontrar três casos bem distintos em que os três irão ter soluções diferentes de modo a que se possa ter um campo mais alargado de vivências que permita uma maior perspectiva da realidade brasileira.

Nota: os nomes de todos os intervenientes presentes no estudo de caso são fictícios de modo a proteger a identidade das crianças.



### **Caso nº 1: Andreia**

#### **Caracterização da criança:**

A Andreia nasceu a 3 de Abril de 2007, tem deste modo, actualmente dois anos de idade. É do sexo feminino, de nacionalidade Brasileira, é de raça negra, está registada com nome de pai e de mãe e é natural de Florianópolis.

A Andreia foi institucionalizada em 31 de Julho de 2008, no Lar São Vicente de Paulo, em Florianópolis, com uma Medida de Protecção de Abrigo em Entidade.

#### **Sinalização:**

A sinalização do caso da Andreia foi efectuada em 16 de Agosto de 2007 pela Unidade de Saúde Local.

Nesta denúncia constava que a recém-nascida Andreia, estava sendo negligenciada ao que se refere aos cuidados de saúde, bem como sendo exposta às ruas para a prática de mendicância.

Mais tarde, nova denúncia foi efectuada ao Conselho Tutelar, de que a criança era constantemente alimentada com café e que os progenitores usavam álcool e drogas na frente da mesma.

Contudo, a Andreia tem quatro irmãos e três tios que foram anteriormente institucionalizados, e deste modo, esta família teve inúmeras sinalizações feitas por várias entidades ao longo de todo o processo, que serão enunciadas ao longo das problemáticas existentes.

#### **Caracterização do meio familiar:**

A configuração deste caso é muito particular uma vez que existe duas mães e um pai.

Entendemos tratar-se de uma família que vive em bigamia, pois o progenitor (Sr. Álvaro) convive maritalmente na mesma casa com a avó da Andreia (Sra. Marcela) e com a progenitora (Sra. Albertina).

Da união do progenitor com a avó da criança, resultaram três filhos: Antonieta, actualmente com catorze anos, Alexandre com doze anos e André com nove anos.

A família é recomposta, visto que antes de casar com o Sr. Álvaro, a Sra. Marcela (avó) teve uma filha, a Sra. Albertina (mãe da Andreia) que também vive maritalmente com o Sr. Álvaro (o seu padrasto), havendo fortes suspeitas de que o Sr. Álvaro tenha abusado sexualmente da Sra. Albertina, quando esta era ainda adolescente.

Da união da Sra. Albertina e do Sr. Álvaro, nasceram quatro filhos: Alzira, actualmente com sete anos, António com quatro anos, Adalberto com três anos e a Andreia com dois anos.

A Sra. Albertina teve anteriormente à união com o Sr. Álvaro outro filho, Alfredo que possui treze anos. O Alfredo vivia na casa da avó paterna, mas como esta faleceu, foi viver com a progenitora (Sra. Albertina).

Este adolescente não frequenta a escola e é analfabeto.

Para melhor compreensão do agregado familiar, apresentamos o seguinte esquema:

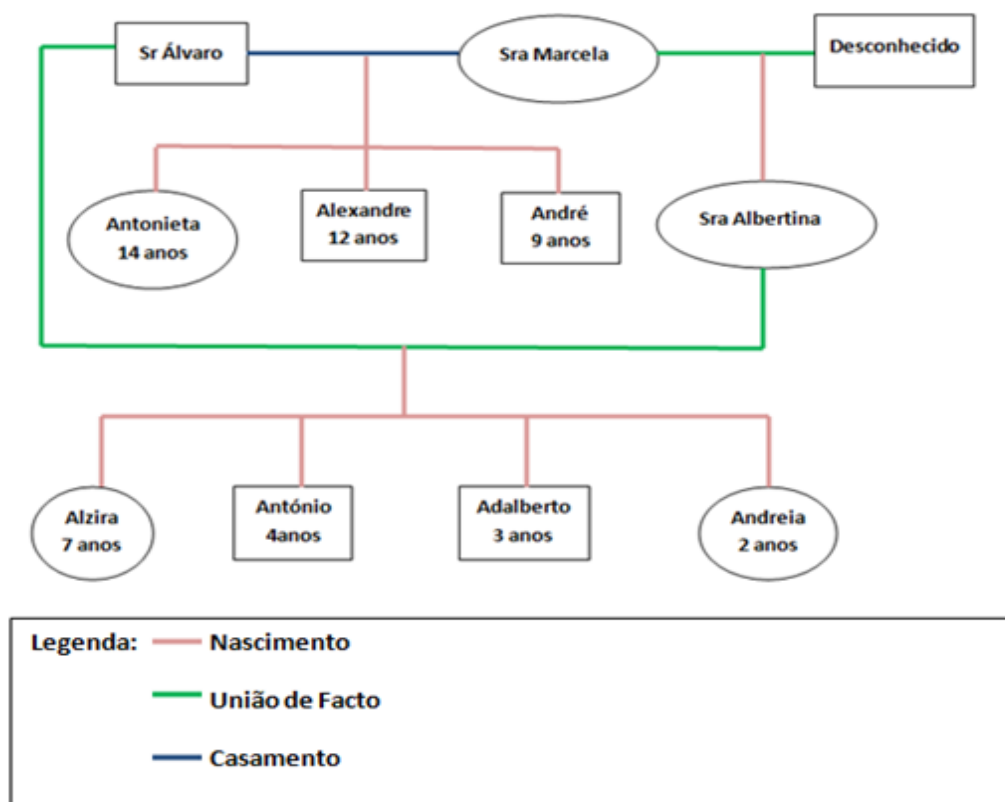


Ilustração 19 - Agregado familiar da Andreia.

A família apresenta forte carência socioeconómica e cultural. O progenitor não possui qualificação profissional e está constantemente desempregado. Este é usuário de álcool e drogas, agredia os filhos e “as companheiras” com frequência.

O sustento da família provinha da mendicidade das crianças, onde se mantinha a exploração económica dos filhos, uma vez que nenhum dos adultos exercia trabalho remunerado e também se aproveitavam dos benefícios recebidos dos Programas da Rede de Atendimento de Florianópolis. Contudo, parte desses recursos eram utilizados para a manutenção da dependência alcoólica do mesmo, privando as crianças do direito de terem uma alimentação adequada.

A relação familiar era muito conflituosa, havendo brigas frequentes entre os adultos.

Tanto a progenitora como a avó da criança em causa são portadoras de deficiência mental.

A progenitora é de difícil relacionamento, onde apresentava comportamento agressivo e inconstante, principalmente em relação aos filhos.

As crianças não frequentavam regularmente a escola e mendigavam tanto no período nocturno como diurno nas ruas.

Quanto à situação habitacional deste agregado, não consta em nenhum dos relatórios deste caso, nenhuma visita domiciliária realizada.

### **Problemas e diligências efectuadas:**

Para melhor compreensão do caso da Andreia, é importante começar pelo histórico da família, de modo a se conseguir ter uma percepção global de todo o contexto onde está criança se encontrava inserida. Para tal, começar-se-á por enunciar o percurso de vida dos irmãos e tios da Andreia.

Foram encontrados relatos de atendimento à família no Programa SOS Criança datados desde 2001. Nas informações a respeito da família, nas sinalizações feitas consta que as crianças apresentam inúmeras faltas na escola.

O parecer social do técnico que atendeu a família no Programa SOS Criança em 2003 relata sobre a comprovação que a menor Antonieta (tia da Andreia) sofreu violência sexual enquanto mendigava pelas ruas e recomendava que a família recebesse atendimento psicossocial sistemático no Programa Sentinela.

Em Janeiro de 2003, a família começou a ser atendida pelo PETI, sendo apenas Alexandre (tio de Andreia) e Antonieta (tia da Andreia) que recebiam o benefício da Bolsa Criança Cidadã, com o objectivo de que estas crianças frequentassem a escola e deixassem de mendigar pelas ruas de Florianópolis, contudo, era o progenitor o responsável pelo recebimento da Bolsa, gastando todo o dinheiro da Bolsa em bebida alcoólica.

Em Outubro de 2004, a família passou a ser acompanhada pelo POASF por se tratar de uma família que se encontrava em situação de carência económica, uso de álcool por parte dos pais, negligência severa e problemas psiquiátricos da mãe.

De acordo com o parecer social deste último Programa (PROASF), o Sr. Álvaro era usuário de álcool, não se responsabilizando pelo sustento dos filhos, agredindo-os frequentemente e costumava, ter relações sexuais com as companheiras na frente das crianças.

De acordo com um relato da Psicóloga do Posto de Saúde Local, ressaltava a sua preocupação com a possibilidade de Antonieta (tia) sofrer violência sexual pelo pai, tendo em vista o comportamento da adolescente, que se apresentava com um comportamento muito sexualizado para a sua idade e por esta dormir no quarto com o progenitor, enquanto que os irmãos dormiam com a mãe.

Entretanto a família deixou de comparecer aos atendimentos marcados, aparecendo apenas quando objectivavam conseguir algum benefício, impedindo deste modo, a realização de um atendimento sistemático que pudesse levar a mudanças na organização familiar.

De acordo com a direcção da creche, a família era extremamente negligente em relação à higiene pessoal das crianças e a alimentação dos mesmos não era dada de forma adequada, chegando à creche sempre com fome.

Em Outubro de 2005, a professora relata que as crianças Alexandre e Antonieta (tios) estavam bem atrasados em relação ao ano escolar, possuíam dificuldades para assimilar o conteúdo das matérias, não estavam alfabetizados, não faziam as actividades solicitadas, apresentando grandes dificuldades cognitivas e de dicção, apresentando comportamento agressivo em relação aos colegas da escola.

Um outro profissional da escola relatou que encontrou as crianças na rua a pedirem esmola.

Nos atendimentos realizados, quando questionados sobre a dinâmica familiar, as crianças normalmente faziam relatos em defesa dos pais, porém em alguns momentos referiam o alcoolismo do pai e também que a Sra. Marcela (avó da Andreia) fazia uso de bebidas alcoólicas, que a mãe vendia roupas e alimentos para comprar tabaco e álcool e que faltavam às aulas porque não tinham roupas limpas para usar e não queriam ir sujos.

Ambas as crianças referiam-se ao progenitor como um modelo/referência.

O POASF tentou acompanhar a família no sentido de responsabilizar os progenitores quanto aos cuidados e protecção dos filhos, bem como, ao abandono dos hábitos de rua, a frequência escolar, a matrícula dos mesmos em projectos extra-escolares, cuidados de saúde e higiene, entre outros. Ainda propuseram à família o acompanhamento psicológico para as crianças com o objectivo de trabalhar com os mesmos a auto-protecção e o auto-cuidado.

Contudo, constatou-se que para além de deixarem de comparecer aos atendimentos, não frequentavam a escola não compareciam assiduamente aos atendimentos psicológicos, a família também não fez as matrículas das crianças para o ano de 2006 e ainda eram vistas as crianças na rua até de madrugada a mendigarem, os cuidados de higiene continuavam muito precários e os menores não frequentavam a creche, ficando em casa aos cuidados dos adultos.

A 12 de Novembro de 2005, a criança Alexandre na altura com oito anos foi vítima de violência sexual praticada por um adolescente da comunidade, com a agravante do facto não ter sido denunciado pelos progenitores, sendo descoberto apenas com a intervenção de uma agente de saúde, que levou a mesma criança a ser internada no Hospital Infantil Joana Gusmão, em Florianópolis.

Posto tudo isto, e pela inexistência de familiares que se pudessem responsabilizar pelos cuidados de forma adequada das crianças, a 10 de Janeiro de 2006 o Juíz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis determinou que as crianças fossem abrigadas, decretando uma acção de destituição do poder familiar e busca e apreensão com abrigo dos menores.

A Antonieta foi institucionalizada na Casa Lar Cretinha, o Alexandre, o André e o Alfredo foram institucionalizados na Acção Social, enquanto a Alzira, o António e o Alberto foram institucionalizados na SERTE (Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação).

Em 10 de Agosto de 2007, o POASF deixou de atender à família. Porém foi realizado acompanhamento sistemático no período de Julho de 2004 a Junho de 2006.

Após o abrigo das crianças a intervenção com a família foi pautada na reorganização familiar. No entanto, consta no parecer social que naquele período não ocorreram mudanças significativas para a reinserção familiar das crianças e adolescentes institucionalizados. A família não possuía condições internas de accionar mecanismos que possibilitassem as mudanças nos padrões comportamentais estabelecidos.

A 3 de Abril de 2007, nasceu a Andreia quando os irmãos e tios desta já se encontravam institucionalizados.

Em Agosto de 2007 houve uma denúncia da Unidade de Saúde Local onde constava que a Andreia estava sendo exposta às ruas com os progenitores enquanto estes mendigavam utilizando a criança para a mendicância, referindo que a menor estava sendo negligenciada quanto aos cuidados

de saúde e que estava sendo frequentemente alimentada com café e que os progenitores usavam drogas e álcool na frente da criança pondo em risco a sua saúde e integridade física.

### **Institucionalização:**

Face a todo o exposto anteriormente, em 29 de Julho de 2008, o Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis determinou a acção de perda e suspensão do poder familiar da Andreia.

Esta criança foi institucionalizada a 31 de Julho de 2008 no Lar São Vicente de Paulo, por decisão do Juiz com Medida Protectiva Excepcional de Abrigamento, artigo 136, I e II, artigo 101, VII do ECA.

A Andreia chegou à instituição acompanhada por um Oficial de Justiça, não apresentava marcas nem hematomas no corpo, apenas vinha com roupas muito sujas.

No dia 2 de Agosto o Juízo suspendeu o poder familiar do mesmo, sendo citados pessoalmente onde estes não apresentaram contestação quando à suspensão.

A criança foi atendida no dia 4 de Agosto de 2008, pelo pediatra voluntário do Abrigo, sendo diagnosticada como uma criança saudável.

Durante todo o tempo que a Andreia se encontrou institucionalizada, nenhum familiar compareceu na Instituição para procurar ou saber algo da situação da criança, mostrando assim, um elevado desinteresse.

Apesar desta criança ter irmãos abrigados em outras instituições de Florianópolis, nunca se tentou fortalecer o vínculo entre irmãos, uma vez que estes foram abrigados antes do nascimento da Andreia.

### **Solução encontrada e Projecto de Vida:**

Todas as crianças merecem ter a sua vida pautada por segurança, amor e protecção, para tal e diante da dinâmica que esta família apresenta, de nenhum familiar ter manifestado algum desejo em obter a guarda da criança, visto o histórico familiar que já é permeado por adopções de outros irmãos e tios maternos da referida criança e intervenções sem sucesso com a família da mesma, a assistente social e a psicóloga do Abrigo Lar São Vicente de Paulo, onde a menor se encontrava institucionalizada, sugeriram a inserção da Andreia em uma família substituta garantindo uma referência familiar, bem como um desenvolvimento social e emocional saudável.

Em 14 de Abril de 2009, foi decretado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude que a Andreia devesse ser colocada em família substituta, iniciando assim o seu processo de adopção.

Em 24 de Abril de 2009, a Andreia foi adoptada por um casal heterossexual.

### **Conclusão:**

Neste caso foi visível que o curto tempo de institucionalização da criança foi benéfico, uma vez que rapidamente se conseguiu a colocação desta criança em família substituta através da adopção.

A Andreia tem actualmente dois anos e como podemos constatar o processo de adopção

desta criança decorreu num período de tempo bastante curto, uma vez que o processo de adopção iniciou-se a 14 de Abril e no dia 24 do mesmo mês a criança foi adoptada.

Infelizmente, nem todos os casos no Brasil se processam com a mesma rapidez, existindo milhares de famílias em lista de espera por um filho.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 200 mil crianças sem família no Brasil.

Um dos factores que levou a que o processo de adopção desta criança fosse bastante mais rápido que o comum deveu-se ao facto da idade que esta apresenta, pois de acordo com as estatísticas, apenas 4% dos pretendentes à adopção estão dispostos a levar para casa uma criança com idade superior a quatro anos.

De acordo com uma reportagem realizada em 2004, sobre as famílias que pretendem adoptar crianças no Brasil, em São Paulo cerca de dois mil candidatos aguardam uma menina de raça branca, de olhos azuis com até um ano de idade. Uma criança com essas características, segundo a pesquisa efectuada pelo repórter, aparece para adopção apenas uma vez por ano, o que implica que o último pretendente da fila teria de viver dois mil anos para conseguir adoptar.

Quanto mais exigentes, ao nível de características físicas das crianças, os pretendentes para adopção forem, mais anos terão de aguardar até poderem concretizar o sonho de serem pais, sendo essas exigências um verdadeiro entrave a todas as crianças que esperam eternamente numa instituição por uma família que as receba para serem parte integrante dela.

## **Caso nº 2: Gustavo**

### **Caracterização da criança:**

O Gustavo nasceu a 17 de Junho de 2001, tem portanto, actualmente oito anos. É do sexo masculino, de nacionalidade Brasileira, é de raça branca, está registado com nome de pai e de mãe e é natural de Florianópolis.

Trata-se de uma criança que nasceu prematura, com visíveis sequelas da sua prematuridade, apresentou baixo peso ao nascer, tem bastantes problemas no seu desenvolvimento neuropsicomotor, traços autistas, hiperactividade, estrabismo, não fala, não ouve, não tem capacidade de controlar as fezes, tem microcefalia<sup>61</sup> e estereotipias.<sup>62</sup>

Deste modo, Gustavo é uma criança que necessita de cuidados especiais, acompanhamento constante e medicação diária.

Devido a todas as suas incapacidades, a escolaridade desta criança é realizada numa escola especial, em Florianópolis, a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).<sup>63</sup>

O Gustavo foi institucionalizado em 11 de Setembro de 2001 no Lar São Vicente de Paulo, em Florianópolis com uma Medida de Protecção de Abrigo em Entidade.

### **Sinalização:**

O caso do Gustavo foi sinalizado pela assistente social da Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis em 10 de Setembro de 2001, onde o Gustavo nasceu.

Esta enviou um relatório para o Juízo da Vara da Infância e Juventude, onde concluiu que a progenitora apresentava um desvio de conduta, sem condição de se auto determinar e com pouco suporte familiar sendo a sua condição socioeconómica bastante desfavorável.

A Sra. Úrsula (progenitora da criança em causa) foi na altura encaminhada para um médico psiquiatra para avaliação, constatando-se que a paciente se encontrava incapacitada para assumir as suas funções, até que fosse realizado um tratamento adequado.

Na altura, a assistente social da Maternidade não encontrou nenhuma pessoa disponível na família alargada que pudesse assumir a guarda provisória do Gustavo, sugerindo que este ao receber a alta hospitalar devesse ser recolhido por uma instituição de acolhimento temporário.

### **Caracterização do meio familiar:**

A família desta criança, trata-se de uma família recomposta, pois a progenitora (Sra. Úrsula) possui dois filhos, Débora actualmente com 21 anos, fruto de um envolvimento amoroso e Jairo actualmente com 16 anos, fruto de outro envolvimento amoroso.

<sup>61</sup> Microcefalia entende-se por: Pequenez anormal da cabeça. (L. Manuila; A. Manuila; P. Lewalle e M. Nicoulin; Dicionário Médico, Volume I; Climepsi Editores, Lisboa, 2000)

<sup>62</sup> Estereotipias refere-se a movimentos repetitivos do corpo ou de objetos. Este comportamento é comum em muitos indivíduos portadores de distúrbios do desenvolvimento, embora pareça ser mais comum no autismo. Na verdade, se uma pessoa com algum tipo de deficiência apresentar um comportamento de auto-estimulação, frequentemente será também rotulada de portar características autísticas. (<http://maoamigaong.trix.net>)

<sup>63</sup> Esta instituição iniciou a sua missão em 26 de Agosto de 1964, com 41 pessoas que se encontravam ligadas directa ou indirectamente ao problema da pessoa portadora de deficiência mental com o objectivo de promover e articular acções de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio às famílias direccionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência mental

O progenitor (Sr. António) esteve anteriormente casado, durante quinze anos e desta união possui três filhos: Fábio com 28 anos, casado; Camila com 23 anos e a Clara com 21 anos. As mesmas residem com a mãe.

O Sr. António e a Sra. Úrsula vivem em união de facto há 12 anos e desta união possuem um filho. O Gustavo.

Para melhor compreensão desta composição familiar, apresentamos o seguinte esquema:

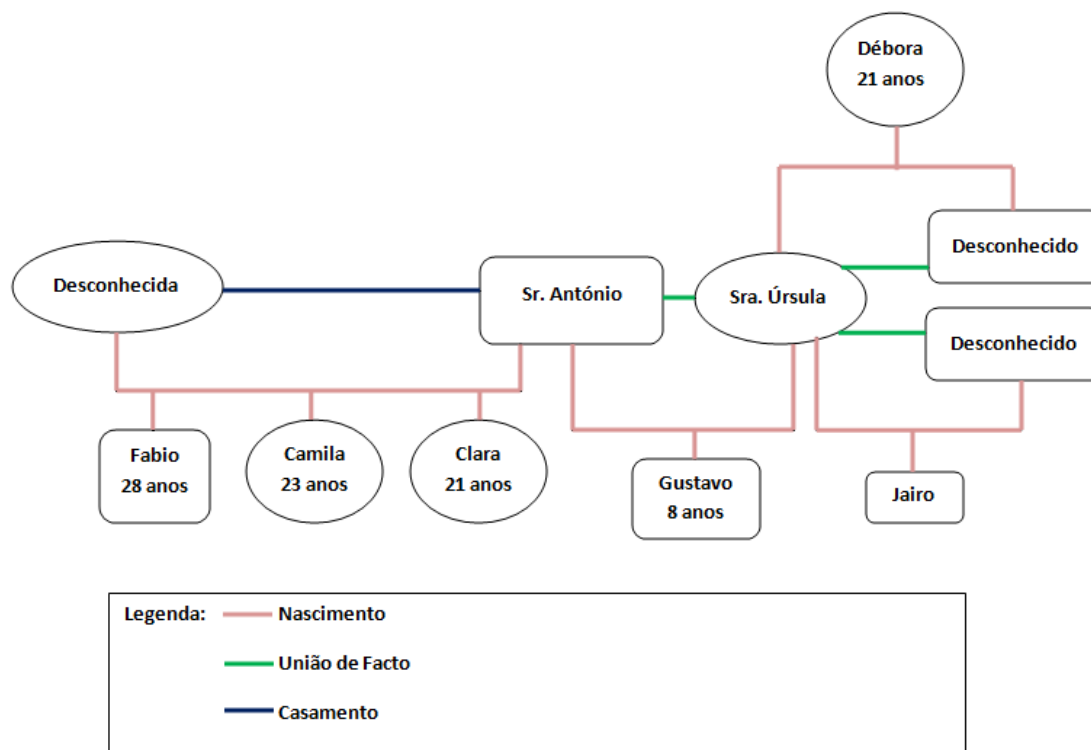


Ilustração 20 - Agregado familiar do Gustavo

Sr. António (progenitor) tem actualmente 48 anos, é pedreiro e a Sra. Úrsula (progenitora) tem 39 anos e é revendedora da Avon. Estamos a falar de uma família com uma condição socioeconómica desfavorável e com pouco suporte familiar.

Em 4 de Janeiro de 2002 foi realizada pela assistente social do Conselho tutelar uma visita domiciliária, onde segundo o relatório da mesma, o casal vivia numa casa de madeira, simples, sem conforto, composta por quatro divisões, sendo precárias as condições de higiene e habitabilidade. A casa do casal encontrava-se construída no terreno da mãe da Sra. Úrsula, e no mesmo terreno encontrava-se a casa da mesma e também uma casa de um irmão da Sra. Úrsula, portanto tio materno do Gustavo.

A Sra. Úrsula declarou que a sua mãe era deficiente visual (cega) e o seu irmão que reside ao lado da sua casa é usuário de droga e de álcool, sendo uma pessoa extremamente agressiva.

Em entrevista com a tia materna do Gustavo (Sra. Rosa), actualmente com 42 anos, declarou que a sua irmã sempre viveu próximo da sua casa e que a progenitora não criou os seus filhos (Débora e Jairo), que estes foram criados pela avó e que esta sempre teve que auxiliar nos cuidados



dispensados à adolescente e à criança. Declarou também que a Sra. Úrsula não possui condições para educar adequadamente o Gustavo, que esta tem bastantes problemas em se relacionar com o irmão que vive na casa ao lado da sua, por este ser usuário de álcool e drogas e por este a agredir com frequência.

O Sr. António declarou que a Sra. Úrsula é uma pessoa bastante instável, com problemas psiquiátricos e que é bastante difícil a convivência com a mesma, sendo uma relação pautada por grandes conflitos.

### **Institucionalização:**

No caso do Gustavo, a institucionalização foi o caminho que assegurava a sua protecção, pois tratava-se de uma situação de risco, em função da incapacidade psicológica da progenitora em cuidar do filho. A criança nasceu prematura, necessitando de cuidados especiais e como não existia ninguém na sua família alargada capaz de assegurar a sua protecção e o seu desenvolvimento saudável, em 11 de Setembro de 2001 foi determinado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis o abrigo do recém-nascido Gustavo na instituição Lar São Vicente de Paulo com Medida de Protecção de Abrigo em Entidade.

O Gustavo foi institucionalizado em 11 de Setembro de 2001, após a alta hospitalar a criança foi abrigada no Abrigo Lar São Vicente de Paulo, onde continua abrigado até à recente data. Desde a sua institucionalização os progenitores fizeram poucas visitas à criança, não mantendo o vínculo afectivo.

Por não apresentarem mudança na dinâmica familiar, os pais em 10 de Março de 2004, perderam o poder familiar da criança, sendo esta encaminhada para adopção.

Durante todo o tempo que Gustavo se encontra institucionalizado, constata-se que o menor não se vincula afectivamente a ninguém (característica dos traços autistas que apresenta), submetem-no frequentemente a avaliação neurológica, existindo um forte acompanhamento médico, a criança recebe também atendimento semanal de fisioterapia na Associação Santa Catarina de Reabilitação e atendimento com fonocudióloga e otorrino, em Florianópolis e é acompanhado pelos profissionais da APAE.

Ao longo do todo o tempo da institucionalização do Gustavo, constata-se um desenvolvimento bastante lento tanto ao nível motor como ao nível psicológico.

### **Problemas e diligências efectuadas:**

O Gustavo é a criança que há mais tempo se encontra abrigada no Lar São Vicente de Paulo, pois logo após o nascimento foi institucionalizado permanecendo até então.

Devido a este factor, o processo do Gustavo, é um processo muito extenso, datado desde 2001 até ao corrente ano.

O Gustavo é uma criança que necessita de cuidados especiais devido à sua insuficiência tanto física como psíquica.

Em 7 de Março de 2002, em declarações prestadas em tribunal o Sr. António disse que em virtude do estado psiquiátrico da sua companheira, considera que esta não tem condições de assumir

os cuidados sobre o filho. Declarou também que a gravidez não foi planeada, que os dois não pretendiam ter aquele filho, que por ele, o Gustavo poderia ser entregue para adopção.

Na mesma data, em declarações prestadas em tribunal, a Sra. Rosa (tia materna do Gustavo), disse que acompanhou Gustavo quando este foi encaminhado para o Lar São Vicente de Paulo e demonstrou o seu desejo em assumir guarda do sobrinho, declarando que tem filhos e sobrinhos que a poderiam auxiliar.

Em 12 de Março de 2002 foi pedido à Sra. Rosa que apresentasse a documentação para formalizar a guarda da criança, contudo esta acabou por nunca comparecer, mostrando deste modo o seu desinteresse.

Uma vez extinto o poder familiar dos progenitores sob a guarda da criança, em 10 de Março de 2004 e pela tentativa falhada de entregar o Gustavo à guarda da tia materna, o Desembargador da Comissão Estadual Judiciária de Adopção (CEJA), em 28 de Julho de 2004, informou que em consulta aos bancos de dados de pretendentes à adopção nacional e internacional, não foi localizado interessado na adopção da criança.

Devido à gravidade do quadro de saúde do Gustavo torna-se bastante dificultosa a colocação em família substituta, mesmo a nível internacional.

Com sete anos de idade, o Gustavo extrapola a faixa etária atendida pelo Lar São Vicente de Paulo, onde se encontra abrigado. Para além deste facto, o seu comportamento, consequente das necessidades especiais das quais é portador, coloca em risco as restantes crianças do abrigo.

Como tal, a Assistente Social da instituição com o objectivo de providenciar a transferência do Gustavo, efectuou contacto telefónico com a directora administrativa do Lar Menino Deus em Brusque que logo manifestou preocupações em relação ao atendimento que o Gustavo receberia ao ser transferido para aquele abrigo, uma vez que o Lar Menino Deus, atende adultos, na maioria portadores de doenças mentais e neuro-psiquiátricas e de que no momento estavam a atender 16 internos, na faixa etária de 18 a 60 anos, existindo apenas duas monitoras no abrigo, uma no período diurno e outra no nocturno.

Deste modo, considerando as condições de saúde e as necessidades que o Gustavo exige e avaliando que as condições oferecidas pelo Lar Menino Deus, não atendiam essas necessidades, poderiam colocá-lo em situação de risco.

Perante esta situação, ficavam esgotadas todas as possibilidades de transferência de instituição, uma vez que era inexistente outra instituição que pudesse atender adequadamente as necessidades da criança.

### **Solução encontrada e Projecto de vida:**

Devido aos problemas graves de saúde que o Gustavo apresenta e como podemos perceber pelos pontos anteriores aqui enunciados, a adopção desta criança é bastante difícil de ser concretizada, pois o Gustavo há cinco anos que aguarda a sua colocação em família substituta através da adopção, uma vez que os seus pais foram destituídos do poder familiar. Até então, não foi possível encontrar nem no CUIDA (Cadastro Único Informatizado de adopção e abrigo) e nem na CEJA (Comissão Judiciária de Adopção), pretendentes a adopção de criança com as características

do Gustavo, ou seja, portador de necessidades especiais.

Uma vez que o Lar São Vicente de Paulo, instituição onde o Gustavo se encontra abrigado, atende somente crianças dos 0 aos 6 anos de idade e o Gustavo já tem sete anos, passa deste modo a faixa etária atendida por esta instituição. Além disso, o seu comportamento começou por pôr em risco as outras crianças abrigadas na mesma instituição. Contudo, perante a inexistência de outra instituição que pudesse atender adequadamente às suas necessidades, o Juízo da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis decidiu em 30 de Março de 2009, verificar a situação actual da família de origem do Gustavo, através de uma visita domiciliária e de uma entrevista com a progenitora, o progenitor e com a irmã mais velha da criança, a fim de apurar se será possível a realização de um retorno familiar como projecto de vida para o Gustavo.

Desta entrevista e visita domiciliária apurou-se que:

- A progenitora demonstrou que ainda nutre a esperança de ter sob seus cuidados o seu filho;
- A progenitora demonstrou que tem um bom senso de organização;
- A casa encontrava-se em fase de acabamento de construção, contudo apresentava-se organizada e limpa;
- A Sra. Úrsula continua a viver com o progenitor do Gustavo e tem a seu cuidado o filho Jairo, com 16 anos de idade;
- A irmã mais velha, Débora de 21 anos, é casada e reside no mesmo bairro;
- O Sr. António continua a trabalhar como pedreiro e a Sra. Úrsula vende produtos da Avon e roupas;
- Através do trabalho dos progenitores, construíram a nova casa e que aos poucos estão a fazer o acabamento necessário;
- O Sra. António confessou que partilha com a Sra. Úrsula o desejo de assumir o filho;
- O Sr. António relatou que a Sra. Úrsula apresenta uma significativa melhoria no quadro de depressão e de distúrbios psiquiátricos que apresentou após o parto do Gustavo e que agora tem condições psicológicas para assumir os cuidados com o filho, dizendo que esta agora é uma pessoa responsável e organizada no que faz, tanto no trabalho como vendedora como também nos cuidados com a casa;
- O Sr. António refere que possui uma boa convivência com os filhos da Sra. Úrsula e que a ajudou na criação destes;
- A Débora (irmã do Gustavo) declarou que apesar de morar em outro endereço, está sempre em contacto com a progenitora, irmão e padrasto, salientando a melhoria no quadro de saúde emocional da sua mãe, conseguindo manter com esta uma boa convivência;
- Débora referiu que auxiliará a mãe nos cuidados com o Gustavo e que deseja muito o seu retorno familiar;
- Tanto os progenitores como a irmã demonstraram consciência dos problemas apresentados pelo Gustavo e da necessidade de cuidados especiais que ele exige. Perante o estudo feito à família biológica do Gustavo, conclui-se que esta apresenta disponibilidade afectiva para acolhê-lo, como também, estrutura para atender às suas necessidades se receber um acompanhamento adequado.

Deste modo, o Juiz autorizou a 16 de Abril de 2009, uma aproximação gradativa entre a

criança e a sua família de origem, iniciando-se através de visitas à instituição e posteriormente de saídas do Gustavo da instituição para passar os fins-de-semana com a família.

Todo este processo, segundo o Juiz, terá que ser acompanhado pela equipa técnica do abrigo e pela Psicóloga e Assistente Social do sector técnico do Juizado, com o objectivo da realização de um retorno familiar.

A 23 de Abril de 2009 o Provedor do Lar são Vicente de Paulo foi a tribunal romper com o compromisso de ter sob a sua guarda esta criança.

### **Conclusão:**

Numa primeira análise superficial do caso do Gustavo, parece imatura a decisão do Juiz, ao decretar um retorno ao convívio familiar desta criança, uma vez que este se encontra institucionalizado desde que nasceu e em sete anos não foi criado qualquer tipo de vínculo com a família de origem. Contudo, também não existe nenhuma instituição que promova um acolhimento adequado às suas características.

Fazendo uma análise aprofundada de todo este caso, rapidamente se considera que o que parecia imaturo em tal decisão, consegue-se agora perceber que é a solução mais viável, tendo em conta o contexto familiar que foi alterado durante os anos de institucionalização do Gustavo quer também pelas próprias características psíquicas e comportamentais deste.

Passa-se a explicar:

O retorno familiar é uma fase muito delicada tanto na vida da criança como na vida da própria família.

Para a adaptação não ser muito “dolorosa” é indispensável que o tempo de institucionalização da criança seja o mais reduzido possível e que se preserve os vínculos afectivos, para que o regresso ao lar seja sinónimo de segurança para a criança.

No caso do Gustavo isso não seria possível devido ao tempo de acolhimento e à inexistência de vínculos com a família biológica, mas tendo em conta de que se trata de uma criança em que foi diagnosticada como ser possuidora de traços autistas, o problema da vinculação familiar não se colocará, uma vez que este não se vincula a ninguém, característica da doença que comporta. “A organização Mundial de Saúde define o Síndrome do Autismo como sendo uma síndrome presente desde o nascimento e que se manifesta invariavelmente antes dos 30 meses de idade (...) ocorrem problemas muito graves de relacionamento social antes dos cinco anos de idade, como incapacidade de desenvolver contacto olho a olho, ligação social, vinculação e jogos em grupo”.<sup>64</sup>

Quanto ao estado psicológico da progenitora temos de ter em conta que o surgimento dos sintomas psiquiátricos apresentados pela Sra. Úrsula esteve relacionado com os seguintes eventos traumáticos associados: a gravidez não planeada bem como a inexistência de desejo de serem novamente pais, conflitos familiares vivenciados durante a gravidez, ausência de apoio emocional da família de origem perante o nascimento prematuro do Gustavo, o internamento do recém-nascido nos cuidados intensivos em função do risco de vida, impossibilidade de cuidar e amamentar o bebé.

Actualmente, a progenitora apresenta significativa melhora nos sintomas psiquiátricos, não

<sup>64</sup> Gauderer, Christian; Autismo e outros atrasos do desenvolvimento. Guia prático para pais e profissionais; 2ª Edição Revista e Ampliada, Revinter; Rio de Janeiro, 1997, Pág.32

realiza acompanhamento por profissionais de saúde mental e não faz uso de medicação.

De acordo com Andreani (2006), no parto prematuro, a autora explica: “surge então, tanto um bebé prematuro, quanto uma mãe prematura e um pai prematuro, parceiros distintos, formados a partir de uma gestação interrompida precocemente (...) o nascimento de um bebé prematuro tende a ser vivido como um momento de crise aguda, ansiogénico e desgastante. A separação imposta pelo internamento do bebé numa UTI Neonatal é dolorosa para a mãe, para o pai e também para o bebé (...) a família, por sua vez também prematura, geralmente não dispõe de recursos pessoais e/ou sociais para lidar com esta situação mobilizadora e stressante, podendo deflagrar neste momento conflitos de diversas ordens.”<sup>65</sup>

As mudanças constatadas actualmente na família biológica do Gustavo relacionam-se com a estabilização nas condições de saúde da progenitora, manutenção do vínculo conjugal e crescimento dos irmãos. A família biológica demonstra disponibilidade afectiva e instrumental para aceitar as necessidades do Gustavo e se organizar para atendê-las, bem como também existe um sentimento de pertença em relação à criança.

---

<sup>65</sup> Andreani, G. Custódio, Z. A.O. e Crepaldi, M.A. (2006) Tecendo as redes de apoio na prematuridade. Aletheia, Dez. 2006, págs. 115-126

### **Caso nº 3: Laís**

#### **Caracterização da criança:**

A Laís nasceu a 21 de Dezembro de 2003, tem actualmente cinco anos. É do sexo feminino, nacionalidade Brasileira, é de raça negra, está registada com apenas nome de mãe e é natural de Florianópolis.

A Laís foi institucionalizada a 18 de Dezembro de 2007, no Lar São Vicente de Paulo, em Florianópolis, com uma Medida de Protecção de Abrigo em Entidade.

#### **Sinalização:**

As sinalizações feitas contra a família desta criança foram iniciadas em 1999, quando a Laís ainda não tinha nascido.

Para melhor compreensão de todo o histórico familiar, estas sinalizações serem enunciadas mais à frente no ponto dos Problemas e Diligências efectuadas.

Após o nascimento da Laís, em Março de 2003, através de uma visita domiciliária efectuada pelo Programa POASF, constatou-se que a Laís estava com dermatite por falta de higiene.

Meses mais tarde, em contacto com o Programa Abordagem de Rua, o Conselho Tutelar foi informado que a progenitora ia para a rua vender “balas”<sup>66</sup> e usava a Laís para pedir esmola.

Em 2004, houve novamente inúmeras sinalizações de que as crianças se encontravam em risco por negligência.

#### **Caracterização do meio familiar:**

O agregado familiar desta família era composto por Sandro (irmão da Laís) actualmente com quinze anos, Lucas (irmão da Laís) de doze anos, Leandro (irmão da Laís) com onze anos, Laís (a criança em estudo) com cinco anos, Sra. Alda (progenitora) e o Sr. Cassias (avô).

Para melhor compreensão de toda a estrutura familiar é necessário começar por explicar a história de vida da progenitora, a Sra. Alda.

De acordo com relatórios de entrevistas realizados à progenitora, concluí-se que:

- Os pais da mesma, separaram-se quando esta era muito pequena e a sua mãe passou a conviver maritalmente com o Sr. Cassias, o qual a registou como filha;
- Quando a Sra. Alda tinha aproximadamente cinco anos, a sua mãe faleceu, ficando ela sob os cuidados do Sr. Cassias. Contudo, após a morte da mãe, o seu pai biológico, tentou assumir a sua guarda e como não conseguiu o que desejava ateou fogo na casa em que ela residia com o padrasto. A Sra. Alda apresenta o rosto todo marcado por cicatrizes de queimadura, consequência desse acontecimento;
- Quando a Sra. Alda tinha seis anos, o Sr. Cassias molestou-a sexualmente, tendo esta fugido de casa, passando a residir na rua, sendo posteriormente institucionalizada até aos dezoito anos de idade;
- Dos dezoito aos vinte e um anos permaneceu na rua até que ficou grávida do seu primeiro

---

<sup>66</sup> “Balas” é uma expressão utilizada no Brasil para doces, rebuçados, pastinhas elásticas, etc.

filho (Sandro), passando a viver maritalmente com o progenitor deste, mas ao fim de cinco anos separaram-se. Entretanto, este senhor já faleceu;

- Nesta altura não tendo sítio onde viver, voltou a procurar o Sr. Cassias, onde ficou a viver com este;
- Posteriormente conviveu maritalmente com o Sr. Mateus e desta união nasceram o Lucas e o Leandro;
- Em Dezembro de 2003, nasce a Laís, fruto de uma relação de namoro e cujo progenitor veio a falecer antes do nascimento da criança;
- A Sra. Alda verbalizou que tinha cinco filhos, sendo que um deles havia sido entregue para “adopção à brasileira”<sup>67</sup>, negando dar mais informações sobre este facto;
- A Sra. Alda e o Sr. Cassias são usuários de substâncias ilícitas e de álcool;
- A Sra. Alda apresenta um estrutura de personalidade fragilizada, possuindo um histórico de vida bastante conturbado, uma vez que foi uma criança de rua e por ter tido uma adolescência institucionalizada;
- Ao longo de todo o processo, esta família beneficiou de vários programas enunciados em pontos seguintes.

#### **Problemas e diligências efectuadas:**

O processo desta família iniciou-se em 27 de Abril de 1999, através de uma denúncia feita ao SOS Criança que recebeu a informação de que as crianças, Sandro, Lucas e Leandro (irmãos da Laís) estavam sendo negligenciados quanto à higiene e alimentação pelos pais, o avô (Sr. Cassias) e os progenitores dos mesmos eram usuários de drogas, que o pai (Sr. Mateus) agredia a mãe e as crianças e que a progenitora e os meninos dormiam ao relento.

Em 6 de Maio de 1999, o Técnico do SOS Criança realizou o primeiro atendimento tendo encerrado o caso e repassado a situação ao Conselho Tutelar, sugerindo tratamento de alcoolismo ao Sr. Mateus, progenitor das crianças.

Em 6 de Julho de 2000, a Sra. Alda cansada de ser vítima de violência doméstica pelo companheiro e de viver em condições de miséria por este não contribuir para o sustento da família, num dos momentos críticos das suas brigas, a Sra. Alda num momento de desespero, descontrolou-se colocando fogo na sua casa.

O Sr. Mateus fugiu do local e a Sra. Alda foi conduzida pela polícia. Na mesma data, as crianças atrás enunciadas foram abrigadas na SERTE (Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação) e a progenitora iniciou atendimento psiquiátrico pelo NAPS (Núcleo de Apoio Psicossocial).

Segundo relatório situacional da SERTE, em 9 de Agosto do mesmo ano, a progenitora visitou sempre que possível os filhos e mostrou ter um vínculo afectivo muito forte com as crianças.

A Assistente Social desta instituição, veio deste modo sugerir que esta família fosse encaminhada a um Programa de Habitação, uma vez que as crianças se encontravam abrigadas somente por falta de moradia, pois a Sra. Alda já se tinha afastado do Sr. Mateus, e deste modo

<sup>67</sup> A expressão “adopção à brasileira”, está inerente a todo aquele que entrega o filho para adopção a uma pessoa conhecida sem documento oficial.

tinham terminado os conflitos familiares.

O POASF recebeu doação de materiais, que foram utilizados para a construção de uma casa de madeira, simples e pequena, mas com capacidade de abrigar a família. Esta casa foi construída no terreno, junto à casa do Sr. Cassias, sob a responsabilidade da progenitora e orientada por este Programa.

Em 20 de Setembro de 2001, as crianças foram desinstitucionalizadas ficando sob a responsabilidade materna.

Em 7 de Dezembro de 2001, a Central de Denúncia do SOS Criança recebeu nova denúncia de que a mãe agredia as crianças com frequência e costumava espancá-las durante a noite.

A Central de Atendimento do SOS Criança, em 9 de Julho de 2002, voltou a receber nova denúncia relatando que o Lucas estava cheio de marcas de cigarro pelo corpo.

A Sra. Alda era uma vendedora ambulante, sendo a Assistente Social do Conselho Tutelar informada pelo Programa Abordagem de Rua que as crianças ficavam na companhia da progenitora, enquanto esta vendia pelas ruas, expondo as crianças. Deste modo, foram encaminhados para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Além das dificuldades socioeconómicas a Sra. Alda mostrava que necessitava de orientações para o convívio familiar, desta forma, foi também encaminhada para ter um acompanhamento psicológico em 6 de Maio de 2003, trabalhando no sentido de fortalecer o seu papel enquanto mulher e mãe, de modo a esta assumir as suas responsabilidades maternas.

Para eliminar o vínculo estabelecido com a rua, o Sandro e o Lucas foram matriculados numa escola perto da residência.

A Sra. Alda em 21 de Dezembro de 2003 teve mais uma filha, a Laís.

Novamente surgiram denúncias quanto à negligência, exposição à rua e à falta de higiene da recém-nascida.

Em Dezembro de 2004, a Sra. Alda deixou de frequentar o Programa POASF, sendo este facto encaminhado ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude de Florianópolis sobre os sérios riscos que estas crianças corriam.

Em Janeiro de 2005, através de um contacto realizado com um vizinho, apurou-se que:

- Família era visitada por uma Assistente Social;
- O avô, Sr. Cassias residia nos fundos da casa e era agressivo com as crianças, contudo era responsável por ir buscá-las à escola;
- Para além dos filhos, a Sra. Alda convidou um adolescente de rua para morar em sua casa;
- Que a família estava sendo atendida pelo POASF devido à progenitora ser muito negligente com as crianças;
- A Sra. Alda estava fortemente envolvida com o tráfico de drogas e usava as crianças para entregar pedra de crack<sup>68</sup>;

---

<sup>68</sup> O crack é um estupefaciente, deriva da planta de coca, é resultante da mistura de cocaína, bicarbonato de sódio ou amônia e água destilada, resultando em grãos que são fumados em cachimbos. O consumo do crack é maior que o da cocaína, pois é mais barato e seus efeitos duram menos. Transformou-se na droga de eleição de muitas crianças e adolescentes brasileiros pelo baixo preço e pela acessibilidade a esta droga. (Equipa Brasil Escola)



- As crianças estavam abandonadas sem comida e sem supervisão;
- A Sra. Alda teria sido abusada sexualmente pelo pai adoptivo, o Sr. Cassias;
- A Sra. Alda disse que iria trabalhar e não voltou mais, deixando as crianças entregues a uma vizinha (Sra. Daiane), que esta agredia as crianças com frequência e que levava homens para dentro de casa onde consumiam álcool e drogas na frente das crianças;
- Que a Sra. Alda já havia se ausentado outras vezes durante longos períodos de tempo e quando estava em casa não cuidava dos filhos;
- Referia ainda a existência de uma das crianças estar em situação de rua.

Em 28 de Março de 2005, a equipa de diagnóstico do Programa Sentinela, realizou uma visita domiciliária em que abordou a progenitora sobre o motivo de esta ter abandonado as crianças, na qual esta se defendeu dizendo que as tinha deixado ao cuidado da Sra. Daiane, porque não confiava no seu pai adoptivo, visto que este já tinha abusado sexualmente dela e também já tinha tentado abusar de um dos seus filhos. Confessou também que estava bastante nervosa em função de ter descoberto que era portadora de HIV.

Em 17 de Novembro de 2005, nova abordagem a pessoas da comunidade foi efectuada, onde se comentou que a progenitora levava a Laís consigo, que parecia existir um forte vínculo desta com a filha, contudo existia a suspeita de que a Sra. Alda estivesse a utilizar a filha para pedir esmola.

Comentaram ainda que a casa era frequentada à noite por diversas pessoas que não apresentavam ser de boa índole, e que existiam sempre pessoas novas a viverem na casa.

Disseram também que no início do ano a progenitora se ausentou da casa por um período de sessenta dias, e que esta se encontrava escondida em Canasvieiras<sup>69</sup>, em virtude de dívidas decorrentes do envolvimento com drogas, que as próprias crianças relataram na comunidade que a mãe estava a dever drogas e que foi várias vezes ameaçada de morte. Que a casa era frequentada por pessoas estranhas e que se comercializava drogas (crack, maconha, comprimido de ecstasy) dentro de casa.

Quanto às crianças a informação era de que frequentemente ficavam sem supervisão e alimentação, que deambulavam pelo bairro pedindo alimentos e por solidariedade, a comunidade acabava por ajudar esta família. Em relação à Laís, comentava-se que esta era cuidada por várias pessoas.

Quanto ao avô, (Sr. Cassias), comentou-se que também este era usuário de drogas, que às vezes supervisionava as crianças, mas segundo comentários teria abusado sexualmente do filho mais novo da Sra. Alda (Leandro).

De acordo com a professora da escola do Sandro e do Lucas, as crianças chegavam sempre em péssimas condições de higiene e o Lucas apresentava um comportamento extremamente agressivo, tanto para os professores como para os colegas, agredindo-os.

Segundo a professora, o Sandro tinha comentado na escola que teria ido a uma festa à noite com o avô e a mãe na casa de um travesti e que tinha ingerido vinho. Confrontado com esta

---

<sup>69</sup> Canasvieiras é um dos distritos do Município de Florianópolis. Este distrito situa-se no norte da ilha.

informação, Sandro confessou que era verdade e que o avô lhe tinha mostrado o pénis.

Em visita à creche, a educadora do Leandro disse que este era uma criança bastante inteligente, mas que demonstrava um comportamento agressivo. Que a progenitora era negligente com os filhos e que as educadoras tinham sempre que dar banho ao Leandro quando ele chegava à creche em virtude do seu odor e em função da falta de higiene os colegas acabavam por se afastar dele. Disse também que a progenitora era bastante ausente e que não comparecia nem mesmo para matricular as crianças.

No dia 4 de Outubro de 2006, Sandro, Lucas e Leandro foram obrigados, por se encontrarem em situação de risco, caminhando sozinhos pelas ruas, foram encontrados pelo Projecto Abordagem de Rua.

A progenitora, apresentou contestação no dia 5 de Outubro de 2006.

Em 26 de Novembro desse mesmo ano, as crianças foram “raptadas” da instituição pela progenitora, pois segundo esta os seus filhos estavam expostos a situações de risco dentro do abrigo.

As crianças diziam que foram agredidas pelos monitores.

Em 19 de Setembro de 2007 foi registada uma denúncia de violência sexual envolvendo o Leandro. De acordo com o denunciante, a filha da vizinha presenciou o abuso do avô, o Sr. Cassias, contra o neto, Leandro. Informou que a mãe é totalmente negligente com os quatro filhos e que os mesmos estão sempre abandonados.

A criança em causa foi encaminhada para atendimento no Programa Sentinela para realização de diagnóstico.

Em Outubro do mesmo ano, em reunião com o POASF, o Conselho Tutelar solicitou Busca e Apreensão das quatro crianças e Suspensão do Poder Familiar devido à situação de vulnerabilidade pessoal e social ao qual os mesmos estavam submetidos no convívio materno.

### **Institucionalização:**

A Laís foi institucionalizada no Lar São Vicente de Paulo a 18 de Dezembro de 2007, com quatro anos de idade e os seus irmãos foram abrigados na mesma data na Casa Lar Cretinha em Florianópolis.

A Laís chegou ao Lar São Vicente de Paulo com forte odor a urina, com as unhas das mãos e dos pés sujas e compridas, piolhos e insectos no cabelo, feridas pelo corpo, marca de queimaduras nas costas e ferida no glúteo (relatou que foi o avô que lhe fez esta ferida).

De acordo com um relatório psicossocial do Lar São Vicente de Paulo, em Março de 2007, Laís apresenta um desenvolvimento compatível com a idade.

A Sra. Alda comparecia a todos os dias da visita, apresentando forte vínculo familiar com a filha, que chorava sempre ao terminar a visita.

Em Julho de 2008, de acordo com um novo relatório da Assistente Social do Lar São Vicente de Paulo foi solicitado que as crianças fossem inseridas numa família substituta, de modo a não ficarem afastados os irmãos, uma vez que a progenitora não demonstrava mudança de atitude.

Uma vez que a adopção é remota para estas crianças, porque apresentam idades entre os

catorze e os quatro anos (em 2008), a Sra. Alda ao ter consciência deste facto sente-se segura afirmando que os filhos não serão adoptados e em decorrência disso não se propõe a mudar.

### **Solução encontrada e Projecto de Vida:**

Um estudo realizado anteriormente, apresentou parecer final inconclusivo, visando ser fundamental um estudo psicológico e social mais detalhado e profundo pelo Programa Sentinela, em que apurou o seguinte:

Em 3 de Abril de 2009 em abordagem à Laís, esta lembrou que quando a progenitora voltava para casa, trazia consigo namorados que dormiam com ela, ocasiões em que a Laís presenciava o casal mantendo relações sexuais, referindo que isso aconteceu com vários parceiros, comentando que havia um deles que agredia fisicamente a Sra. Alda.

Sobre o avô, o Sr. Cassias, verbalizou que este agredia fisicamente ela e os irmãos usando uma vara, vassoura, chinelo, cinto por todo o corpo e ainda que batia nas faces das crianças, ficando estas muitas vezes com marcas. Comentou que as agressões físicas aconteciam todos os dias.

Segundo a Laís, a suspeita de violência sexual contra o Leandro, perpetrada pelo Sr. Cassias era verdadeira. A criança comentou que já havia presenciado o avô “namorando” (SIC) com o Leandro várias vezes, momentos em que o irmão e o avô ficavam sem roupas e o “vô colocava o pinto na bunda do meu irmãozinho” (SIC). Ainda que havia observado o irmão Leandro e o avô a tomar banho juntos.

Relatou também que o Sr. Cassias também “namorava” (SIC) com o Sandro, sem relatar mais detalhes.

Laís também informou que ela era vítima de violência sexual realizada pelo avô, mencionando que este a colocava no colo, passava a mão pelo seu corpo e pela vagina por baixo da roupa, retirava o pénis para fora, solicitava que ela o tocasse, “até que saía um chichi branco” (SIC). Relatou ainda que isso ocorreu por muitas vezes.

Ainda sobre o Sr. Cassias, a Laís relatou que este fazia uso de bebidas alcoólicas e que o referido senhor obrigava os netos a irem-lhe comprar as bebidas para ele.

Laís trouxe também a informação de que o irmão Sandro “namorava” (SIC) com o Leandro referindo-se a actos sexuais e ainda que ambos se beijavam na boca. Contou também que o Sandro já tinha tentado fazer o mesmo com ela, somente uma vez, ocasião que teria passado a mão em seu corpo.

Relatou que havia comentado com a progenitora, a qual lhe disse que depois falaria com o Sandro.

Mencionou que por vezes acompanhava a progenitora até ao centro da cidade para vender doces, ocasiões em que permanecia andando pelas ruas o dia todo com fome.

De acordo com os técnicos do Programa Sentinela sobre os relatos da Laís, acerca da possibilidade do Sandro ter manipulado sexualmente ela e o Leandro, avaliaram que diante do contexto em que as crianças cresceram, estavam reproduzindo comportamentos aprendidos na família, consequência de todas as violências sofridas.

A Sra. Alda está internada para tratamento devido ao uso de substâncias ilícitas, na fazenda

terapêutica do CRETA (Centro de Recuperação de Toxicómanos e Alcoólicos) em Florianópolis, onde já fugiu duas vezes, mas acabou sempre por voltar.

Perante o relatório final do Programa sentinela, a Promotora da Justiça do Ministério Público da Vara da infância e da Juventude de Florianópolis, destituiu o poder familiar e requereu que fosse solicitado o CUIDA (Cadastro Único Informatizado de Adopção e Abrigo) e o CEJA (Comissão Judiciária de Adopção) para que envie informações urgentes, sobre a existência de casais, interessados na adopção das crianças.

Concluí-se, deste modo, que de facto o melhor para a criança em estudo seria ser a colocação da mesma em família substituta através da adopção, uma vez que o retorno familiar não será possível pelo atrás enunciado e pela inexistência de algum familiar para ficar com a guarda da Laís.

Contudo, a Laís já tem cinco anos e torna-se difícil com esta idade ser adoptada, pois os pais pretendentes à adopção preferem sempre crianças de uma faixa etária mais baixa.

### **Conclusão:**

Nesta situação foi notório que o prolongamento do tempo de acolhimento da Laís foi altamente negativo, pois não é prudente um retorno familiar, uma vez que não existem esforços da progenitora para arranjar mecanismos para melhorar e organizar a sua vida de modo a que esta criança possa retomar ao convívio materno.

No dia 4 de Junho do presente ano, realizámos uma visita domiciliária com Assistente Social do Abrigo Lar São Vicente de Paulo, onde a Laís se encontra abrigada, e pudemos constatar, que para além das condições de habitabilidade serem muito precárias, verificámos que de facto a progenitora desistiu do tratamento que estava a realizar no CRETA, os três irmãos da Laís fugiram da Casa Lar Cretinha, onde o irmão mais velho, alegou que os monitores os agrediam e constatámos também que o Sr. Cassias (avô) continua a viver na mesma casa que a progenitora, dormindo numa cama na cozinha.

Deste modo, torna-se impossível que a Laís volte para esta família, pois estaria em risco e num clima de insegurança ao ter o Sr. Cassias por perto.

De acordo com o autor Ballone em “Abuso Sexual Infantil” (2003)<sup>70</sup>, o abuso sexual significa “além da penetração vaginal ou anal na criança, também tocar seus genitais ou fazer com que a criança toque os genitais do adulto” também é considerado abuso sexual. De acordo com os depoimentos da criança, isto foi o sucedido entre o avô e a neta.

De acordo com vários autores, o abuso sexual intra-familiar, nunca é um acto isolado, existe sempre tendência a que a criança seja vítima de abuso sexual prolongado, tendo esta muito medo de contar aos outros membros da família.

Por outro lado, a única solução para este caso seria a colocação da criança em família substituta, através da adopção, contudo, de acordo com uma pesquisa realizada em 2005<sup>71</sup> sobre

<sup>70</sup> <http://www.virtualpsy.org/org/infantil/abuso.html>

<sup>71</sup> Pesquisa realizada por 20 alunos de Psicologia, orientados pela Professora Isabela Saraiva de Queiroz, para o Projecto “filhos do Coração”. (<http://www.pucminas.br>)

crianças que vivem em abrigos brasileiros, aponta que quanto mais velha é a criança, maior é o tempo de permanência na instituição, onde mais de metade das crianças com interesse em adopção têm menos de seis anos.

Esta mesma pesquisa diz-nos que existem muito poucos casais interessados em adoptar crianças com mais de quatro anos.

Deste modo, esta criança poderá ser mais uma das muitas crianças que vivem sob a ameaça do esquecimento, vivendo até aos 18 anos de idade em abrigos, tendo a sua infância e adolescência institucionalizada.

## Conclusão Final

Pretende-se com esta conclusão final, fazer um levantamento de todas os aspectos referidos ao longo de toda a dissertação que permitam realizar um estudo comparativo entre as Legislações e Sistemas de Protecção à infância entre Portugal e Brasil com a finalidade de verificar quais as semelhanças e diferenças entre as Políticas Sociais de apoio à criança nos países e procurar retirar o que cada país tem de melhor nas suas modalidades de funcionamento.

Deste modo, Portugal destaca-se como pioneiro em relação a muitos outros países, não só em relação ao Brasil, no que respeita à Protecção à Infância, com o Diploma aprovado em 1911, com a criação dos primeiros Tribunais de Menores.

No Brasil, só passado dezasseis anos, em relação a Portugal, é que surge o primeiro marco legislativo de Protecção à Infância, o Código de Menores de 1927, onde a preocupação deste diploma apenas se centraliza na distinção entre dois grupos: delinquentes e abandonados, não sendo dada especial atenção à assistência de protecção à infância como em Portugal.

Só em 1979 é que este Código é alterado, embora haja uma visão mais terapêutica e pedagógica, é em Portugal com a criação da OTM em 1978 que surge a preocupação da intervenção direccionada para a família de forma a promover a convivência familiar no sentido da prevenção.

Para uma melhor percepção das Leis que actualmente se encontram em vigor, procedeu-se a análise das convergências entre os seguintes pontos: Sistema de Protecção Português e Brasileiro para crianças em perigo, aplicação de Medidas de Protecção à infância e Adopção em Portugal e no Brasil.

No primeiro ponto, o Sistema Português de Protecção à Criança e Jovem em Perigo (Lei nº 147/99) enquanto que o mesmo Sistema no Brasil é fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estes dois Diplomas são a base de comparação de todo o estudo.

Começa-se por considerar que o conceito de criança é diferente nos dois países, como foi anteriormente referido a Legislação Portuguesa não distingue o conceito de criança de jovem, englobando ambos na faixa etária dos 0 aos 18 anos, enquanto que a Legislação Brasileira define que se é criança dos 0 aos 12 anos e adolescente dos 12 aos 18 anos, fazendo uma clara distinção.

No que diz respeito às situações que determinam que uma criança se encontra em situação de perigo, Portugal conceptualiza todas essas situações tendo em vista a aplicação da Lei. No Brasil as definições de Perigo não são tão precisas, comportando apenas de uma forma geral que quando os direitos são ameaçados ou violados, designa, então, que uma criança está efectivamente em situação de perigo.

Ao ser efectuada uma denúncia relativa à questão anterior, inicia-se o processo de intervenção, sendo este mesmo, distinto nos países em estudo, apresentando Portugal, três níveis de intervenção e o Brasil seis. Apesar da diferença, o processo de intervenção acaba por ser praticamente o mesmo, o que difere é a denominação das entidades que intervêm ao longo de todo o processo.

Outra distinção importante de salientar é o facto de em Portugal ser necessário o consentimento expresso dos pais ou representante legal para se iniciar a intervenção, na Lei Brasileira este procedimento não se aplica.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente originou a formação de Sistemas de Protecção de crianças em cada Município com características próprias de modo a satisfazer as necessidades da população existente. Este Sistema diverge de acordo com essas necessidades. Em Portugal, o Sistema de Protecção foi elaborado de forma uniforme, sendo de aplicação geral.

No segundo ponto, destaca-se as Medidas de Protecção. Tanto em Portugal como no Brasil só em último caso a criança é retirada do seu seio familiar, uma vez que existe uma clara distinção e uma ordem preferencial nos dois países entre as Medidas que previlgiam e procuram preservar os relacionamentos afectivos e o meio familiar e social próprios da criança e as Medidas que recorrem a soluções de outra natureza que visam assegurar igualmente as condições que satisfaçam as necessidades da criança, ainda que ausentes do seu contexto sócio-familiar natural.

Portugal e Brasil tipificam oito Medidas de Protecção à criança. Portugal faz uma clara distinção agrupando as suas oito Medidas em dois grupos: sendo o primeiro grupo, as Medidas em Meio Natural de Vida, e o segundo grupo, as Medidas em Regime de Colocação. No primeiro grupo destacam-se as Medidas que beneficiam o apoio junto da família nuclear ou na impossibilidade desta o apoio junto da família alargada ou pessoa idónea enquanto medidas que substituem a família como protecção de crianças em perigo.

A Lei Brasileira apresenta também oito Medidas de Protecção, mas no entanto não as agrupa, verificando-se em seis delas o apoio junto da família e em duas delas a substituição desta.

A Medida Protectiva de Abrigo em Entidade corresponde à Medida Portuguesa em Acolhimento Institucional enquanto que a Medida Brasileira em Colocação em Família Substituta corresponde em Portugal à Medida de Confiança à Pessoa Seleccionada para a Adopção ou Instituição com Vista à Futura Adopção.

Enquanto que as Medidas de Protecção no Brasil são Medidas de prevenção de perigo e abandono quase no seu todo em que é atribuída uma responsabilidade parental, as Medidas de Protecção Portuguesas não visam tanto a prevenção, mas pretendem sim afastar perigo e proporcionar às crianças condições favoráveis para o seu desenvolvimento harmonioso.

Como foi referido anteriormente a duração das Medidas de Protecção em Portugal – Medidas em Meio Natural de Vida – estas não podem ter duração superior a um ano ou em caso de interesse da criança, este prazo pode ser alargado até dezoito meses, enquanto que a duração das Medidas em Regime de Colocação têm uma duração de acordo com o estabelecido no acordo ou na decisão Judicial mas a Lei prevê que estas Medidas sejam revistas por períodos nunca superiores a seis meses (artigo 62º da Lei nº147/99).

No Brasil, o ECA não prevê a duração de uma Medida de Protecção, contudo ao tratar-se de uma Medida de Abrigo em Entidade, a Lei prevê que esta Medida seja temporária não especificando mesmo assim a duração exacta da mesma.

Na dissertação, foi dada especial atenção aos Abrigos no Brasil, tendo um capítulo dedicado só a este tema, uma vez que este país concentra grande parte da sua atenção à infância institucionalizada e pela pesquisa em território Brasileiro ter sido realizada num Abrigo.

É também importante mencionar que existe uma diferença no que respeita às idades compreendidas das crianças que vivem nas instituições entre Portugal e o Brasil, pois desde a existência do ECA, no Brasil, todos os Abrigos se encontram diferenciados por faixas etárias das crianças acolhidas havendo uma distinção dos 0 aos 6 anos, dos 7 aos 12 anos e dos 13 aos 18. Tal facto acontece por se considerar que o desenvolvimento de uma criança será mais saudável com a co-existência desta com crianças da mesma idade.

Em Portugal, esta é uma realidade que começa a ser implementada, existindo contudo muitas instituições que acolhem crianças de todas as idades, verificando-se mais nas instituições que apresentam um forte culto religioso.

O quarto ponto relevante neste estudo comparativo remete-se para a Adopção.

Em ambos os países, a Adopção surge como a melhor solução para uma criança em perigo sem possibilidade de crescer na sua família biológica.

Enquanto que no Brasil, a Adopção de uma criança depende do consentimento dos pais ou do representante legal da mesma, consentimento este que só será dispensado caso os pais sejam desconhecidos ou tenha sido destituído o pátrio poder. Em Portugal, uma Adopção só será decretada se uma criança for filha de pais incógnitos ou falecidos, se os progenitores puserem a criança de alguma forma em perigo ou abandonado a criança ou em caso de acolhimento institucional os progenitores não manifestarem o interesse em manter os vínculos afectivos com a mesma.

Como já foi mencionado, em Portugal a Adopção pode ser Plena ou Restrita, já no Brasil a Lei só prevê um tipo de Adopção que corresponderá à Adopção Plena que se realiza em Portugal, uma vez que esta se caracteriza pela irrevogabilidade da decisão que atribui ao adoptante o estatuto e a responsabilidade igual à de um progenitor biológico.

Quanto aos requisitos para adoptar, a Lei Portuguesa prevê que duas pessoas casadas há mais de quatro anos têm de ter idade igual ou superior a 25 anos enquanto que uma pessoa singular tem de ter mais de 30 anos, no Brasil a Lei prevê 21 anos como idade mínima para poder adoptar, podendo adoptar, casados entre si ou que estejam em união estável (correspondente à união de facto em Portugal). Uma pessoa singular, de acordo com a Lei Brasileira também poderá adoptar, cuja sua preferência sexual não é significativa, na medida em que no Brasil, existe uma equidade na resolução dos casos, uma vez que o Juiz é soberano na decisão e por isso, não havendo na Lei algo que proíba ou que permita a Adopção por Homossexuais, cabe ao Juiz a resolução de cada litígio.

A diferença de idades entre adoptante e adoptando também difere nos dois países, em Portugal esta diferença não pode ser superior a 50 anos, excepto se o adoptando for filho de um dos cônjuges. A Lei Brasileira, por sua vez refere que a diferença de idades mínima é de 16 anos de maneira a que seja similar à filiação consanguínea.

A condição económica do adoptante é outro aspecto que difere, pois no Brasil não é preponderante desde que o adoptante consiga assegurar as condições mínimas de vida, o que não acontece em Portugal, uma vez que este aspecto é fulcral para uma Adopção ser decretada.

No que diz respeito ao Processo Adoptivo, este é similar nos dois países, constatou-se contudo, que em Portugal o Processo Adoptivo se desenvolve mais lentamente que no Brasil, o que se pode dever ao facto dos entraves colocados pelo Sistema Português.

Quanto aos dados estatísticos apresentados nos capítulos respeitantes à Adopção nos dois países, infelizmente não é possível a realização de um estudo comparativo dos mesmos, uma vez que os dados recolhidos em Portugal não correspondem aos mesmos dados recolhidos no Brasil.

Como síntese conclusiva e depois de tudo o que foi exposto, é possível afirmar que apesar das diferenças mencionadas, estas não são determinantes para se concluir que os Sistemas de Protecção a Crianças em Perigo dos dois países sejam manifestamente distintos. Ao nível Legislativo é que essas diferenças são mais notórias, considerando a Legislação Portuguesa mais completa nesta matéria, o Estatuto da Criança e do Adolescente Brasileiro, por sua vez, parece-nos bastante mais vago e abrangente.



## Bibliografia

- ❖ ALVES, Sandra Nunes. **Filhos da Madrugada. Percursos Adolescentes em Lares de Infância e Juventude**. ISCSP, Mestrado em Sociologia. Lisboa, 2004
- ❖ AMARO, Fausto. **Building a Europe for and with children: Congress to assess good practices at local level**. Conselho da Europa, 2008
- ❖ AMARO, Fausto. **Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando a mendicância**. Centro de Estudos Judiciários. Lisboa, 1988
- ❖ ANDREANI, G.; CUSTODIO, Z. A. O. E. ; CRESPALDI, M. A. **Tecendo as redes de apoio na prematuridade**. Aletheia, 2006
- ❖ AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. **Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?**; Revista Virtual Textos & Contextos. Nº5, ano V, Porto Alegre, 2006
- ❖ BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A Construção da Realidade**. 9ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1991
- ❖ BORGES, Beatriz Marques. **Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Comentário e anotações à Lei nº 147/99 de 1 de Setembro**. Almedina, Coimbra, 2007
- ❖ BRANDÃO, Shyrlene; SILVA, Maria da Penha; FRANÇA, Dirce Barroso; NOGUEIRA, Paula Cristina; GHESTI, Ivânia. **Caminho de casa: em busca de alternativas para reintegração familiar de crianças abrigadas**. Trabalho apresentado no XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica. Belo Horizonte, 2007
- ❖ BRITO, Fernanda de Almeida. **União afectiva entre homossexuais e seus aspectos Jurídicos**. São Paulo: LTR, 2000
- ❖ BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996
- ❖ CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro. **Metodologia da investigação. Guia para a Auto-aprendizagem**. 2ª Edição, Universidade Aberta. Lisboa, 2008
- ❖ CARREIRA, Henrique Medina. **As Políticas Sociais em Portugal**. Gradiva. Lisboa, 1996
- ❖ CHAVES, Antônio. **Adoção, Adoção Simples e Adoção Plena**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980
- ❖ CLEMENTE, Rosa. **Inovação e Modernidade no Direito de Menores – A PERSPECTIVA DA LEI DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO**. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Centro de Direito da Família. Coimbra Editora, 2009
- ❖ CLEMENTE, Rosa. **Um novo olhar sobre a criança – Um Direito Novo de Promoção de Direitos e de Protecção**. In os Direitos das Crianças e dos Jovens pela Ocasão da Publicação da Nova OTM. Revista Intervenção Social. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 1998
- ❖ Colectânia de Textos, Trabalhando Abrigos. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia. Universidade Católica de São Paulo, Brasil, 1993
- ❖ Direito de Menores. Almedina, 4ª Edição. Coimbra, 2008
- ❖ DOBRE, Veleda. **Abuso Sexual: a inquirição das crianças, uma abordagem interdisciplinar**. Ricardo Lenz. Porto Alegre, 2001
- ❖ FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 1995

- ❖ FONSECA, Graça; PEDROSO, João. **As Comissões de Protecção: caminhos a percorrer na promoção da cidadania das crianças e dos jovens.** In Os Direitos das Crianças e dos Jovens pela Ocasão da Publicação da Nova OTM. Revista Intervenção Social. Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 1998
- ❖ GAUDERER, Christian. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento. Guia prático para pais e profissionais.** 2ª Edição, Revista e ampliada, Revinter. Rio de Janeiro, 1997
- ❖ Guia Turístico de Florianópolis, 2009
- ❖ L., Manuila; A. , Manuila; P. , Lewalle e M. , Nicoulin. **Dicionário Médico.** Volume I. Climepsi Editores. Lisboa, 2000
- ❖ LAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico.** 3ª Edição, São Paulo: Cortez, 1995
- ❖ MARVIN, Isabel S. Kahn. **Alternativas de atendimento à criança e ao jovem abandonado.** Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo, 1990
- ❖ MIGUÊIS, Joaquim José. **Crianças de rua em Angola: subsídios para o seu estudo.** Mestrado em Sociologia. ISCSP. Lisboa, 2001
- ❖ MOREIRA, Carlos Diogo. **Planeamento e Estratégias da Investigação Social.** ISCSP. Lisboa, 1994
- ❖ OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Educação Infantil em Florianópolis.** Editora Cidade Futura. Florianópolis, 2000
- ❖ PIEDADE, Patrícia Nunes Canha da. **Intervenção Social na Evolução do Sistema de Protecção Social das Crianças e Jovens em Perigo em Portugal.** Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2001
- ❖ PINTO, Flávia Ferreira. **Adoção por Homossexuais.** Juis Navigandi, Teresina, ano 6, nº 54. Brasília, 2002
- ❖ PINTO, Maria da Conceição Paninho. **Projectos para “Crianças em Situação de Rua” em Portugal e no Brasil. “ Estudos de Caso e 10 Histórias de Vida.** Mestrado em Sociologia. Universidade Aberta. Lisboa, 1997
- ❖ **Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008.** Lisboa, 2009
- ❖ **Plano Nacional de Promoção, Protecção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006
- ❖ **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. NORMA OPERACIONAL BÁSICA – NOB/SUAS.** Brasília, 2005
- ❖ **Relatório sobre a situação Mundial da Infância.** UNICEF. Brasília, 1998
- ❖ RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco. **A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil.** Editora universitária Santa Úrsula. Amais Livraria e Editora. Rio de Janeiro, 1995
- ❖ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; NAIFF, Luciene; BAPTISTA, Rachel. **Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de Promoção do Direito `Convivência Familiar e Comunitária no Brasil.** Rio de Janeiro, 2006

- ❖ REIS, Maria de Fátima. **Os Expostos em Santarém, a Acção Social da Misericórdia (1691-1710)**. Edições Cosmos. Lisboa, 2001
- ❖ SANTOS, Lucinete Silva. **Adoção: Da Maternidade à Maternagem – uma crítica ao mito do amor materno**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XIX, Volume nº 57. São Paulo, 1998
- ❖ SANTOS, Lucinete Silva. **A Adoção no Brasil: Desvendando Mitos e Preconceitos**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVIII, Volume nº 54. São Paulo, 1997
- ❖ SARTORELLI, Jeisa Benevenuti. **Condições de Vida de Crianças e Jovens que Vivem em Unidades de Abrigo: a percepção pelos jovens e pelas crianças e os processos de gestão dessas condições pelos que cuidam da instituição**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis, 2004
- ❖ SILVA, Enid R. A. da. **O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília IPEA/COMANDA, 2004
- ❖ SILVA, José Luiz Mônaco da. **A Família substituta no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Saraiva. São Paulo, 1995
- ❖ SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGILO, Débora Dalbosco. **O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: uma revisão de literatura**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006
- ❖ SOUZA, Marli Palma. **Políticas de Protecção para a Infância e Adolescência: problematizando os abrigos**. Revista Sociedade em Debate. Pelotas: EDUCAT, Volume 12, nº1, 2006
- ❖ VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção Tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998

#### **Legislação consultada**

- ❖ Código Civil e Legislação Complementar. 8ª Edição, Quid Juris, Sociedade Editora, 2003
- ❖ Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988
- ❖ Constituição da República Portuguesa (de acordo com a Revisão de 2001). 12ª Edição, Quid Juris, Sociedade Editora, 2002
- ❖ Convenção Sobre os Direitos da Criança, Unicef
- ❖ Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990
- ❖ Lei de Protecção à Infância, de 27 de Maio de 1911
- ❖ Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, nº 147/99, de 1 de Setembro
- ❖ Lei que altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio, A Organização Tutelar de Menores e o Regime Jurídico da Adopção, Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto
- ❖ Organização Tutelar de Menores, Decreto-Lei nº 314/78, de 27 de Outubro
- ❖ Regime Jurídico da Adopção, Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio

### Webgrafia

- ❖ <http://www.ajudabrasil.com.br/>
- ❖ <http://www.bu.ufsc.br/>
- ❖ <http://www.cgj.tj.sc.gov.br/>
- ❖ <http://www.coe.int/>
- ❖ <http://www.creta.org.br/>
- ❖ <http://www.divinafesta.com/>
- ❖ <http://www.florianopolis.apaebrasil.org.br/>
- ❖ <http://www.ibge.gov.br/>
- ❖ <http://www.idespromenor.org.br/>
- ❖ <http://www.maoamiga.ong.trix.net/>
- ❖ <http://www.mds.gov.br/>
- ❖ <http://www.mte.gov.br/>
- ❖ <http://www.portalsocial.ufsc.br/>
- ❖ <http://www.pucminas.br/>
- ❖ <http://www.recantodocarinho.org.br/>
- ❖ <http://www.serte.org.br/>
- ❖ <http://unicef.org/>
- ❖ <http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html/>
- ❖ <http://www.voluntariosonline.org.br/>